

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CAMPUS DE LARANJEIRAS
DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA

MARCEL RAE LY FONTES GONÇALVES NASCIMENTO

**UMBAÚBA ARQUEOLÓGICA:
ENTENDENDO UM PASSADO POR TRÁS DO
MUNICÍPIO**

LARANJEIRAS
2014

MARCEL RAELY FONTES GONÇALVES NASCIMENTO

**UMBAÚBA ARQUEOLÓGICA:
ENTENDENDO UM PASSADO POR TRÁS DO
MUNICÍPIO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Arqueologia, ao Departamento de Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe – Campus de Laranjeiras.

Orientador: Dr. Paulo Jobim Campos Mello

LARANJEIRAS
2014

Ficha Catalográfica

Nascimento, Marcel Raely Fontes Gonçalves

Umbaúba Arqueológica: entendendo um passado por trás do município / Marcel Raely Fontes Gonçalves Nascimento; orientador Paulo Jobim Campos Mello. Laranjeiras, 2014.

102 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia) – Universidade Federal de Sergipe – Campus de Laranjeiras, 2014.

1. Arqueologia – Sergipe. 2. Prospecção. 3. Umbaúba – SE.

MARCEL RAELY FONTES GONÇALVES NASCIMENTO

**UMBAÚBA ARQUEOLÓGICA:
ENTENDENDO UM PASSADO POR TRÁS DO MUNICÍPIO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Arqueologia, ao Departamento de Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe – Campus de Laranjeiras, submetida à aprovação da banca examinadora.

Data de defesa: 15 de setembro de 2014.

Resultado: _____.

BANCA EXAMINADORA

Dr. Paulo Jobim Campos Mello (orientador)
Universidade Federal de Sergipe

Dr. Leandro Domingues Duran
Universidade Federal de Sergipe

Me. Sérgio Daher de Oliveira
Universidade Federal de Sergipe

*À memória do meu avô João Gonçalves Filho,
eterno Joãozito da Farmácia, por me
apresentar à Umbaúba de sua época, por se
alegrar com a iniciativa do meu projeto e por
ser meu dicionário entre as histórias que
fizeram nossa cidade.*

AGRADECIMENTOS

Este trabalho vem encerrar um ciclo, um período da minha vida, que desde o seu início preveniu-me que seria imensamente repleto de experiências, pessoas, lugares e possibilidades. Todavia, fora através das pessoas que os demais itens foram alcançados, sendo assim, não mais que justo expressar minha gratidão à aqueles que contribuíram antes e durante esse processo de formação.

Faço aqui meu reconhecimento:

À família de sangue que sempre me fornece proteção, auxílio, afeto, investimento, as vezes barreiras, mas que sem toda essa combinação, eu não seria uma pessoa de boa índole, versátil e disposta a tornar meus sonhos realidade.

Aos professores da Escola São Salvador e do Colégio Dr. Antônio Garcia Filho em Umbaúba, do Colégio Magistral em Estância, educadores que me auxiliaram a chegar ao caminho da Arqueologia.

Aos amigos das várias cidades que passei, do campus de Laranjeiras, da minha turma e dos esportes, com os quais gravei boas recordações e tive auxílio para esse trabalho.

À família de amigos com que dividi residência, experiências de vida ótimas e ruins, ambas necessárias para o meu amadurecimento pessoal e profissional.

Ao meu orientador e os demais professores que partilharam seu conhecimento comigo, ajudando-me a criar e desenvolver habilidades, perspectivas a respeito do mundo e de como o arqueólogo vem a contribuir para a sociedade, algo que espero ter aprendido e que prestarei com responsabilidade por onde quer que eu vá.

Aos autores do passado e do nosso tempo que se propuseram a registrar o conhecimento, que por bem acharam valioso, e sem os quais essa obra não poderia ter sido escrita.

Aos entrevistados dessa pesquisa e outros moradores de Umbaúba, por me permitirem ter acesso as suas memórias, experiências que não se encontravam escritas, mas que talvez agora possam ficar em parte preservadas nestas páginas.

Agradeço aos momentos difíceis que passei e as lições que com eles aprendi a lidar.

RESUMO

Ao querer entender o passado de uma sociedade, percebemos que o patrimônio arqueológico ligado a mesma, é decorrente da soma de diferentes culturas que um dia habitaram numa determinada região. Todavia, a simples noção da existência dessas evidências, as vezes, não é suficiente para se criar um vínculo identitário entre o passado local e a população vigente, o que nos remete ao município de Umbaúba - SE e sua real deficiência no conhecimento sobre a história do seu território. Visando enaltecer a herança cultural, esquecida pela comunidade, esta pesquisa se propôs a prospectar o território umbaubense, afim de identificar locais de potencial arqueológico, até então, desconhecidos por outros profissionais da área, tendo em vista a ainda pouca iniciativa de arqueólogos em Sergipe. Valendo-se do conhecimento popular e da documentação escassa que faz referência ao município, utilizamo-nos de uma prospecção assistemática não interventiva, a qual identificou locais que tiveram sua importância e contribuíram para que distintas ocupações ocorressem ao longo do tempo. Dentre eles estão: a Fazenda Boa Hora, com vestígios de um sítio pré-colonial lítico (caracterizado por marcas de polimento e/ou afiação de instrumentos em meios a rochas do rio Itamirim), como também ruínas do antigo Engenho Boa Hora e do aquedutos que ajudavam no seu funcionamento, durante o século XIX; a residência da antiga Fazenda Campinhos, possivelmente relacionada com contextos do século XIX; e a Pedra do Gentio, uma caverna descrita em determinada época, como abrigo indígena e em outra utilizada para rituais da cultura afro. A partir disso, tivemos a confirmação do potencial arqueológico municipal com um desfecho satisfatório, apesar de que o diagnóstico dos sítios se deu apenas de forma superficial, cabendo-lhes para um período adiante, a realização de estudos mais aprofundados.

Palavras-chave: Arqueologia Sergipana. Prospecção. Potencial Arqueológico. Umbaúba – SE.

ABSTRACT

In wanting to understand the past of a society, we realized that the archaeological heritage attached to it, arises from the sum of different cultures that one day have lived in a particular region. However, the mere notion of the existence of this evidence, sometimes it is not enough to create an identity link between the past of a place and the current population that is what brings us to the city of Umbaúba - SE and its real lack of knowledge about the history its territory. Aiming to enhance the cultural heritage forgotten by the community, this research proposes to prospect the umbaubense territory, in order to identify sites of archaeological potential, until then, unknown by other archaeology professionals, considering the still little archaeological initiative in Sergipe. Making use of popular knowledge and the sparse documentation that refers to this municipality, we make use of a non-interventional and unsystematic prospection, which identified sites that had contributed to its importance and distinct occupations that occurred over time. Among them are: the Boa Hora Farm, with traces of a lithic pre-colonial site (polishing marks and/or sharpening tools amidst the rocks from Itamirim River), as well as ruins of the old sugar Mill Boa Hora and aqueducts that helped in its operation during the nineteenth century; the residence of the antique Campinhos Farm possibly related contexts of the nineteenth century; and the Pedra do Gentio, a cave described once, as indigenous shelter and another one used for rituals of African culture. From this, we have confirmed the municipal archaeological potential with a satisfactory outcome, although the diagnosis of the sites occurred only in a superficial way, conducting studies and fitting them for a period ahead.

Key words: Archaeology in Sergipe. Survey. Archaeological Potential. Umbaúba – SE.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE UMBÁUBA – SE	17
1.1 Prelúdio do então território sergipano	17
1.2 A ocupação do sul sergipano e as terras da Fazenda Sabiá	18
1.3 Os engenhos e sua influência sobre o desenvolvimento territorial de Umbaúba .	23
1.4 O progresso municipal no decorrer das décadas	30
2. O DESENVOLVER DA ATUAÇÃO ARQUEOLÓGICA NO ESTADO DE SERGIPE, COM ENFOQUE PARA REGIÃO SUL	36
2.1 Criação do Núcleo de Pesquisa Arqueológica da UFS	38
2.2 O PAX e a idealização do Curso de Arqueologia em Sergipe	42
2.3 Últimos projetos arqueológicos em SE que atuaram na região Sul	44
2.4 Abordagens arqueológicas no Município de Umbaúba – SE	47
2.5 A tradição Aratu nos sítios arqueológicos da região Sul de Sergipe	47
3. PROSPECÇÃO	53
3.1 Prospecções não interventivas: fotografia aérea, detecção remota e radar de penetração do solo (GPR)	56
3.2 Estratégias de Amostragem	58
3.3 Prospecção empreendida no Município de Umbaúba – SE	61
4. METODOLOGIA DE TRABALHO E RESULTADOS ALCANÇADOS	62
4.1 Metodologia utilizada na prospecção	62
4.2 Locais prospectados	63
4.2.1 Fazenda Sabiá	63
4.2.2 Fazenda Boa Hora	66

4.1.2.1 Amostras de ocupação pré-colonial na Boa Hora	72
4.2.3 Fazenda Campinhos	74
4.2.4 Locais, com potencial, que não puderam ser vistoriados	77
4.2.5 Outros pontos localizados	78
4.2.5.1 A Pedra do Gentio: povoado Biribeira – Indiaroba	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	85
DOCUMENTOS CONSULTADOS	88
APÊNDICE A – Umbaúba Arqueológica (mapa dos locais prospectados)	89
ANEXOS	90
ANEXO A – Sítio Ruínas do Engenho Boa Hora.....	91
ANEXO B – Sítio Palmeira das Marcas	94
ANEXO C – Sítio Casa da Fazenda Campinhos	97
ANEXO D – Sítio Pedra do Gentio	100

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Sergipe Século XIX: Número de Engenhos por Municípios	24
Quadro 2 – Engenhos de Sergipe 1903 – 1940	25
Quadro 3 – Lista de Engenhos	27
Quadro 4 – Setores Econômicos de Umbaúba (1980) p/ número de trabalhadores ...	33
Quadro 5 – Sítios Arqueológicos relacionados a atuação do Núcleo de Pesquisa Arqueológica em Sergipe	40
Quadro 6 – Sítios Arqueológicos Pré-históricos circunvizinhos a cidade de Umbaúba, registrados pelo Núcleo de Pesquisa Arqueológica	48
Quadro 7 – Especificidades da Cerâmica Aratu – Urna Funerária	50

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Locais relacionados as pesquisas arqueológicas efetuadas pelos discentes dos Cursos de Arqueologia (Graduação e Mestrado), através da Universidade Federal de Sergipe	44
---	----

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Árvore de Umbaúba	21
Figura 2 – Atlas do Império do <i>Brazil</i> : Província de Sergipe, mapa XII	22
Figura 3 – Brasão do Município	23
Figura 4 – Fragmento da Carta de Bloem, 1844	28
Figura 5 – Carta de Bloem, 1844 (Área Detalhada)	28
Figura 6 – Mapa Municipal de Umbaúba, 1958	31
Figura 7 – Mapa do Programa de Prospecção de Resgate Arqueológico do Projeto de Adequação e Aumento da Capacidade Rodoviária da BR - 101 NE, BA/PE (Estado de Sergipe)	46
Figura 8 – Exemplar de Urna Funerária Aratu, Sítio Água Vermelha	49
Figura 9 – Mapa de alguns Sítios Arqueológicos registrados durante a atuação do NPA – Núcleo de Pesquisa Arqueológica	51
Figura 10 – Esquema de prospecção com Geo-radar	57
Figura 11 – Corte horizontal do perfil geo-radar (à esquerda), plano de escavação com base em medições geo-radar (à direita)	58
Figura 12 – Representação dos Tipos de Amostragem	60
Figura 13 – Residência da Fazenda Sabiá	65
Figura 14 – Estrutura de pedra mais distante do rio	67
Figura 15 – Local de captação do aqueduto	67
Figura 16 – Barragem perpendicular ao aqueduto	67
Figura 17 – Início do aqueduto: captação de água à esquerda da estrutura	68
Figura 18 – Continuidade do aqueduto, destaque para uma das paredes soterrada	68

Figura 19 – Início do Aqueduto (Perspectiva posterior)	68
Figura 20 – Parte do canal encoberto pela vegetação, com anexos mais recentes	69
Figura 21 – Tanque onde o fluxo do aqueduto desaguava	69
Figura 22 – Agrupamento de ruínas da Engenho Boa Hora	69
Figura 23 – Parte da ruína que mais se destaca acima da vegetação	70
Figura 24 – Procedimentos executados na casa de purgar	71
Figura 25 – Sulcos de polimento	73
Figura 26 – Antiga casada Fazenda Campinhos	75
Figura 27 – Quintal da propriedade e exemplos de vestígios encontrados	76
Figura 28 – Antiga capela de Campinhos	76
Figura 29 – Atuais ruínas da Capela de Campinhos	76
Figura 30 – Ídolos provenientes da antiga capela de Campinhos	77
Figura 31 – Fragmentos cerâmicos, povoado Dois Riachos	79
Figura 32 – Gruta de oração, Sítio Várzea Grande	80
Figura 33 – Pedra do Gentio	82
Figura 34 – Pedra do Gentio (perspectiva interna)	82

INTRODUÇÃO

O referido trabalho vem a ser uma contribuição para a pesquisa arqueológica no Estado de Sergipe, tomando como meio para isso a iniciativa de prospecção no município de Umbaúba, localizado a zona sul do Estado (coordenadas UTM: 24L 646305 8741463), a fim de avaliar seu potencial arqueológico e trazê-lo ao conhecimento da nação.

Entendemos que as atuações mais significantes das pesquisas arqueológicas em Sergipe, iniciaram-se a partir dos anos de 1960, com a expansão das pesquisas realizadas na Bahia por Valentin Calderón sobre o nosso Estado (CALDERON, 1971), seguido do desempenho pontual de arqueólogos amadores, e nos anos 1980 com as atividades do Núcleo de Pesquisa Arqueológica (NPA), que gerenciou projetos como o Programa de Mapeamento de Sítios Arqueológicos do Estado de Sergipe (PMSAS) e o Projeto Arqueológico de Xingó (PAX), os quais visavam o levantamento sistemático e o salvamento de sítios ainda desconhecidos para entender o processo de ocupação do território (CALDERON, 1971; AMÂNCIO, 2001, p.39). Todavia, ainda assim, mostram-se insuficientes para proporcionar o conhecimento arqueológico favorável e mais aprofundado sobre o patrimônio das diferentes sociedades que nos antecederam, a exemplo, as comunidades nativas e o desenvolvimento da colonização na maior parte dos municípios sergipanos.

Desse modo, nosso projeto tende a tomar em consideração a ainda diminuta iniciativa dos arqueólogos em Sergipe, especificamente na região Sul do Estado, provavelmente deixada de lado por conta da falta de tradição arqueológica, como de uma tendência à concentração dos estudos nas regiões mais ao norte, a partir de casos como foi a Hidrelétrica de Xingó e do salvamento de grandes sítios, que até hoje têm se mostrado o sinônimo de Arqueologia em Sergipe no imaginário da população.

Ao realizar uma iniciativa no município de Umbaúba, tentaremos expor o potencial arqueológico da região que infelizmente não tem sido trabalhada, levando em consideração que no decorrer dos últimos anos cidades circunvizinhas têm mostrado uma relativa potencialidade arqueológica.

Propomos inicialmente, como objetivo geral, a realização de etapas de prospecção não interventivas, a fim de identificar sítios, exaltando seu valor patrimonial regional para a

população, resultando, quem sabe, num aumento da valorização dada pela população sobre o meio em que vivem.

Ao identificar esses sítios, estaremos tento a possibilidade de compreender as dinâmicas de povoamento, trazendo ao conhecimento algumas das evidências dessas ocupações que ocorreram no território do município de Umbaúba, entre o período pré-histórico e o século XIX de nossa era, e que tiveram importância na formação do território. Além de situa-los ao mapa e proporcionar o seu cadastro no banco de dados do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA), do Instituto do Patrimônio Histórico (IPHAN).

A importância desse trabalho justifica-se no sentido que nas últimas décadas, a cidade de Umbaúba, como tantas outras do território sergipano, tem passado por um grande crescimento urbano e, consecutivamente, essas modificações da paisagem podem estar ocasionando a destruição de sítios arqueológicos ainda não identificados. A implementação de trabalhos de levantamento de sítios arqueológicos como este se tornam uma necessidade social, visto que a maioria da população ainda desconhece a importância do patrimônio arqueológico, mesmo muitas vezes estando em contato com ele.

Metodologicamente essa pesquisa se constituiu em um levantamento bibliográfico a respeito do município de Umbaúba e de que forma transitaram as diferentes sociedades da região ao longo dos períodos; das iniciativas arqueológicas que ocorreram no sul do Estado e dos métodos de prospecção arqueológica. Seguida por etapas de campo que a partir da referência textual e das informações prestadas pelos habitantes, levaram a prospecção das áreas de alto potencial.

A estrutura do trabalho, assim, está dividida em quatro capítulos:

O primeiro demonstra os dados adquiridos com levantamento histórico do município de Umbaúba em meio ao desenvolvimento do Estado sergipano, bem como as etapas de formação da povoação.

O segundo capítulo vem a ser um apanhado dos trabalhos arqueológicos realizados em Sergipe, em específico os que estariam localizados no sul do Estado, sendo destacadas algumas das similaridades artefatuais que tendem a recorrer na área.

No terceiro capítulo descrevemos o que vem a ser uma prospecção arqueológica, os métodos para realiza-la em meio a distintos contextos, bem como estratégias de amostragem utilizadas para maximizar a obtenção de dados e minimizar esforços.

No quarto capítulo estão estabelecidos os resultados obtidos na realização do nosso trabalho, os sítios que puderam ser registrados e a realidade atualmente encontrada nesses locais.

1. HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE UMBAÚBA – SE

1.1 Prelúdio do então território sergipano.

Para tratarmos da formação da cidade de Umbaúba, primeiramente há de ser interessante, abordarmos alguns registros sobre a formação de Sergipe, visto que foi se não pela Região Sul do Estado, passando pelas imediações do município alvo desta pesquisa que se deu a entrada para a conquista das terras entre a Bahia e Pernambuco (FREIRE, 1995, p. 15; DANTAS, 1991, p. 33; SOUZA, 1991, p. 128).

Como o então território sergipano até a primeira metade do século XVI, ainda se encontrava livre de povoação portuguesa, passou a ser alvo das iniciativas francesas onde ali lhe exploravam as riquezas, a exemplo: pimenta, algodão e pau-brasil; essas adquiridas através da ajuda dos nativos ainda livres, assim como era esconderijo de escravos negros e índios fugidos da Bahia, o que acabou sendo considerado um risco para a coroa portuguesa, que como medida de precaução iniciou efetivamente a tomada e povoação daquele território (DANTAS, 1991, p. 33).

Os jesuítas da 1ª missão rumo ao rio Real, foram a primeira iniciativa satisfatória realizada sobre esse território, considerando que o governo da Bahia já havia doado sesmarias¹ além do rio Real, mas não obteve êxito em sua ocupação. Sob o comando do padre jesuíta Gaspar Lourenço, a excursão adentrou no ano 1575 à região inexplorada, estabelecendo um acampamento à distância de 6 léguas (cerca de 24 Km) do rio Real, localidade, onde tinham encontrado uma aldeia indígena, essa batizada com o nome de São Tome (FREIRE, 1995, p. 17).

Embora os jesuítas estivessem sendo satisfatórios em sua missão de catequese aos índios, fato demonstrado pela instalação da primeira aldeia jesuítica, nomeada de São Tome e que segundo Felisbela Freire (1995), a partir disso teriam entrado em contato com cerca de 30 tribos nativas, adquirindo uma relação amistosa com as mesmas. A coroa portuguesa tinha

¹ Sesmaria - Terreno sem culturas ou abandonado que a antiga legislação portuguesa, com base em práticas medievais, determinava que fosse entregue a quem se comprometesse a cultivá-lo. Disponível em: < <http://www.dicio.com.br> >. Acesso em: 26/04/2014.

outros interesses para as terras e os indígenas que lá habitavam, como: a escravização dos nativos, expulsão dos franceses e exploração dos recursos naturais.

De acordo com o trabalho de Dantas (1991, p. 19 - 20), entre os séculos XVI e XX, foram registradas entre inúmeras fontes documentais (ex.: relatos de viajantes), cerca de dez grupos indígenas em Sergipe, a começar pelos Tupinambás que habitaram grande parte do litoral, os Kiriri que se concentraram na região a qual ficou conhecida como Tomar do Geru, no litoral nordeste do Estado os Boimé, Kaxogó, Karapotó e Natu; e na região Noroeste (Sertão) os Karapotó, Aramuru, Xocó e Romari.

Numa espécie de desconstrução do processo de interação mais pacífica dos jesuítas com os nativos, a coroa portuguesa dá ordem para que Luís de Brito, então primeiro governador das capitanias do norte, tome o território inexplorado à força, destruindo a confiança que os jesuítas tinham adquirido, causando consecutivamente uma revolta dos autóctones contra os soldados lusitanos (FREIRE, 1995, p. 17).

A revolta indígena culminou na quebra dos laços com os jesuítas e sua expulsão, além de adiar a tomada das terras de Sergipe Del Rei, as quais só serão realmente conquistadas com a incursão de Cristóvão de Barros, durante a união ibérica, em 1590, ano também da fundação de São Cristóvão, primeira capital sergipana.

A iniciativa do grupo de Cristóvão de Barros resultou na consolidação do domínio português sobre a área de Sergipe. O líder se tornou o 1º chefe do governo/capitão-mor, e como forma de povoar e cultivar a terra, a coroa portuguesa passou a conceder sesmarias para particulares, começando pelos companheiros que auxiliaram Cristóvão de Barros (FREIRE, 1995; NUNES, 1996).

1.2 A ocupação do sul sergipano e as terras da Fazenda Sabiá.

Aqui retornamos especificamente a Umbaúba, a sesmaria que se acredita estar relacionada à parte do território atual da referida cidade, possivelmente foi concedida a Belchior Dias Moreira (este com 49 anos) em 1601, após solicitar ao rei que lhe fossem dadas as áreas entre os limites do rio Real e o rio Ibirarema², pelos serviços prestados à coroa durante as lutas

² Atualmente conhecido como Guararema.

contra os gentios e franceses. Ao que parece, já estava a utilizar parte da área solicitada, a cerca de dois anos³ (FREIRE, 1977, p. 364).

Belchior Dias Moreira “Caramuru”, como também era conhecido, visto ser descendente do famoso naufrago Diogo Alvares, morreu em 1622 e a partir desse período temos um decréscimo de informações a respeito do território de Umbaúba e em Sergipe como um todo, nos séculos XVII e XVIII. Um dos motivos talvez tenha sido a invasão holandesa que desestabilizara a província de Sergipe durante o século XVII, fazendo regredir a maior parte dos avanços desenvolvidos (ex.: economia e comunicação), fato que levava até a uma nova remessa de doações de sesmarias com a expulsão do Holandeses, em 1653. Todavia, o rei decretou que essas terras precisavam ter o *referendum real*, uma espécie de carta no qual um representante solicita novos direcionamentos ao governo em questão (FREIRE, 1977; SOUZA, 1991, p. 129; NUNES, 1996, p. 17; ARAÚJO, 1999, p. 203).

Passado o momento de conflito, ainda no século XVII, Sergipe tornou-se Comarca Independente em 1696 e surgem as primeiras vilas: Santo Antônio e Almas de Itabaiana (atual cidade de Itabaiana), N. Sra. da Piedade do Lagarto (atual cidade de Lagarto), Santa Luzia do Itanhý e Santo Amaro das Brotas (SOUZA, 1991, p. 130; NUNES, 1996, p. 21).

No que se diz respeito à fronteira sul sergipana, tanto Sergipe quanto a Bahia, não entravam em acordo sobre qual era realmente o limite entre ambas. Assim, ocorreu uma serie de embates políticos entre as duas potências, adentrando aos séculos XVIII e XIX, tendo como foco a região do rio Real. A Bahia de um lado tentava embrenhar-se no território sergipano, chegando a expandir os domínios da vila de Abadia sobre o da vila de Santa Luzia do Itanhý até o rio Saguim, em 1787. No sentido oposto, Sergipe não aceitava e queria que seu domínio se estendesse até o rio Itapicuru, esse mais ao sul, além do rio Real. Para possibilitar um fim a essa peleja, foi levada a discussão ao Conselho de Estado que, em 18 de junho de 1843, tomou por pertencente a Sergipe o território em questão, fato que apenas se confirmou com o Decreto Imperial de 21 de setembro de 1843 (NUNES, 1996 p. 41 - 42).

O motivo de citar essa peleja entre baianos e sergipanos, encontra-se na razão que em meio a essas terras, estava a freguesia do Espírito Santo, atual Indiaroba. Segundo Freire (1995, p. 104) baseando-se na lei de 6 de março de 1841, a freguesia do Espirito Santo no então momento se estendia entres as margens do rio Real e do rio Saguim, o primeiro a separar-lhe

³ Para mais informações ver Carta de Belchior Dias Caramuru de 4 de dezembro de 1601, em FREIRE, 1891, p. 379 - 80; 1977, p. 364.

da providencia da Bahia e o segundo limitando seu território com a freguesia de Santa Luzia do Itanhy.

Entre a freguesia do Espirito Santo e a de Itabaianinha, são o rio Real que separa esta da província da Bahia, seguindo rumo direito ao rio Itamerim, onde faz barra o riacho denominada do Índio Caetano, encostado a Lagoa Preta, e por ela acima até sua cabeceira, daí irá cruzar o rumo, que botou a finada D. Josefa Maria Vasconcelos, deste, cruzando o rio Guararema, irá também cruzar a estrada da Queimada Grande para a praia, e desta ao riacho Limoeiro no Campo de N. Sra. sua divisão da freguesia de Sta. Luzia será da foz do rio Sagüim por ele acima até sua nascença, e daí seguirá rumo do leste a oeste até o município de Santa Luzia, o que fica pertencendo (Freire, 1995, p. 104).

Dentro desse termo judiciário, encontravam-se as vastas terras do coronel Manoel Fernandes da Rocha Braque, tendo por nome Fazenda Sabiá que, ao que parece, tinha por maiores rendimentos entre a época de 1860 – 1870, a produção de açúcar e a criação de gado. É através da povoação das terras dessa fazenda que irá se propiciar a criação do povoado de Umbaúba (FERREIRA, 1959, p. 486).

Lei provincial de 20 de Março de 1846. Art. 1º O povoado do Espirito Santo fica elevado à categoria de vila, com a denominação de vila do Espirito Santo do Rio Real e seus limites, que ficam sendo os da freguesia, desde já são os seguintes: dividindo com Santa Luzia, principiara da foz do riacho Saguim á sua nascença, e dela pelas proximidades do campo de N. Senhora ao engenha Tamá; dividindo com Itabaianinha; principiara do mesmo engenho Tamá a Buenos Ayres, e d'ahi pela estrada até **Sabiá**, onde foi morada de Pedro Barretto, e d'hai rumo direito ao engenho Candial, e desta atravessando o rio Taimirim, seguirá pela lagoa d'Anta, Payayá e Campo dos Cangalhos até o Riacho, donde der nele seguirá o seu curso até sua confluência (ANDRADE, 2004, p. 96).

Sabe-se que no então período do século XIX, a forma mais rápida de transporte comercial ainda se dava através de embarcações pelo meio fluvial ou marítimo, dada a inexistência de estradas e/ou a grande dificuldade no percurso das que existiam. Assim uma rota que favorecesse uma melhor interação entre o litoral e o sertão seria de grande valia, e Umbaúba vai acabar se encaixando justamente nesse quesito.

Ao que parece, no decorrer do traslado dos tropeiros entre a região das praias e do sertão, deu-se a criação de novos percursos entre tais localidades, sendo um desses o que passava pela fazenda Sábua. O referido caminho proporcionava tanto uma rota de passagem e comércio mais rápida, já que beirava o rio Guararema, quanto passava a contar como um ponto preferencial para descanso e encontro daqueles viajantes que passavam por lá. Segundo o que se preservou pela memória popular, fora um local repleto de umbaúbas⁴ (ver figura 1), característica que mais tarde lhe renderia o nome da cidade, a qual também permaneceu próxima ao Riacho da Guia⁵, atual localidade do povoado Dois Riachos (FERREIRA, 1959, p. 486; CLEMENTE, 2002, p. 35).

Figura 1 – Árvore de Umbaúba.



Fonte: Google Imagens. Disponível em: <<http://static.recantodasletras.com.br/users/49391/fotos/413491.jpg>>. Acesso em: 26/04/2014.

O apoio para o desenrolar da povoação se deu pela permissão da ocupação de suas terras, cujo coronel Manoel Fernandes permitirá aos vendedores que passaram a querer instalar casas e comércio no ponto do Riacho da Guia, mediante o trânsito de pessoas que passou a se intensificar na região e a possibilidade de lucrar com as necessidades desses viajantes (FERREIRA, 1959, p. 486; CLEMENTE, 2002, p. 35 - 36).

No decorrer do aumento da população o coronel achou por bem doar aos moradores da futura vila de Umbaúba, 60 braças quadradas⁶ (183,12 m²) de suas terras, como também construiu uma capela dedicada a Nossa Senhora da Guia, tornando-se esta padroeira da cidade até os dias atuais. A partir daí, dá-se início ao lugarejo (FERREIRA, 1959, p. 486; CLEMENTE, 2002, p. 35 - 36).

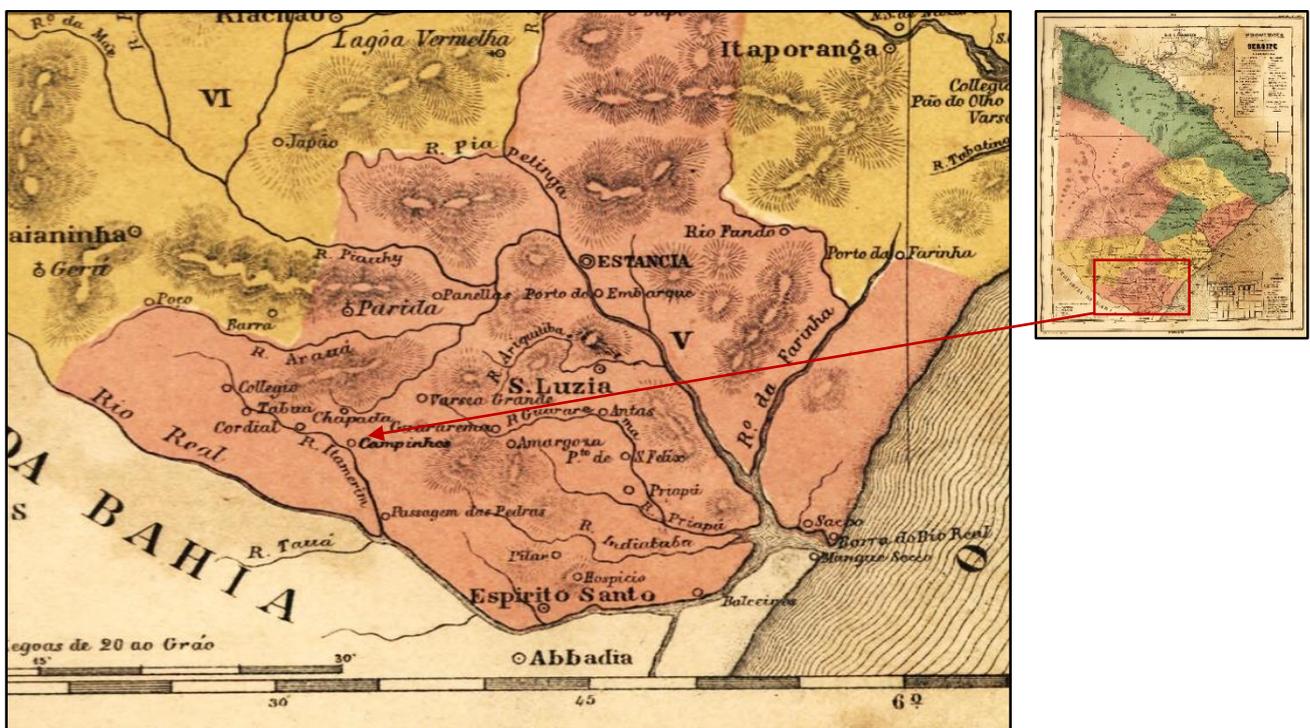
⁴ Espécie vegetal cuja denominação científica é *Cecropia spp.* Disponível em: <<http://www.ipef.br/identificacao/nativas/detalhes.asp?codigo=4>>. Acesso em: 26/04/2014.

⁵ Teria recebido esse nome pelo coronel Manoel Fernandes da R. Braque, sendo o mesmo devoto de Nossa Senhora da Guia.

⁶ Braça quadrada – equivale a 3,052 m². Fonte: Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/braca/>>. Acesso em: 26/04/2014.

Próximo ao então arraial de Umbaúba, já se encontrava estabelecido um outro povoado, Campinhos, que teria recebido esse nome em referência a uma das fazendas da região. Se olharmos o mapa XII – Província de Sergipe do Livro **Atlas do Império do Brasil** de Candido Mendes de Almeida (1868), notaremos que a povoação de Campinhos já é descrita no território da província de Sergipe, fato que não corresponde à Umbaúba da mesma época, tornando-a assim mais antiga e com uma dada importância para estar sendo representada no mapa (ver figura 2).

Figura 2 – Atlas do Império do Brasil: Província de Sergipe, mapa XII.



Fonte: ALMEIDA (1868, p. 51).

Segundo Reis et al (2009, p. 7), a povoação de Campinhos teria tido uma estrutura significativa para o que era considerado povoado na época, possuindo desde feira, talho de carne, posto policial, cemitério até um comércio bem desenvolvido. Ali contávamos também com cerca de mais de trinta casarões na região, alguns deles como o do próprio Joaquim Amâncio Monte Alegre, um dos mais antigos donos da Fazenda Campinhos que tenhamos conhecimentos em 1889, cujo arquitetura da residência, a última ainda restante nos tempos atuais, nos mostra em suas janelas de vidro, um poder aquisitivo relativamente acima da maioria da população não abastada.

Contudo, mesmo com essas qualificações Campinhos vai acabar em decadência. Acredita-se que devido a rota dos tropeiros ter sido direcionada para a localidade de Umbaúba, por conta de algumas características que já foram ditas. O comércio e movimentação de pessoas que outrora se dava por Campinhos, passou a acontecer em Umbaúba, o que prejudicou a outra povoação, levando a sua desestruturação e a migração de seus moradores para o novo centro populacional (REIS et al, p. 15 - 16).

1.3 Os engenhos e sua influência sobre o desenvolvimento territorial de Umbaúba.

Retornando para Umbaúba, a partir de 1860 – 70 levaria ainda cerca de 60 anos para que, por meio da atuação política do Major Cândido J. A. Viana, filho do Coronel Manoel Fernandes da R. Braque, fosse implementada a Lei nº 961 de 16 de outubro de 1926, transformando-a em distrito. Em seguida, pela Divisão Territorial do Estado referente ao ano de 1933, torna-se ia parte do município de Vila Cristina (atual Cristinápolis), não mais pertencente a Espírito Santo (atual Indiaroba). Sendo que, cinco anos mais tarde com a Lei Federal nº 311, de 2 de Março de 1938, a povoação Umbaúba é elevada à categoria de Vila. Devido ao seu desenvolvimento comercial e agropecuário a mesma passou a ter um grau de importância, tal qual o município de Cristinápolis, o que resultou na sua emancipação política, ocorrida em 6 de fevereiro de 1954, pela Lei Estadual nº 525-A (FERREIRA, 1959, p. 486; CLEMENTE, 2002, p. 37).

O então município acabaria por desenvolver variadas produções econômicas no decorrer de sua trajetória, na pecuária com a criação bovina e na agricultura a começar pelo cultivo da cana-de-açúcar (século XIX), seguido de outros como o milho, coco-da-baía, banana, mandioca e principalmente nas últimas três décadas que antecedem o presente momento, a citricultura (SERGIPE, 1983, p. 29; 31). Alguns desses itens, podem ser vistos no brasão da cidade (ver figura 3).

É na pecuária e na produção açucareira que Umbaúba, ainda pertencendo ao termo do Espírito Santo (ver quadro 1), vai focar seu princípio de

Figura 3 – Brasão do Município.



Fonte: Prefeitura de Umbaúba, 2014.

desenvolvimento na segunda metade do século XIX e o início do XX. Se nos colocarmos de um ponto de vista mais amplo, Sergipe até o final do século XIX estava em pleno crescimento através da produção açucareira e no desenvolvimento de estabelecimentos (engenhos de açúcar) que produzissem essa mercadoria (ALMEIDA, 1991, p. 80).

Quadro 1 – Sergipe Século XIX: Número de Engenhos por Municípios.

Região Cinturão Litorâneo e Sublitorâneo Meridional⁷						
MUNICÍPIO	<u>1808</u>	<u>1838</u>	<u>1856</u>	<u>1875</u>	<u>1881</u>	<u>1900</u>
Santa Luzia do Itanhy	20	40	70	30	-	31
Estância	-	44	65	-	55	19
Espírito Santo (Indiaroba)	-	-	07	16	58	21
Itabaianinha	-	27	56	50	62	54
Araúá	-	-	-	40	16	50
Lagarto	12	12	34	05	41	09
Boquim	-	-	-	22	-	24
Riachão	-	-	-	11	16	19
Campos (Tobias Barreto)	-	-	01	-	-	-
Simão Dias	-	01	01	03	06	08
Cristina	-	-	-	-	-	27

Fonte: Quadro baseado em ALMEIDA (1991, p. 80).

⁷ Terminologia criada por Almeida (1975), no trabalho apresentado no VIII Simpósio dos Professores Universitários de História, realizado em Aracaju, afim de agrupar os municípios no século XIX.

Quadro 2 – Engenhos de Sergipe
1903 – 1940.

Na outra ponta, a pecuária, mais especificamente a criação bovina, tinha grande rentabilidade no território pelo fato que seus custos de investimento (mão de obra e alimentação), mesmo naquela época, eram baixos e os lucros muito altos. Podia-se criar os animais em terras mais ao sertão, onde existia alimentação e menores riscos de doenças e, em meses de seca, os trazer para pastagens no litoral, com água mais abundante (ALMEIDA, 1991, p. 76).

Sergipe: 1903 – 1940	
Anos	Nº de Engenhos Banguês
1903	643
1917	329
1934	201
1935	161
1940	53

Fonte: DANTAS (1923, p. 83) *apud* ALMEIDA (1991, p. 89).

Todavia, a maior parte da produção sergipana era açucareira e até o final do século XIX ainda se dava de um jeito rudimentar, através da força motriz animal e da mão de obra escrava. O que acabava limitando tanto de um lado a produção, quanto do outro a qualidade e retorno financeiro ao produtor para futuros investimentos. E que passou a piorar com a abolição da escravatura em 1888, visto que Sergipe não contava com mão de obra sobressalente (ex.: imigrantes europeus, como foi o caso do sul do Brasil) para implementá-la a curto prazo, restando a estagnação da economia. Podemos notar essa mudança no decréscimo do número de engenhos na passagem do ano de 1881 para o de 1900 (ver quadros 1 e 2) (ALMEIDA, 1991, p. 81).

Mesmo tendo o maior número de usinas, durante o início do século XX, o que caracterizava a maioria das propriedades sergipanas era o engenho banguê (uma pequena unidade produtora de açúcar mascavo), sua produção era menor que a de Pernambuco, que chegava a produzir oito vezes mais (ALMEIDA, 1991, p. 88 - 89). Ainda segundo Almeida (1991, p. 88), a qualquer engenho banguê seria possível receber a denominação de usina, ao passo que para isso, teria que levar algum beneficiamento das máquinas do engenho. Isso explica porque mesmo tendo grande quantidade de “usinas”, Sergipe, não tinha quantidade e qualidade de açúcar superior a alguns outros Estados.

Em outra frente de limitações, estavam os comerciantes baianos e cariocas (a partir do século XX) que usufruíam do produto sergipano, porém controlavam de tal maneira a compra

e venda de açúcar, através de altos juros, que limitavam a margem de lucro do agricultor sergipano e o impedia de realizar a venda em outros mercados, por conta de dívidas antecipadas que tinham adquirido para o investimento e melhoria de safras que ainda estariam por vir. Sem contarmos com as concorrências dos Estados do Sul brasileiro e outros países, como os Estados Unidos da América que estavam com produções de melhor qualidade (ALMEIDA, 1991, p. 82; 110).

Uma medida paliativa a que o governo se utilizou para proteger ou minimizar a falência dos engenhos, foi a criação de Engenhos Centrais. Eles possuiriam toda uma estrutura necessária de usina para que pudessem receber a matéria prima das menores fazendas circunvizinhas e, a partir daí, beneficiar o açúcar e outros produtos da cana não só com uma qualidade superior, como também quantidade bem maior. Contudo, em Sergipe apenas o Engenho Central de Riachuelo teve sucesso nessa proposta (ALMEIDA, 1991, p. 82).

Supomos que a maioria dos donos de terras se negaram a trabalhar só com as etapas da plantação e colheita da planta, por terem que envia-las a outro beneficiador e/ou pelo fato de terem que se juntar para colocar suas produções num único local, o que atrapalharia a concorrência entre eles e os ganhos econômicos que tinham através dela.

Logo, não é de conhecimento da grande parte da população mais jovem, a existência dos engenhos de açúcar em Umbaúba, visto que as mais recentes gerações já ingressaram na época onde a monocultura da laranja, na década de 1980, havia tomado a dianteira econômica da região no lugar da cana-de-açúcar, que tinha entrado num período de decadência, cerca de quatro décadas antes.

No que se diz respeito à quantidade de engenhos e suas respectivas épocas de atuação dentro do território de Umbaúba, as informações orais (de moradores e pesquisadores da região entrevistados) em soma com as fontes documentais e bibliográficas, seguida de uma correlação com a toponímia de algumas atuais localidades do município, nos revelaram cerca de 20 locais, onde teriam funcionado engenhos de açúcar, e cuja força motriz predominante era a animal.

Podemos citar que conforme o nome dos engenhos, se equivalia a denominação de algumas das fazendas atuantes na época, passaram nas décadas subsequentes à repercutir nos nomes das povoações que cresceram no seu entorno e hoje são, por exemplo, povoados da

cidade. Segue abaixo a lista em ordem alfabética dos possíveis engenhos tidos no território de Umbaúba, entre os séculos XIX e XX (ver quadro 3).

Quadro 3 – Lista de Engenhos.

Prováveis Engenhos que Ocorreram no Território Umbaubense.		
1. Boa Nova	2. Boa Hora	3. Caldeirão
4. Campinhos	5. Candeal	6. Cipozinho
7. Cipó Branco	8. Curvelo	9. Dois Riachos
10. Jaqueira	11. Mangabeira	12. Passagem das Pedras
13. Queimada Grande	14. Sabiá	15. Sapucaia
16. São Francisco	17. Tauá	18. Triunfo
19. Várzea Grande	20. Vitória	

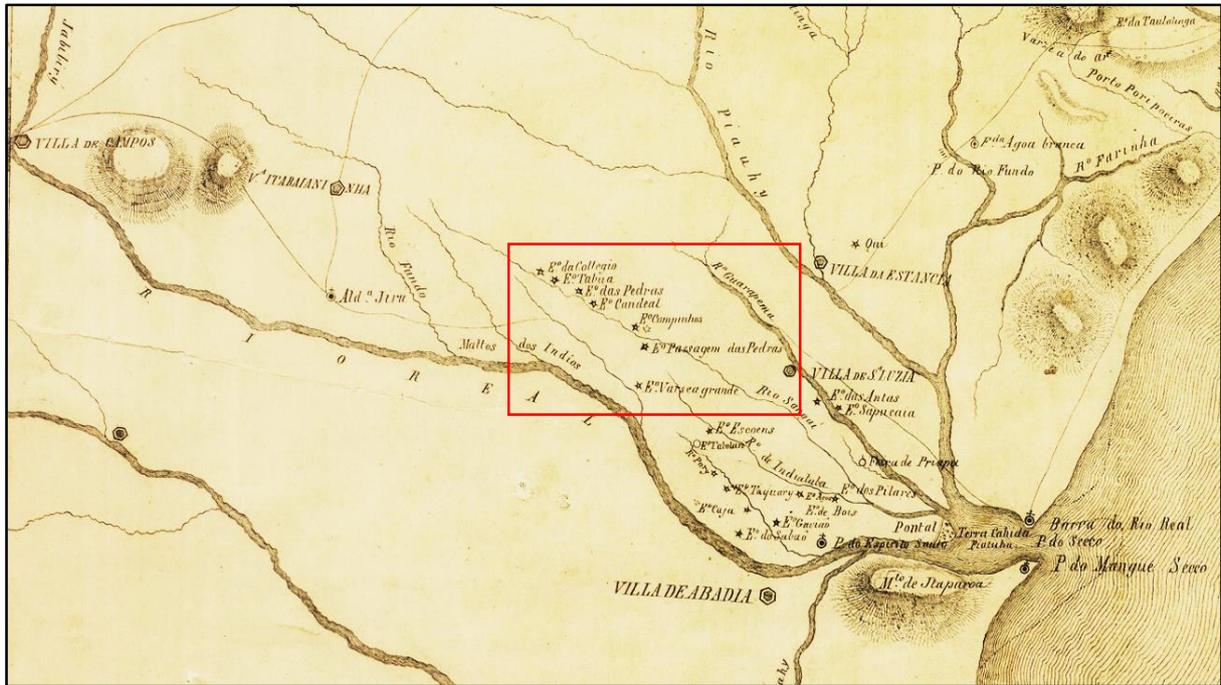
Fonte: Quadro baseado nas informações orais dos entrevistados, em soma com BLOEM, 1844; BUENO, 1881; FRANCO, 1960; SERGIPE, 1983; CLEMENTE, 2002.

Seguindo uma ordem cronológica que obtivemos através das variadas fontes, vamos apresentar os engenhos separadamente e através de grupos, devido ainda à falta de dados mais completos. O intuito das informações apresentadas aqui, não é oferecer uma trajetória entre a fundação e fechamento dos mesmos, mas pelo menos situa-los em um ponto referencial no tempo e espaço, conforme foram registrados em documentos que atestam, um dia, ter ocorrido a existência deles.

Utilizando-se da Carta Corográfica⁸ de João Bloem (1844), que traz em seu conteúdo a localização dos engenhos sergipanos, podemos identificar alguns desses exemplares da cultura açucareira no provável espaçamento que hoje se encontra o município de Umbaúba, sendo eles a princípio, os engenhos: Campinhos, Candeal, Passagem das Pedras e o Várzea Grande (ver figuras 4 e 5).

⁸ BLOEM, João. **Carta corográfica para a divisão das comarcas, termos e municípios da Província de Sergipe Del Rey, organizada pelas informações, exames e de várias cartas as mais exactas que existem até hoje, 1844.** Rio de Janeiro: Lith. do Archivo militar, 1844. 1 mapa, 75,4 x 57,2. Cópia Digital BRASILIANA USP.

Figura 4 – Fragmento da Carta de Bloem, 1844.



Fonte: Acervo Digital Brasileira USP, 2013.

Figura 5 - Carta de Bloem, 1844 (Área Detalhada).



Fonte: Acervo Digital Brasileira USP, 2013.

O Engenho Passagem das Pedras, teria pertencido ao Coronel Joaquim Amâncio Monte Alegre, já citado no texto que era também dono da fazenda Campinhos. Ele o teria vendido após o acontecimento da morte de sua neta Laurinda Monte Alegre Valverde, no ano de 1918 (REIS et al, 2009. p. 14). Segundo fontes orais, sua atual localização estaria no

que hoje chama-se Pedra do Rumo, povoado de Indiaroba, além do limite Sul de Umbaúba. Entretanto, no livro **Umbaúba (Serie: Monografias Municipais)**, de 1983, a localidade denominada Passagem das Pedras pertencia ao território de Umbaúba e era dividida em duas partes (SERGIPE, 1983, p. 23).

Segundo o relatório⁹ de Bueno (1881), o Engenho Candéal já estava desativado, apesar de que cerca de 40 anos antes, em 1846, ter sido utilizado como marco limítrofe entre Vila de Espírito Santo com a de Itabaianinha¹⁰. O mesmo relatório coloca o Engenho do Collegio, o Engenho Tabua e Engenho das Pedras ainda ativos, como pertencentes ao município de Itabaianinha. Já no que se refere ao Engenho Campinhos, o mesmo não é citado no relatório de Bueno como os demais, o que nos leva a possibilidade que, embora esteja relacionado à povoação de mesmo nome, tenha encerrado suas atividades muitos antes do relatório de 1881.

Em respeito ao Engenho Várzea Grande, existe nos dias presentes uma propriedade que leva esse nome na cidade, ela se encontra a beira da rodovia SE-290, atualmente essa rodovia faz ligação entre os municípios de Umbaúba e Itabaianinha. Todavia, se compararmos as localidades da presente propriedade e da carta de Bloem, elas estariam em locais muito distintos, o que nos leva a descrição de duas fazendas Várzea Grande, citadas no Livro **Umbaúba (Serie: Monografias Municipais)** (1983, p. 24). Porém, se observarmos o Mapa Multimodal de Sergipe (2009), notamos a presença de uma propriedade com nome Várzea Grande, no município de Cristinápolis que se assemelha muito com a local marcado por Bloem em seu mapa. Contudo, que é colocada como pertencente ao território de Indiaroba segundo o Mapa Municipal Estatístico do IBGE (censo 2010), a respeito da referida cidade.

Os engenhos Boa Hora, Dois Riachos, Sabiá, São Francisco e Triunfo são registrados por Bueno (1881) em sua tabela de 58 engenhos, para o Município do Espírito Santo (atual Indiaroba). Porém, dentre estes o da propriedade Boa Hora, nessa época já era tido como de “fogo morto”, uma denominação usada para se referir a estabelecimentos, desse tipo, desativados¹¹. Os demais ainda são lembrados por parte dos habitantes mais antigos, ainda funcionando no período das décadas de 1940 – 50, é o caso do Engenho Triunfo, como contamos o senhor João Gonçalves Filho, de 77 anos, que quando criança em meio à passeios da escola, visitavam o engenho e aproveitavam para pegar um pouco do melaço da cana-de-açúcar.

Um outro grupo de engenhos seria: Boa Nova, Curvelo, Mangabeira, Queimada Grande, Tauá e Vitória. Esses são especificamente registrados, a partir da memória dos habitantes umbaubenses entrevistados, talvez porque seriam engenhos mais recentes que iniciaram suas

⁹ BUENO, Francisco Antônio Pimenta. Relatório sobre a preferência de traçados para ferrovia na província de Sergipe. Rio de Janeiro, 1881. 107 p. (A obra contém a relação dos engenhos de diversos municípios de Sergipe).

¹⁰ Ver Lei provincial de 20 de Março de 1846.

¹¹ Ver livro Fogo Morto, obra de José Lins do Rego, publicada em 1943.

atividades depois do relatório de Bueno. Entretanto, são nomes de lugares que acabam se repetindo, entre a fala dos moradores e também como atuais denominações de localidades (ex. povoados e fazendas).

No decorrer do final do século XIX, mais precisamente 1897, Franco (1960, p.61) descreve a existência de 21 engenhos no município de Indiaroba, 4 movidos a água e 17 a tração animal. Assim, há de se ressaltar que boa parte das propriedades citadas estariam nessa lista, já que pertencia à jurisdição de Indiaroba (conhecida antes como Espírito Santo), então perímetro de Umbaúba. Porém, a partir da Lei nº 961 de 16 de outubro de 1926, o distrito da mesma passara a ser subordinado ao município de Cristinápolis.

Os engenhos Cipó Branco e o Cipozinho são citados junto a Lei nº 554 de fevereiro de 1954, como dois dos três marcos¹² limites do novo município de Umbaúba com a cidade de Itabaianinha, a oeste. O primeiro na extremidade noroeste, e o segundo numa indicação mais a oeste (CLEMENTE, 2002, p. 37). Precisamos salientar que devido a dada expansão e delimitação do território umbaubense, áreas antes pertencentes aos municípios circunvizinhos, como é o caso do Cipozinho e dos engenhos Caldeirão e Sapucaia que ficavam em Itabaianinha em 1881, passaram a ser de domínio de Umbaúba (ver figura 6).

Assim, alguns dos locais que teriam funcionado como engenhos de açúcar e ainda hoje permanecem parte do município de Umbaúba são: as fazendas Boa Hora, Boa Nova, Caldeirão, Candeal, Cipó Branco, Curvelo, Jaqueira, Sabiá, Sapucaia, São Francisco e Triunfo; e os povoados: Campinhos, Cipozinho, Dois Riachos, Mangabeira, Queimada Grande, Tauá e Vitória.

1.4 O progresso municipal no decorrer das décadas.

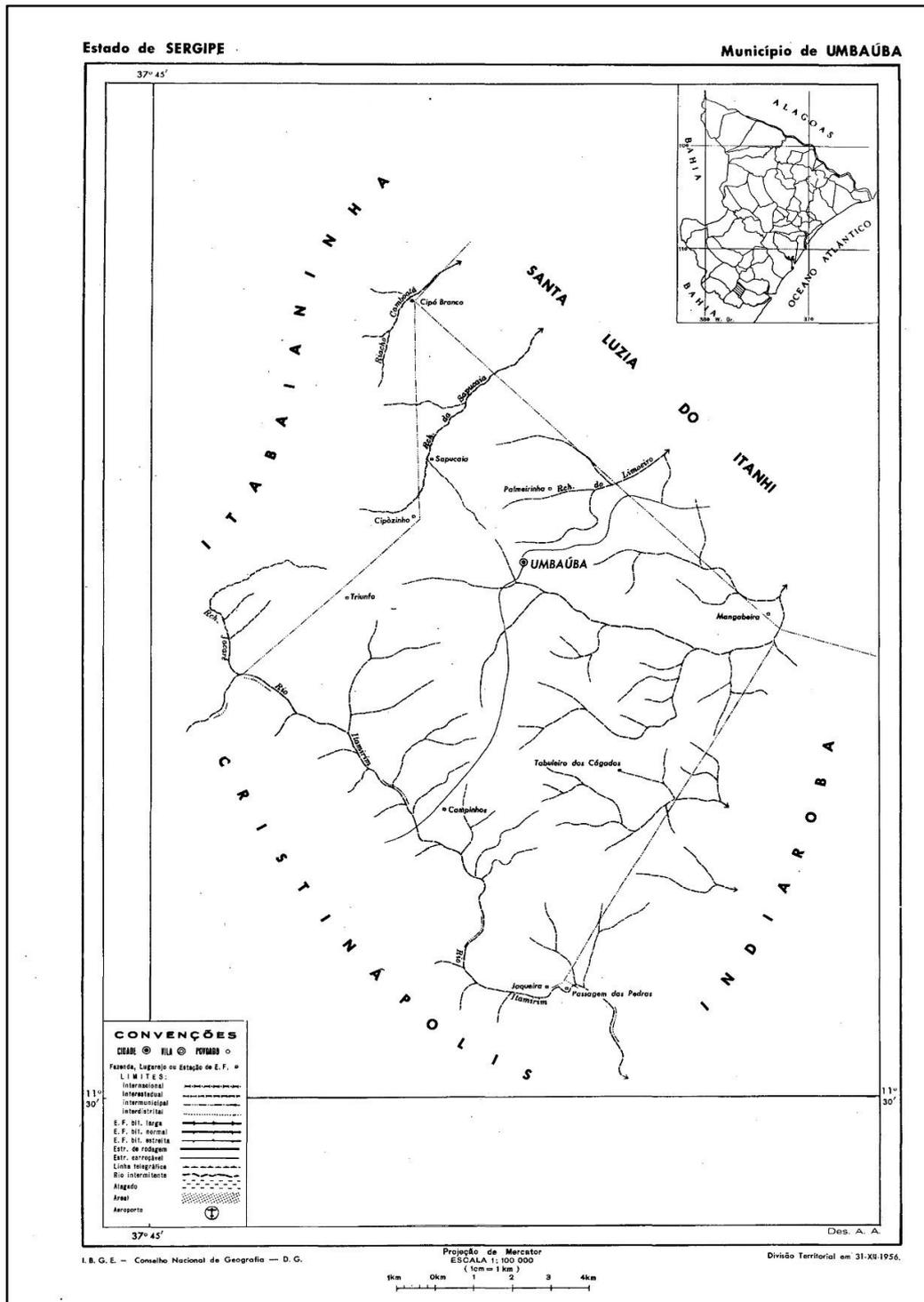
Com o processo de emancipação política da cidade em 6 de fevereiro de 1954, pela Lei Estadual nº 525-A, passamos a ter uma disponibilidade maior de informações com respeito a população e dos processos de modificações estruturais que passaram a ocorrer. Se tomarmos por base o livro **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros** de Jurandy Pires Ferreira (1959, p. 486 - 488), notamos que nos seus recentes momentos como cidade emancipada, a maioria da

¹² O 3º marco seria a foz do rio Jacaré (ver figura 6).

população ainda dependia do setor primário. Apesar disso, este não tinha mais como principal representante o açúcar, que dera lugar a produção do milho e da mandioca (casas de farinha), somados a extração das reservas de madeiras e argila locais, para indústria cerâmica da região.

Figura 6 – Mapa Municipal de Umbaúba, 1958.

(Área Territorial 118.856 km²)



Fonte: FERREIRA, 1958.

Dentre a rotatividade de dinheiro que transitava pela cidade, na década de 1950, estavam cerca de 26 estabelecimentos comerciais (todos varejistas), os quais dispersavam diversos tipos de produtos, como os saídos das lavouras, sendo que o seu máximo de vendas ocorria nos dias da feira municipal, tendo em vista que devido à localização de Umbaúba esses mesmos comerciantes faziam transações com os armazéns de Aracaju, Estância, das cidades circunvizinhas e até de Salvador – BA (FERREIRA, 1959, p. 488).

Já se dispunha de uma agência postal-telefônica do Departamento dos Correios e Telégrafos, como também de luz elétrica a motor, contudo, apenas disponível para a principal rua (atualmente denominada Av. Manoel Fernandes), que mesmo assim, como as demais, não possuía calçamento (FERREIRA, 1959, p. 488; CLEMENTE, 2002, p. 40). A população estava estipulada em 2.036 pessoas, com uma predominância de residências no campo (1.233 pessoas) e cuja maioria era do sexo feminino (1.089 pessoas). Sendo considerados 350 brancos, 340 negros e 1.346 pardos, onde a religião católica era praticamente obsoleta (FERREIRA, 1959, p. 488).

No passar das décadas de 1960 e 1970, o número de umbaubenses estava calculado em 4.037 habitantes nos anos 60, um pouco mais, 5.742, nos anos 70, fruto do crescimento natural e migração de moradores, tanto de cidades circunvizinhas quanto de outros Estados. Nos anos 1960, esses recém-chegados na região somavam cerca de 1.295 habitantes, (22,553% da população), uma mostra do grande fluxo de pessoas que chegaram na cidade (IBGE – Censo Demográfico, 1970 *apud* CLEMENTE, 2002, p. 42; SERGIPE, 1983, p. 27).

No que se refere às condições de vida desses habitantes, no ano de 1970, cerca de 3.829 habitantes com idade de 10 anos ou mais trabalhavam no setor primário, destacando-se a produção de fumo na época, o que de certa maneira, pelo tipo de habilidades requeridas para o trabalho, acabava repercutindo num soma de 3.676 analfabetos, 64% do total de pessoas citadas no parágrafo anterior, visto ser um tarefa que desconsiderava o aprendizado escolar (IBGE – Censo Demográfico, 1970 *apud* CLEMENTE, 2002, p. 43 - 44).

Quanto às moradias, a maioria dos 1.152 domicílios poderiam ser classificados como rústicos, com saneamento básico insuficiente, seja em obtenção de água potável, visto que apenas oito estavam conectados à rede geral de água, cabendo aos demais o acesso por meio de poços e/ou nascentes; exclusivamente 212 residências tinham acesso a rede elétrica; e no caso do descarte de resíduos do dia-a-dia, a maioria dessas casas se utilizavam de fossas

rudimentares ou outros tipos de esquadros (IBGE – Censo Demográfico, 1970 *apud* CLEMENTE, 2002, p. 43 - 44).

A partir dos anos de 1980, há uma diversificação de atividades profissionais (ver quadro 4), ascensão e melhoramento dos setores, especificamente o de prestação de serviços, como exemplo, a existência de duas agências bancárias pertencentes ao Banco do Brasil e o Banco do Estado de Sergipe – BANESE; e um Posto de Serviços Telefônicos - Telergipe. O setor agropecuário ainda liderava como opção de trabalho, sendo no então momento o principal produto agrícola produzido pela cidade a laranja, seguido da mandioca, banana, coco-da-baía, fumo e outros. E em relação à pecuária, temos sobretudo a criação bovina. Já no ramo industrial incluímos as empresas madeireiras, de mobiliário, de produtos alimentares (ex.: laranja), produtos de minerais não metálicos (através das olarias), metalúrgica e de bebidas (ver quadro 4) (SERGIPE, 1983, p. 32 - 35).

Quadro 4 – Setores Econômicos de Umbaúba (1980) p/ número de trabalhadores.

CIDADE DE UMBAÚBA EM 1980	
DIVERSIDADE DOS SETORES ECONÔMICOS	
Setor	Quantidade de Trabalhadores
Atividade Agropecuário, Extração Vegetal e Pesca	1.830
Indústria de Transformação	175
Indústria da Construção	250
Outras Atividades Industriais	8
Comercio de Mercadorias	150
Transporte e Comunicações	113
Prestação de Serviços	203
Atividades Sociais	92
Administração Pública	34
Procurando Trabalho	86
Condições Inativas	859
Total	3.800

Fonte: Baseado em Clemente (2002, p. 47).

A Umbaúba dessa época apresentava uma quantidade de 4.025 habitantes de outras cidades que passaram a residir, indivíduos esses de variadas localidades do Estado e também provenientes do restante do país, como: Ceará, Paraíba, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo etc (CLEMENTE, 2002, p. 46).

Outra característica a ser apresentada na década de 1980 é uma queda na quantidade de pessoas sem grau de instrução escolar, segundo informações parciais, Umbaúba contava com 5.103 pessoas com até um ano de estudo escolar e cerca de 2.043 acima disso (IBGE – Censo Demográfico, 1980 *apud* CLEMENTE, 2002, p. 46). Ressaltando que essa pequena melhora no quadro educacional se deu pela existência de 16 estabelecimentos escolares, todavia apenas um desenvolvendo o ensino de 2º grau na região até o ano de 1983 (SERGIPE, 1983, p. 49).

No decorrer de 1990 sucedeu a criação do Terminal Rodoviário Paulo Alves do Nascimento, mais apropriado para dar assistência aos serviços de transporte interurbanos, visto que nos anos anteriores o local de parada desses coletivos era na Praça Gil Soares. Passou a também a contar com um Fórum, nomeado de Desembargador Luiz Magalhães, assim como também locais para a prática de esportes, a exemplo, o ginásio do SESI (Serviço Social da Indústria). Em 1996 a população estimada era de 16.489 e mesmo com o acréscimo de mais escolas, apenas 5.655 pessoas eram alfabetizadas (CLEMENTE, 2002, p. 49).

Já nos últimos 13 anos, concluídos desse o início do século XXI, tivemos um crescimento significativo da malha urbana municipal, bem como da variedade de serviços oferecidos pelo setor terciário, a exemplo, podemos citar a melhoria no ramo de transportes de passageiros, engrandecido através do estabelecimento de empresas cooperativas (ex.: Coopertalse e Coopase), permitindo um maior deslocamento de pessoas do município pelo Estado, na busca de melhores serviços ou produtos que a cidade não ofereça, assim como trazendo esses para a cidade.

Também como uma situação específica a citar nesses recentes anos, tivemos a criação da Clínica Dr. Ernesto Che Guevara de la Serna, a reforma da infraestrutura do sistema viário do município, através da pavimentação asfáltica, o início da implantação do sistema de esgotamento sanitário etc.

Contudo, nem todas as mudanças ocorridas durante a formação da atual cidade foram benéficas. Há de se exprimir aqui que, com o passar do tempo os costumes, manifestações

tradicionais de Umbaúba foram perdendo seu vigor e representatividade na vida de sua população. Grupos folclóricos como a Zabumba (dança de origem portuguesa onde um grupo composto de tocadores de pífano, triangulo e instrumento de percussão tocam cantigas de arraial e de romarias), Quadrilha Junina e São Gonçalo (dança de origem africana, tipicamente praticada por integrantes masculinos saudando ao santo que deu nome à manifestação, trajados com um indumentária branca, acompanhada de adereços coloridos), que na década de 1980 ainda eram presentes no cotidiano municipal, porém se tornaram escassos, alguns incógnitos das gerações mais novas. Outro exemplo acontece com a festa do mês de janeiro consagrada à Nossa Senhora da Guia que, embora ainda seja praticada no âmbito da religião católica, também perdera grande parte do vigor ao qual tinha em décadas anteriores (SERGIPE, 1983, p. 55).

No pouco mais de 150 anos que se passaram desde o provável surgimento da povoação umbaubense, a cidade de Umbaúba atravessou inovações e transformações que, conforme foram acontecendo, repercutiram no que hoje se tornou. Todavia, dentre as etapas de sua formação, quanto mais retrocedemos ao momentos da história que antecedem a emancipação política, mais notamos um sentimento de indiferença da população em conhecer e preservar a memória do local onde vivem. Poucos foram os estudiosos que se propuseram a registrar e entender esses momentos pretéritos da região, podemos citar aqui alguns deles, como: **Expansão e Desenvolvimento Urbano da Cidade de Umbaúba 1954/2001** de Ivanete de Jesus Clemente (UFS – Monografia de 2002) e **Fazenda Campinhos – Umbaúba: do Apogeu ao Abandono (1840 a 1953)** de REIS, Maria José de Sousa Reis et al (UNIT EAD – Artigo de 2009); tendo em vista que foram as pesquisas mais divulgadas dentre um grupo de trabalhos, em específico, da área da História, porém, são publicações que não estão muito bem acessíveis à população umbaubense.

Outro fato que comprova a falta de pesquisas sobre a trajetória de formação de Umbaúba, se concretiza ao percebermos que o trabalho mais abrangente sobre a história desse município, antes da emancipação, tem sido o que foi realizado pelo IBGE no livro **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**, planejado e orientado por Jurandyr Pires Ferreira, em 1959, cujo texto veio se repetindo em diversas outras publicações ao longo dos anos, a exemplo, o livro **Umbaúba (Serie: Monografias Municipais)**, de 1983, produto da Secretaria do Planejamento de Sergipe que, embora não traga nenhuma informação nova a respeito dos aspectos históricos da cidade antes de 1983, retrata bem informações de diversos campos (economia, educação, demografia etc.) da cidade no referido ano.

Enaltecer os outros, mas deixar sua própria cultura de lado tem sido algo recorrente no nosso campo de ensino educacional. Ao dizemos isto, ressaltamos que a falta de interesse em se lecionar a história local aos jovens, os leva a não se reconhecerem no ambiente que habitam, conseqüentemente o descaso com o patrimônio. A cidade de Umbaúba não tem sido um caso à parte, não num país onde estudantes aprendem mais sobre o que ocorreu em outras regiões do mundo, do que o processo histórico que antecederam a sua realidade.

2. O DESENVOLVER DA ATUAÇÃO ARQUEOLÓGICA NO ESTADO DE SERGIPE, COM ENFOQUE PARA REGIÃO SUL

As pesquisas do curso de Arqueologia em Sergipe têm proporcionado a ampliação do conhecimento a respeito do nosso patrimônio cultural. O fato de conhecer sobre o que provavelmente ocorreu na vida dos nossos ancestrais, e as histórias às quais determinados artefatos provavelmente estão atrelados, repercuti na forma como interagimos com o patrimônio, preservando-o, isso partindo da perspectiva que ao conhecer a herança material que nos rodeia, que nos mantém em contato com nosso passado, o valor dela como forma de conhecimento e memória é elevado.

O desenvolver inicial das pesquisas arqueológicas do Estado sergipano ocorreu no decorrer das décadas de 1960 e 1970, mesma época pode ser colocada para os seus vizinhos da região Nordeste, considerando que os olhares dos pesquisadores nos anos que antecedem essas datas, como 1940 e 1950, concentravam-se nos achados das regiões, como a Amazônia e o Sul do Brasil, deixando o resto do país a margem do interesse científico (MARTIN, 2008, p. 37).

A década 1960 vai ser caracterizada pela iniciativa do PRONAPA (Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas), que perdurou de 1965 – 1970, com a participação e patrocínio do *Smithsonian Institution*, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN e o Museu Paraense Emílio Goeldi (para a região amazônica), cujo intuito era estabelecer, através de levantamentos extensivos, uma amostragem cultural dos diversos fenômenos arqueológicos que compõem cada região do país, enquanto acabava treinando arqueólogos e financiando instituições (SOARES, 2012, p. 23; BARRETO, 2000, p. 44). Também tinha como alguns dos seus objetivos e a marca como ficou conhecida o programa, a catalogação e seriação de tipos

cerâmicos e líticos, assim como, o estabelecimento de uma amostragem cultural em categorias chamadas fases e tradições, para que fosse possível a unificação de elementos semelhantes da pré-história do território brasileiro (SOARES, 2012, p. 23; BARRETO, 2000, p. 45).

Entretanto, a forma como essas categorias foram utilizadas em solo brasileiro se assemelhou mais ao difusionismo cultural europeu do que ao neo-evolucionismo ecológico americano, originalmente proposto por Willey e Phillips em 1995 (BARRETO, 2000, p. 45). E mesmo com a abrangência nacional que o PRONAPA atingiu, com exceção da Bahia e os trabalhos de Calderón, também os de Nassaro Nasser no Rio Grande do Norte, a região Nordeste ficou praticamente fora desse programa (MARTIN, 2008, p. 40).

A entrada de Sergipe no campo das pesquisas sistemáticas da Arqueologia, não será uma intencionalidade advinda do PRONAPA, já que ocorria uma inatividade do programa arqueológico no Nordeste. Mas devido a parte dos trabalhos realizados por Valentin Calderón terem ultrapassado o litoral Norte baiano: entre julho de 1968 e julho de 1969, o pesquisador da Universidade Federal da Bahia, constatou a extensão geográfica da tradição Aratu¹³ sobre a região Sul de Sergipe. Especificamente na zona sergipana, Calderón estudará os vestígios de urnas funerárias piriformes, dos sítios localizados na cidade de Cristinápolis, que contribuíram para a identificação de outros artefatos de classificação duvidosa no Estado (CALDERÓN, 1971, p. 163; AMÂNCIO, 2001, p. 39).

Uma outra iniciativa do pesquisador mencionada no território sergipano, se deu numa visita à fazenda Muquém, município de Santa Luzia do Itanhy, onde circulava a informação de uma igabaça¹⁴ encontrada em meio ao terreno arado da propriedade. Lá, o arqueólogo teria identificado ossos humanos dentro da urna e devido ao estado frágil do recipiente cerâmico, resolveu levar apenas os ossos para análise na Bahia (MARQUES, 1972). Porém, o referido caso repercutiu num desentendimento com o Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico de Sergipe, visto que os setores competentes do distrito de Salvador não tiveram o cuidado de comunicar que a equipe do professor Calderón estaria a fazer escavações em Sergipe e a também deslocar material arqueológico para fora do seu estado que possui sua guarda legal (SERGIPE, 1973).

¹³ A referida tradição arqueológica foi definida primeiramente pelo arqueólogo Valentin Caldéron a partir dos trabalhos de salvamento arqueológico realizados durante o PRONAPA nos anos de 1960, em 24 sítios localizados no Centro Industrial de Aratu, região metropolitana de Salvador junto aos municípios de Simões Filho e Candeias (AMÂNCIO, 2001, p. 36; CARVALHO, 2003, p. 107; SOARES, 2012, p. 24).

¹⁴ Igabaça - Pote de barro ou talha grande para água, que serve também para guardar outros gêneros.

No decorrer dos anos que se sucederam aos trabalhos de Caldéron em Sergipe, a Arqueologia do Estado ficara a cargo de arqueólogos amadores, algo que estava a acontecer também em outros Estados e que por aqui tiveram como alguns dos representantes Celso Oliva, Núbia Marques, Luíza Maria Gonçalves e José Augusto Garcez (AMÂNCIO, 2001, p. 39). Embora, não tivessem uma formação acadêmica dentro da área, tiveram suas vidas dedicadas a Arqueologia e atuaram com contribuintes no resgate e preservação do patrimônio material e imaterial, sem citar o auxílio para o crescimento de instituições oficiais, visando a formação de especialistas locais (PROUS, 1992, p. 11).

2.1 Criação do Núcleo de Pesquisa Arqueológica da UFS.

Com o estabelecimento das gerações de arqueólogos profissionais, formados no Brasil, a partir dos ensinamentos de profissionais estrangeiros, como foi o caso do PRONAPA dirigido pelo casal de arqueólogos estadunidenses Clifford Evans e Betty Meggers, preencheu-se a necessidade de pesquisas em amplas regiões arqueologicamente desconhecidas, fato que repercutiu no aumento de iniciativas pelo país (PROUS, 1992, p.16). Sergipe vai ser agraciada nos anos de 1980 com estudos mais efetivos por toda a extensão do Estado, propiciados em particular pela criação em 1983, de um Núcleo de Estudos Práticos e Teóricos na Área de Arqueologia, sob a iniciativa do professor Fernando Lins de Carvalho e do setor de antropologia, com adesão de oito alunos do Curso de História e um da Geografia da UFS – Universidade Federal de Sergipe (NÚCLEO DE PESQUISA ARQUEOLÓGICA, 1988).

Em 1984 a arqueóloga Nádia Pimentel de Santana é incorporada ao Núcleo de Estudos Práticos e Teóricos e mais tarde, 1985, contratada pelo Governo do Estado de Sergipe e colocada à disposição do DPS¹⁵/UFS – Setor de Antropologia. Também na mesma época se dá a criação do Núcleo de Pesquisa Arqueológica – NPA, através da Portaria nº 145/85, concedida pela Fundação Estadual da Cultura – FUNDESC sob a presidência do Prof. Fernando Lins de Carvalho. Uma das primeiras iniciativas do NPA foi a implementação do Programa de Mapeamento de Sítios Arqueológicos do Estado de Sergipe – PMSAS, o qual dará ênfase às atividades de campo no Estado (NÚCLEO DE PESQUISA ARQUEOLÓGICA, 1988).

¹⁵ DPS – Departamento de Psicologia e Sociologia.

O PMSAS desenvolvido pelo DCS¹⁶/UFS será, até o então momento, a iniciativa arqueológica de maior abrangência no Estado, possibilitando por meio de prospecções, algumas interventivas, a recolha de informações sobre a identificação de sítios arqueológicos na maioria dos municípios de Sergipe (AMÂNCIO, 2001, p. 39). Contando a princípio com um corpo técnico composto pela arqueóloga Nádia Pimentel e três professoras de História: Sônia Vitória, Suely Gleyde Amâncio Martinelli e Cleonice Vergner, oriundas do Núcleo de Estudos Arqueológicos da UFS (NÚCLEO DE PESQUISA ARQUEOLÓGICA, 1988).

No decorrer dos anos seguintes, a atuação desses pesquisadores junto ao programa de mapeamento, fez com que fossem visitados, entre 1985 e 1987, cerca de 61 municípios sergipanos: Amparo de São Francisco, Aquidabã, Aracaju, Arauá, Brejo Grande, Campo do Brito, Canhoba, Canindé do São Francisco, Capela, Carira, Cedro de São João, Cristinápolis, Divina Pastora, Estância, Feira Nova, Frei Paulo, Gararu, Gracho Cardoso, Ilha das Flores, Indiaroba, Itabaiana, Itabaianinha, Itabi, Japoatã, Lagarto, Laranjeiras, Macambira, Malhada dos Bois, Malhador, Maruim, Moita Bonita, Monte Alegre de Sergipe, Muribeca, Neópolis, Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora de Lourdes, Nossa Senhora do Socorro, Pacatuba, Pedrinhas, Pinhão, Pirambu, Poço Redondo, Poço Verde, Porto da Folha, Propriá, Riachão do Dantas, Riachuelo, Ribeirópolis, Rosário do Catete, Salgado, Santa Luzia do Itanhy, Santa Rosa de Lima, Santo Amaro das Brotas, São Cristóvão, São Francisco, São Miguel do Aleixo, Simão Dias, Telha, Tobias Barreto, Tomar do Geru e Umbaúba (NÚCLEO DE PESQUISA ARQUEOLÓGICA, 1985 - 1987). Todavia, precisamos salientar que dos municípios expostos acima, nem todos tiveram sítios arqueológicos identificados e registrados durante a execução do PMSAS, a exemplo: as cidades de Umbaúba, Poço Verde, Salgado e Itabaianinha. Talvez pela grandeza territorial a que o programa se dispunha investigar e sem contar com o número ideal de profissionais que intensificassem as buscas por todo o Estado, os trabalhos ficaram limitados pelo tempo e disposição dos poucos membros da equipe técnica.

Utilizando-se do Livro de Tombo do NPA (1990) e do Relatório Geral do NPA (1988), podemos chegar a uma parcial de 31 sítios registrados entre os municípios sergipanos em que provavelmente ocorreram as prospecções do NPA. Em sua maioria, os sítios arqueológicos confirmados tiveram mais de uma área de coleta de material, conforme a divisão da área em lotes era trabalhada. Apesar disso, infelizmente a localização e existência da maioria desses

¹⁶ DCS – Departamento de Ciências Sociais.

sítios não é de conhecimento da superintendência do IPHAN em Sergipe, desse modo, os registrados dos sítios apenas são encontrados nos relatórios de campo do NPA.

Em virtude disso preferimos tão-somente citar um lista com os nomes dos sítios, as localidades, a primeira data de coleta e data descritas em alguns dos relatórios (ver quadro 5). Quanto ao material encontrado neles, temos uma predominância de artefatos líticos e cerâmicos pré-históricos (ex.: urnas funerárias), com uma exceção para os sítios: Princesa, em Ilha de São Pedro – Porto da Folha, onde foi encontrada porcelana; Lira, em Riachuelo, com vestígios paleontológicos, pré-coloniais, de contato e históricos; Machado e Santo Antônio, em Pacatuba, com vestígios de edificações históricas, o que nos mostra um tendência da época por estudos na área da Arqueologia pré-histórica.

Quadro 5 – Sítios Arqueológicos relacionados a atuação do Núcleo de Pesquisa Arqueológica em Sergipe.

PARCIAL DE SÍTIOS REGISTRADOS DURANTE A ATUAÇÃO DO NPA				
Nº	SÍTIOS ARQUEOLÓGICO	MUNICÍPIO	DATA DE COLETA	DATA DO TOMBAMENTO
1	Aldeia	Pacatuba	-	-
2	Aldeia de Japarutuba	Japarutuba	-	-
3	Branco	Japarutuba	-	-
4	Cacimba	Canhoba	30/05/1985	30/07/1990
5	Carnaíba	Pedrinhas	10/06/1985	30/07/1990
6	Carrapicho	Laranjeiras	-	-
7	Caruçá	Indiaroba	-	-
8	Fortuna	Divina Pastora	07/05/1983	25/07/1990
9	Igreja	Itaporanga	-	-
10	Japoatã	Japoatã	-	02/08/1990
11	Letreiro	Canindé do São Francisco	19/02/1987	31/07/1990
12	Lima Neto	Araúá	21/06/1985	31/07/1990
13	Lira	Riachuelo	25/01/1986	31/07/1990

(continuação)

Nº	SÍTIOS ARQUEOLÓGICO	MUNICÍPIO	DATA DE COLETA	DATA DO TOMBAMENTO
14	Machado	Pacatuba	-	-
15	Malhada	Lagarto	-	-
16	Messias	Frei Paulo	14/04/1986	31/07/1990
17	Mucuri	Carmópolis	25/04/1986	31/07/1990
18	Muquém	Santa Luzia do Itanhy	30/05/1985	30/07/1990
19	Mulungu I	Lagoa dos Porcos	12/11/1987	02/08/1990
20	Mulungu II	Lagoa dos Porcos	26/11/1987	31/07/1990
21	Nova Esperança	Santo Amaro	11/09/1990	17/09/1990
22	Pedro Paes de Azevedo	Aracaju	-	-
23	Piauy	Fazenda São José do Piauy	-	-
24	Princesa	Ilha de São Pedro (Porto da Folha)	15/06/1985	31/07/1990
25	Real	Cristinápolis	20/08/1985	31/07/1990
26	Riachuelo	Riachuelo	26/01/1983	25/07/1990
27	Santo António	Pacatuba	01/05/1982	25/07/1990
28	São Pedro	Cristinápolis	20/08/1985	-
29	Sapoti	Araúá	-	-
30	Tapera	Lagarto	-	-
31	Vermelho	Lagoa das Esperas	12/11/1987	31/07/1990

Fonte: NÚCLEO DE PESQUISA ARQUEOLÓGICA, 1985 – 1987, 1988, 1990; VERGNE et al, 1991; AMÂNCIO, 2001.

Seguindo na atuação do grupo de pesquisadores do NPA da UFS, a partir de 1988, em convenio com a Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF, o referido núcleo de pesquisa arqueológica acabou escolhido para ficar a cargo do Projeto Arqueológico de Xingó – PAX, cuja finalidade era minimizar a destruição dos sítios arqueológicos da região, através do salvamento arqueológico, tendo em vista os impactos (inundação) na área causados pela construção da Hidrelétrica de Xingó, na fronteira entre Sergipe e Alagoas (NÚCLEO DE

PESQUISA ARQUEOLÓGICA, 1988; VERGNE, 1996; AMÂNCIO, 2001, p. 39). Mesmo em parceria com pesquisadores da Fundação do Museu do Homem Americano – FUMDHAM, Núcleo de Estudos Arqueológicos da Universidade Federal de Pernambuco, as demais atividades do NPA pelo Estado ficaram paralisadas, para que todas as ações fossem voltadas para o PAX (VERGNE, 1996; AMÂNCIO, 2001, p. 39).

2.2 O PAX e a idealização do Curso de Arqueologia em Sergipe.

O Projeto Arqueológico de Xingó teve sua finalização em 1998, trazendo ao conhecimento da sociedade mais de duzentos sítios pré-históricos, tal como o Sítio Justino e o São José, caracterizados como as necrópoles de maior conjunto esquelético pré-histórico, até então, encontradas no semiárido nordestino com datações que remetem a cerca de 8.950 ± 70 anos (VERGNE, 1996; CARVALHO, 2003, p.71). Tendo em vista a grande quantidade de acervo gerada durante o projeto, foi criado em 2000 o Museu de Arqueologia de Xingó – MAX, através da parceria da Universidade Federal de Sergipe e a Petrobras, um instrumento para dar curadoria adequada ao material extraído dos sítios resgatados e promover a pesquisa e divulgação desse momento da vida das sociedades pré-históricas do território sergipano para a população atual (PETROBRAS, 2014).

Embora os resultados previstos para o PAX tenham sido satisfatórios, no decorrer de sua elaboração o mesmo se utilizou da consultoria de arqueólogos de outros Estados para dar cabo dos estudos necessários, visto que Sergipe não possui profissionais suficientes (apenas a equipe do NPA) para executar o trabalho (NOGUEIRA & SILVA, 2009 p. 18). Por mais que os consultores estivessem resolvendo o problema, mostrava-se necessário a criação de um curso efetivo para a formação de arqueólogos capacitados no próprio Estado, fato que, todavia, só veio a se consolidar no ano de 2007, com o início das aulas do Curso de Graduação em Arqueologia, no então recém criado Campus Universidade Federal de Sergipe, localizado na cidade de Laranjeiras, há 18 km da capital sergipana (NOGUEIRA & SILVA, 2009 p. 20).

Até a criação do Curso de Graduação em Arqueologia e os primeiros resultados das pesquisas dos estudantes, como exemplo, trabalhos monográficos defendidos por discentes da primeira turma do curso, a partir de 2010, o que proporcionou segmento às investigações arqueológicas no Estado sergipano, num período pós NPA, ocorreu pelo aproveitamento das

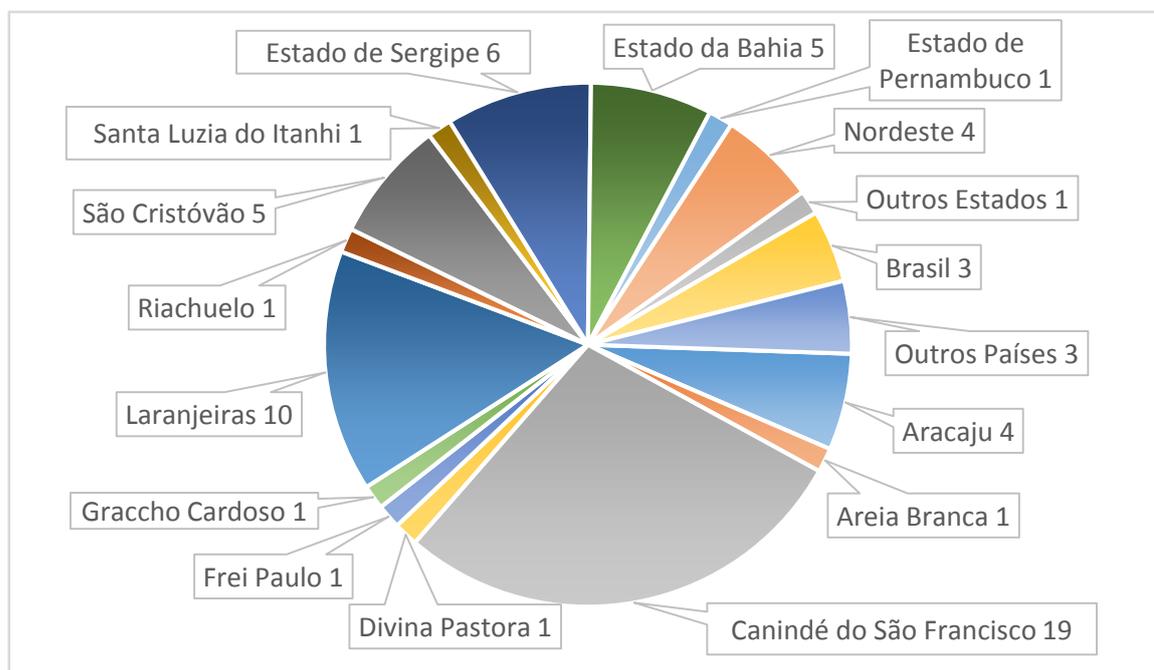
estruturas do curso de Geografia na pós-graduação da UFS. Em 2001, implantou-se mediante incentivo do Museu de Arqueologia de Xingó e da Prefeitura Municipal de Canindé do São Francisco, uma segunda Área de Concentração no Mestrado de Geografia, intitulada “Formas e Processos Tradicionais de Ocupação Territorial – Estudos Arqueológicos”, resultando em 17 dissertações sobre temas locais e regionais, ligadas ao conhecimento arqueológico (NOGUEIRA & SILVA, p. 19).

A partir do Núcleo de Arqueologia – NAR, instalado no Campus de Laranjeiras em 2007, a investigação do conhecimento arqueológico passou a ser disseminada pelo território sergipano, sendo que, a princípio, o curso contava com poucos professores efetivos, na sua maioria visitantes e voluntários que, em face a precariedade inicial do curso, aproveitavam-se do suporte arqueológico oferecido pelo Museu de Arqueologia de Xingó – MAX, para dar desenvolvimento a formação dos primeiros discentes em aulas práticas de campo, técnicas de laboratório etc.

Atualmente o Curso de Arqueologia da UFS vem se desenvolvendo em qualidade e variedade, características que podemos justificar pela aquisição de renomados profissionais da área, abordando diversos aspectos sobre o patrimônio arqueológico, o que tornará possível em 2013, a mudança de Núcleo – NAR para Departamento de Arqueologia – DARQ, proporcionando aos alunos um abrangente contato com cada vez mais zonas de conhecimento arqueológico, a exemplo, podemos citar os laboratórios de Arqueologia de Ambientes Aquáticos – LAAA, de Bioarqueologia – LABIARQ, de Arqueologia da Paisagem, Identidade e Contato – LAPIC e o de Arqueologia Sensorial – LAS, que atualmente desenvolvem projetos pelo Estado (ressaltando a existência de projetos com atuação em outras localidades do Brasil) e integram parte fundamental da formação acadêmica do Curso. Conta ainda com o Programa de Pós-Graduação em Arqueologia – PROARQ, com curso de Mestrado iniciado em 2011 e Doutorado em 2013.

Desde 2010, com a formação da primeira turma da graduação em Arqueologia pela UFS, as pesquisas arqueológicas realizadas pelos alunos da universidade têm se espalhado por diversas áreas de Sergipe, do Brasil e até outros países, visto que, através do incentivo dos professores, os discentes têm alcançado a inclusão dentro do campo das investigações arqueológicas. No gráfico 1, nos podemos visualizar cerca de 67 pesquisas (51 monografias e 16 dissertações) resultantes dessas iniciativas arqueológicas, projetadas a partir dos trabalhos elaborados dentro do DARQ, entre os professores e alunos, durante os anos de 2010 à 2013.

Gráfico 1 – Locais relacionados as pesquisas arqueológicas efetuadas pelos discentes dos Cursos de Arqueologia (Graduação e Mestrado), através da Universidade Federal de Sergipe.



Fonte: Gráfico baseado na relação de monografias e dissertações desenvolvidas dentro do Departamento de Arqueologia entre 2010 e 2013, registradas no Sistema Integrado de Bibliotecas (Pergamun) da Universidade Federal de Sergipe.

2.3 Últimos projetos arqueológicos em Sergipe que atuaram na região Sul.

Há de citar que no ano de 2010, através da Monografia **Caminhando em Busca do Passado do Município de Santa Luzia do Itanhy** – Anderson Rodrigues da Lima (Graduado em Arqueologia pela UFS), foram inseridos 10 sítios¹⁷ no CNSA (Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos) do IPHAN. O referido trabalho teve como objetivo, em síntese, trazer novas informações sobre o acervo arqueológico de Santa Luzia do Itanhy. Dentre os dez sítios, que em suma, foram tratados superficialmente, sete possuem vestígios de material lítico e/ou cerâmico pré-histórico, e três históricos que acabam se destacando pelo fato de serem por exemplo, o Sítio Priapú (represa da antiga Usina Priapú) e o São José (chaminé e outras

¹⁷ Os dez Sítios registrados: Priapú (histórico), São Gonçalo (histórico), São José (histórico), Barão (lítico), Areal (cerâmico), Pati (lítico e cerâmico), Caju (lítico e cerâmico), Pedreira do Amor (lítico), Ribeira (lítico e cerâmico) e Bode (cerâmico).

estruturas de engenho de açúcar), representantes de partes integrantes do período áureo da cana de açúcar em Sergipe; ou o Sítio São Gonçalo, uma ruína de igreja com paredes construídas com pedras, que remete a construções do século XIX e ou mais antigas. Esses sítios representam uma taxa ainda menor do campo diminuto de atuação da Arqueologia no Estado sergipano, que no caso é o da região Sul.

Nos últimos cinco anos ocorreu também a execução do Projeto de Adequação e Aumento da Capacidade Rodoviária da BR 101 PE/BA, um projeto do Governo Federal implantado no Nordeste brasileiro, no trecho entre Pernambuco e Bahia (ALBUQUERQUE; LUCENA; DUARTE, 2011, p. 12).

O trecho a ser duplicado teve início no Estado de Pernambuco, no município de Palmares até a divisa com Alagoas, passando pelo Estado de Sergipe e atravessando todo o mesmo numa extensão até a fronteira com a Bahia. Por fim, seguiu mais 165,4 km pelo Estado da Bahia até o entroncamento da BR 324. Sua extensão representou um total de 630,3 km (ALBUQUERQUE; LUCENA; DUARTE, 2011, p. 10).

A prospecção arqueológica foi realizada pela equipe coordenada pelo arqueólogo Marcos Albuquerque, responsável pelo Programa de Prospecção de Resgate Arqueológico do Projeto de Adequação e Aumento da Capacidade Rodoviária da BR - 101 NE, BA/PE (Processo IPHAN nº 01450.012359/2009-31) e pelo Programa de Monitoramento, de Resgate Arqueológico e de Educação Patrimonial no âmbito das Obras de Adequação de Capacidade da Rodovia BR-101/NE Trecho Sul PE/BA (Palmares/PE a Conceição do Jacuípe/BA) (ALBUQUERQUE; LUCENA; DUARTE, 2011, p. 7).

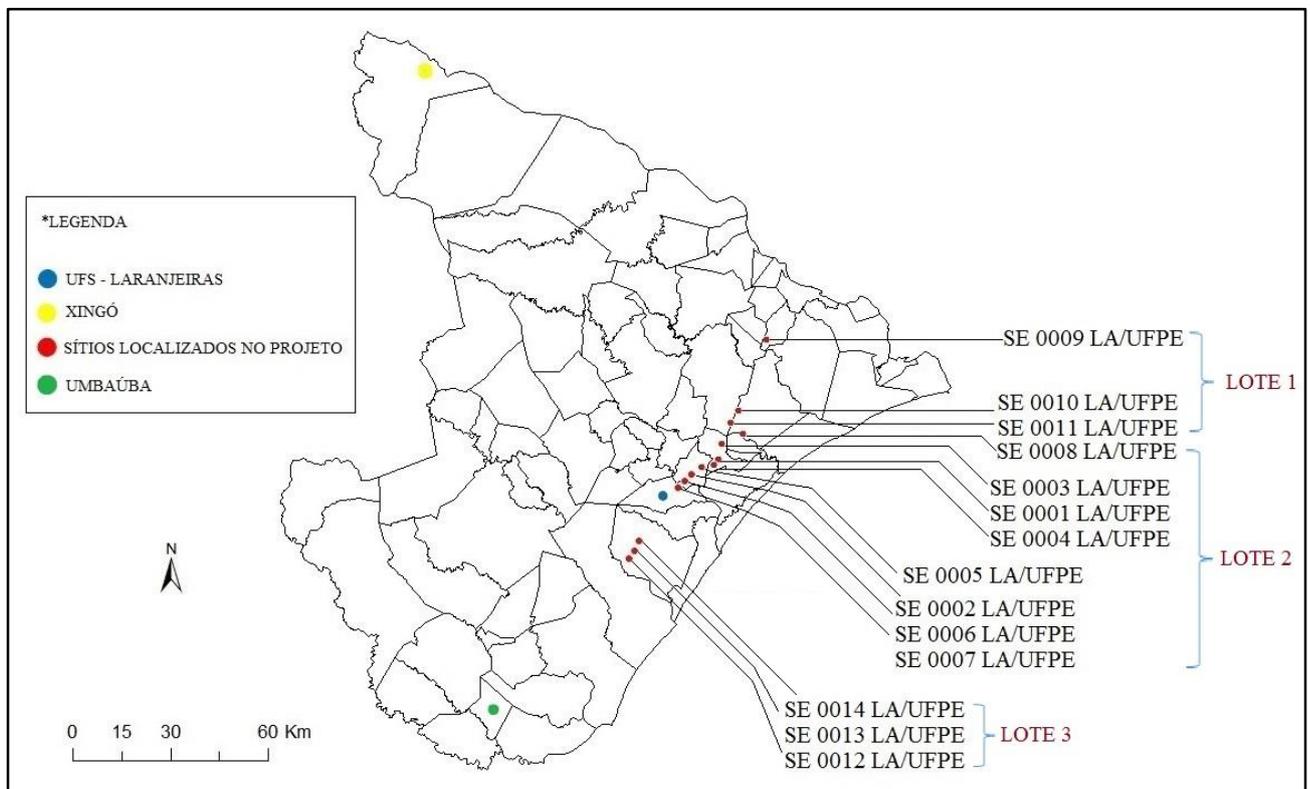
Enfocando o Estado de Sergipe, foi estabelecido que na extensão de 191,8 km compreendida pela BR 101 dentro do Estado sergipano, a mesma seria dividida em cinco Lotes¹⁸, onde a atuação das obras e as pesquisas arqueológicas aconteceriam conforme as etapas previstas. No Lote 01 de Sergipe, foram localizadas três áreas de potencial arqueológico. No Lote 02 foram localizadas oito áreas de potencial arqueológico, metade delas relacionados a ocupações históricas século XIX (ALBUQUERQUE; LUCENA; DUARTE, 2010, p. 214 - 225). No Lote 03 foram registradas três espaços de ocupação histórico, que remontam ao século

¹⁸ Municípios abrangidos pelo projeto: Própria, Cedro de São João, São Francisco, Malhada de Bois, Muribeca, Capela, Japarutuba, Carmópolis, Rosário do Catete, Maruim, Laranjeiras, Nossa Senhora do Socorro, São Cristóvão, Itaporanga D'ajuda, Estância, Santa Luzia do Itanhy, Umbaúba e Cristinápolis.

XIX, todos localizados no município de São Cristóvão, nas proximidades da fazenda Itaperoá (ALBUQUERQUE; LUCENA; DUARTE, 2010, p. 221 - 225).

Ao Lote 04 que compreende os municípios de Itaporanga da Ajuda e Estância, não foram identificados nenhum sítio arqueológico em meio aos locais sob influência direta do Projeto de adequação e aumento da capacidade rodoviária da BR NE – PE/BA. (ALBUQUERQUE; LUCENA; DUARTE, 2010, p. 45 - 47, 177). Entretanto, o Lote 05 (km 151, 2 – km 206, 1) que abrange os municípios de Santa Luzia do Itanh, Umbaúba e Cristinápolis não chegou a receber tais prospecções (ver figura 7), devido o Projeto Geométrico não ter sido definido pelo DNIT até o momento. O que se mostra até um descaso, visto o fato de parte do potencial desse Lote 05 já ter sido resultados satisfatórios nos anos de 1985, com a intervenção arqueológica do NPA, a exemplo, o Sítio São Pedro as margens da BR 101, no município de Cristinápolis (ALBUQUERQUE; LUCENA; DUARTE, 2010, p. 10,13).

Figura 7 – Mapa do Programa de Prospecção de Resgate Arqueológico do Projeto de Adequação e Aumento da Capacidade Rodoviária da BR - 101 NE, BA/PE (Estado de Sergipe).



Fonte: Mapa baseado em ALBUQUERQUE; LUCENA; DUARTE (2010, p. 210 - 224).

2.4 Abordagens Arqueológicas no Município de Umbaúba – SE.

Ao que parece, o primeiro contato entre Umbaúba e um arqueólogo se deu perante as excursões da professora Núbia Marques pelos municípios de Estância, Santa Luzia do Itanhy e Umbaúba, em 1 de outubro de 1972. Apesar da visita não ter caráter especificamente arqueológico, pois a professora procurava pesquisar uma manifestação cultural denominada Zabumba, presente na região dos municípios citados. Há também de ressaltar que, a pesquisadora Núbia Marques estava a visitar Santa Luzia do Itanhy para a investigação do Sítio Muquém, o mesmo que teria recebido a visita do Arqueólogo Valentin Calderón, que levou consigo evidências arqueológicas do sítio (no caso, ossos humanos que se encontravam no interior de uma urna funerária), mas sem informar as autoridades sergipanas (MARQUES, 1972).

Um segundo momento em que Umbaúba recebeu a visita de arqueólogos, aparentemente ocorreu durante a atuação do Programa de Mapeamento de Sítios Arqueológicos do Estado de Sergipe – PMSAS. Segundo a documentação do extinto Núcleo de Pesquisa Arqueologia - NPA, Umbaúba estaria no cronograma de viagens do programa, cuja visita teria acontecido no dia 5 de agosto de 1986. No entanto, não há relatos ou qualquer informação que informem o registro de sítios arqueológicos, ou de que tenham sido identificados durante a visita.

Em contrapartida, foram registrados durante esse mesmo programa sítios arqueológicos nas cidades circunvizinhas, como: Cristinápolis, Santa Luzia do Itanhy, Arauá e Indiaroba (ver quadro 6).

2.5 A tradição Aratu nos sítios arqueológicos da região Sul de Sergipe.

Dentre os sítios pré-históricos até então registrados na região Sul sergipana, prevalecem as similaridades tidas como pertencentes à tradição Aratu. No que se diz respeito à tipologia que define os sítios dessa tradição, podemos citar que são ocupações humanas a céu aberto, encontradas em diferentes ambientes ecológicos, como o Cerrado e a Mata Atlântica, mas cuja fonte de água ou de índices pluviométricos garantissem o sustento de suas lavouras (ETCHEVARNE, 2012, p. 55). São grupos de horticultores/agricultores, com aldeamentos circulares ou semicirculares de até 500 x 200 m, no entorno de uma praça central, localizados

em elevações suaves que contam com conjunto artefactual predominantemente cerâmico, em específico urnas funerárias piriformes¹⁹ e poucos objetos líticos (CARVALHO, 2003, p. 114; SOARES, 2012, p. 21).

Quadro 6 – Sítios Arqueológicos Pré-históricos circunvizinhos a cidade de Umbaúba, registrados pelo Núcleo de Pesquisa Arqueológica.

Município	Sítio	Tipo	Ano	Pesquisador(es)
Santa Luzia do Itanhy	Muquém	Cerâmico	04/06/1985	Nádia Maria Pimentel de Santana
Cristinápolis	São Pedro	Cerâmico (2 Urnas)	20/08/1985	Suely Gleide A. da Silva
Cristinápolis	Real	Cerâmico (Urna)	23/08/1985	Nádia Pimentel, Suely Gleide e Sônia Vitório
Araúá	Lima Neto	Cerâmico	02/05/1986 e 20/10/1987	Nádia Pimentel, Suely Gleide e Sônia Vitório
Indiaroba	Caruçá	-	-	Suely Gleide A. da Silva

Fonte: Tabela baseada nos dados provenientes da Pasta Arqueo. NPA 10 cx. Sítios arq. Sergipanos, Núcleo de Pesquisa Arqueológica, 1985 – 1987. Atualmente localizada no Laboratório de Arqueologia da UFS – Campus de Laranjeiras e na Dissertação: Influência Da Evolução Costeira Holocênica Na Ocupação Da Costa Do Estado De Sergipe Por Grupos Sambaquieiros, Amâncio, 2001.

¹⁹ Piriforme: em forme de pera invertida.

Fechadas na maioria das vezes, por um opérculo²⁰ (CARVALHO, 2003, p. 111; ETCHEVARNE, 2012, p. 55), tais urnas são interpretadas como recipientes para enterramentos primários, visto que o corpo era colocado de forma completa e em posição fetal (ver figura 8), sendo muito recorrente a sua presença nos sítios arqueológicos, tanto que é utilizada como fósil guia dessa tradição nos diferentes Estados (ETCHEVARNE, 2012, p. 55). Elas também são acompanhadas de mobiliário funerário, tal como pequenos machados polidos, rodelas de fuso (feitos em pedra e/ou cerâmica) e cachimbos tubulares (CARVALHO, 2003, p. 50).

Figura 8 – Exemplar de Urna Funerária Aratu, Sítio Água Vermelha.
(Reserva Indígena Caramuru Paraguaçu. Município de Pau Brasil – BA, esquema interno da urna ao lado*)



Fonte: <http://arqueologiaeimagem.blogspot.com.br/2011/12/as-urnas-funerarias.html>

*Representação da posição do indivíduo dentro da urna Aratu, por Luydy Abraham Fernandes, Canindé, Xingó, nº 2, Dezembro de 2002.

Considera-se que a área de ocupação da tradição Aratu, pela semelhança dos registros, tenha abrangido Estados como São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Mato Grosso, Sudeste de Goiás e o litoral baiano/sergipano chegando até o Sudeste do Piauí, abrangendo um período que, segundo datações em radiocarbono, a coloca entre o século IX e XVIII AP²¹ (CARVALHO, 2003, p. 107), mas que, de acordo com Etchevarne (2012, p. 54-55), a faixa temporal da tradição estaria entre o século IX e século XV AP (ver quadro 7).

²⁰ Opérculo: Tampa

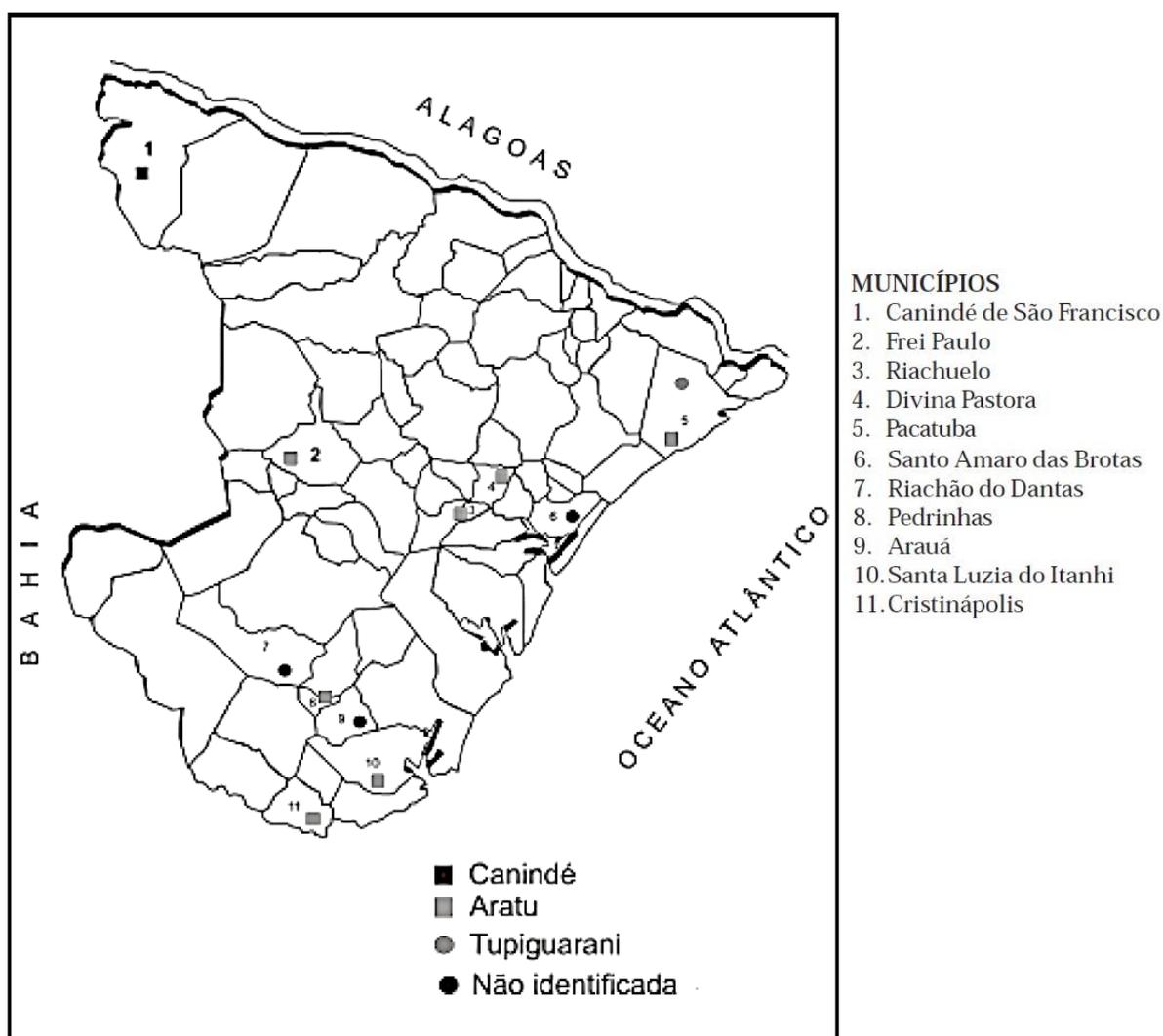
²¹ AP – antes do presente.

Quadro 7 – Especificidade da Cerâmica Aratu – Urna Funerária							
Pesquisadores	Fase	Estado	Forma	Borda	Padrão de Medida	Antiplástico	Decoração
Valentin Calderón (1969; 1974)	Aratu	BA	Piriforme	Direta, inclinação interna e externa.	75/65/ 45 cm de boca	Areia e grafita	Sem decoração
Valentin Calderón (1974)	Itanhém	BA	Piriforme	–	–	–	Borda corrugada e ondulada
Celso Perota (1971)	Guarabu	ES	Piriforme	Inclinação interna e arredondado	–	–	–
Celso Perota (1971)	Itaúnas	ES	Piriforme, globular com gargalo reto, esféricas e de meia calota.	Inclinação interna, formas globulares com gargalo reto, e também formas esféricas e de meia calota.	–	–	Pintura vermelha, corrugado simples, corrugado unglado, ponteadado, escovado etc.
Celso Perota (1974)	Jacareipe	ES	Não apresenta as grandes urnas piriformes	–	–	Quartzo e cacos triturados	Decoração plástica próximo as bordas
Ondemar F. Dias Jr. (1971)	Sapucaí/Jaraguá	MG	Urnas Piriformes e globulares	–	Mais de 1 m de diâmetro do bojo	Arenito Moído	Por vezes um banho vermelho
Pedro Ignácio Schmitz (1972); Irmhild Wust (1973)	Mossâmedes	GO	Formas esféricas e ovoides grandes	–	–	Areia, cariapé A e cariapé B	–

Fonte: Quadro baseado em SOARES, 2012, p. 23 - 44; 97 - 99; PROUS, 1992, p. 345 - 358.

No caso de Sergipe, dos sítios Aratus apontados pelo Núcleo de Pesquisa Arqueológica da UFS nas cidades de Frei Paulo, Riachuelo, Divina Pastora, Pacatuba, Santo Amaro das Brotas, Santa Luzia do Itanhy e Cristinápolis (ver figura 9), o que mais se destacou em quantidade de fragmentos cerâmicos obtidos foi o Sítio Fortuna, em Divina Pastora (VERGNE et al, 1991; CARVALHO, 2003, p. 56, 112).

Figura 9 – Mapa de alguns Sítios Arqueológicos registrados durante a atuação do NPA – Núcleo de Pesquisa Arqueológica.



Fonte: CARVALHO, 2003, p. 56.

Em características gerais, as cerâmicas Aratu apresentam um método de manufatura através de roletes, preparadas com antiplástico (tempero) de areia grossa e grafita²², que as deixam com uma textura porosa, mas com uma superfície alisada e sem decorações ou pinturas, prevalecendo formatos globulares, com bases cônica e convexas. Quanto ao cozimento (queima) da cerâmica, é dada de forma incompleta, visto que os fragmentos apresentam manchas escuras nas superfícies, caracterizando um queima imperfeita (CARVALHO, 2003, p. 116).

Quanto ao material lítico resgatado em sondagens na época de atuação do NPA, predominaram artefatos polidos em diabásio, arenito e diorito (lâminas de machado), instrumentos lascados de quartzo e outros, com ou sem retoques com quebra-cocos, batedores, bigornas, lasca diversas para cortar ou raspar (CARVALHO, 2003, p. 50; 122).

²² Grafita: carbono natural ou artificial cristalizado, cinzento- escuro, macio e quebradiço.

3. PROSPECÇÃO

Levando em consideração que a pesquisa arqueológica, tal como em outros campos científicos, é executada através de uma sequência de etapas de trabalho, que não necessariamente seguem uma linha linear e imutável, cabe a qualquer investigação e seu pesquisador, executar um levantamento (etapa de gabinete) do que está relacionado a problemática que se queira solucionar, no caso, reunindo referências bibliografias e/ou fontes documentais dos mais variados tipos, das quais serão coletadas as informações a respeito do tema proposto, como forma de auxiliar no esclarecimento das indagações que se pretende responder com o desenvolver do projeto.

Reunidas as informações necessárias para entender o objeto de pesquisa e a área a ser estudada, dar-se-á seguimento ao plano com o início das atividades de campo que no presente trabalho ficarão focadas na prospecção. Vamos deixar de lado aqui as outras etapas do trabalho arqueológico (escavação, laboratório e divulgação), já que o intuito deste capítulo não é explica-las por completo, mas mostrar ao que se refere a prospecção e algumas possibilidades de sua execução.

Prospecção arqueológica ou *Survey* (expressão do inglês), consiste em percorrer uma determinada área à procura de locais de potencial arqueológico, estando eles em superfície (cota positiva) ou em subsuperfície (cota negativa), identificados através de intervenções no solo ao decorrer do trajeto, ressaltando-se a possibilidade de utilização de meios (ex.: geo-radar) que permitem a localização do material sob o terreno, sem ter contato direto. Não necessariamente essa atividade incide exclusivamente na busca de sítios arqueológicos, mas identificar diversos vestígios da presença humana, como também estudar a sua distribuição, variação e a relação espacial deles num determinado ambiente (BICHO, 2006, p. 92; RENFREW & BAHN, 2008, p. 74).

De acordo com Chapa et al (2003, p. 14), há de se levar em conta três aspectos básicos no desenvolver de uma prospecção: o que se procura, onde e como. Quando definimos o que deve ser procurado, estabelecemos um limite de recursos a serem implementados, tendo em vista que não podemos estudar tudo que há pra ser encontrado, apenas uma fração disso. Todavia, também não podemos deixar de registrar outros

vestígios simplesmente por não interessar a nossa pesquisa, a exemplo, arqueólogos pré-historiadores que podem desconsiderar totalmente vestígios históricos no local e vice versa, só porque esses não condizem com seu objeto de estudo.

Segundo Renfrew & Bahn (2008) e Bicho (2006), previamente à etapa de campo faz-se necessário a delimitação dos espaços, os quais serão prospectados, podendo ser definidos através de três aspectos distintos: paisagem natural, área cultural e arbitrário.

A primeira delas toma por base as características geomorfológicas, topográficas, unidades geológicas e os tipos de vegetação, como, por exemplo, vales, afloramentos rochosos, bacias hidrográficas, limites de rios e unidades florestais.

A segunda terá seus limites impostos de acordo com a manifestação de um dado tipo de artefato, cultura material ou grupo cultural pertencente a uma dada localização.

Já a terceira, o aspecto arbitrário ou âmbito institucional como coloca Bicho (2006), levará em conta a delimitação de um espaço político, ou seja, ela será baseada na demarcação limite de uma cidade, propriedade ou estrada não levando em conta os aspectos anteriores.

Demarcado o terreno, a prospecção de superfície, de acordo com Renfrew & Bahn (2008), poderá se dar de diferentes maneiras, uma delas é o método assistemático, onde o grupo de pesquisa caminhará através de uma extensão, a exemplo, um campo arado, aproveitando-se das faixas de terra reviradas, a procura de artefatos na superfície. Todavia, os mesmos autores citam que esse método tende a concentrar a pesquisa em superfícies com maior frequência de vestígios, descartando as demais áreas, menos abundantes, que poderiam contribuir à pesquisa. Porém, seria uma maneira flexível, permitindo ao grupo focar dentro de grandes espaços, nas regiões que têm maior probabilidade de conter achados.

A outra forma a se destacar é o método sistemático, empregado através de um sistema de grades ou uma serie de espaços igualmente transversais, através do terreno delimitado (RENFREW & BAHN,2008, p. 79). Esses espaços podem ter diversos formatos, geralmente quadrangulares, como a quadra e o *transect* (de forma retangular) (CHAPA et al, 2003, p. 17), e menos regulares como a prospecção em círculos

concêntricos e triângulos equiláteros, tão bem utilizados na Arqueologia de Ambientes Aquáticos. A partir deles têm-se uma maior área de abrangência do local, como igualmente de facilidade para a plotagem da localização dos achados, visto o maior controle de posicionamento no espaço. Entretanto, é preciso levar em consideração a diferença de experiências e habilidades dos membros envolvidos na etapa, que podem variar a precisão com que se reconhecem ou descrevem os sítios, bem como a visibilidade dos sítios e artefatos, os quais podem mudar conforme a passagem do ano, graças aos agentes físicos, químicos e biológicos. Um modo de amenizar essa problemática seria repetir a cobertura da área investigada (RENFREW & BAHN, 2008, p. 79).

Os agentes físicos ou mecânicos produzem efeitos como: o fracionamento dos artefatos, chegando em muitos casos até sua pulverização; a perda de visibilidade quando causa o soterramento ou exumação dos vestígios; e o deslocamento horizontal desses que se dá basicamente pelo ciclo erosivo e ação antrópica direta. Quanto aos agentes químicos, as alterações ocorrem basicamente em razão da composição pedológica e das condições meteorológicas (CHAPA et al, 2003, p. 16). Já dos agentes biológicos podemos colocar aqui, os efeitos modificantes da matéria causadas pela ação de bactérias, fungos entre outros seres vivos.

A prospecção de sítios arqueológicos também pode variar quanto ao grau de atuação, sendo ele extensivo ou intensivo. No campo que compete ao grau intensivo, há a busca pela cobertura total de uma determinada área (levantamento microrregional). Do outro lado, o grau extensivo trabalhará com a combinação dos resultados do levantamento de uma série de áreas, para produzir uma vista de larga escala das mudanças na paisagem, uso e ocupação do ambiente, através do tempo, embora a precisão e qualidade dos diferentes projetos possam variar muito o resultado ao serem acoplados (RENFREW & BAHN, 2008, p. 79).

Observando o que já foi dito, há de se salientar o nível de intensidade da prospecção, em outras palavras, a distância entre os membros da equipe. Avaliando o número de indivíduos no projeto e o tamanho da área, uma pessoa paralelamente a outra, a cada dez metros seria visto como alto nível de intensidade. E uma pessoa a cada cem metros, como de baixa intensidade. Sem deixar de observar o possível tamanho dos sítios (BICHO, 2006, p. 97 - 98).

Considerando que as maneiras de trabalhar a extensão territorial do projeto estão relativamente ligadas à quantidade de verba, tempo e equipe destinada para o mesmo, cabe ao arqueólogo responsável a implementação de uma estratégia de amostragem, visto que trabalhar o campo em totalidade necessitaria de uma imensa quantidade de recursos, de tempo e de pessoal.

3.1 Prospecções não interventivas: fotografia aérea, detecção remota e radar de penetração do solo (GPR²³).

Projetos que gerem um enorme acervo, e cuja coleção não tenha a princípio uma utilidade para se desenvolver conhecimento, não têm sido mais uma opção para o campo da Arqueologia. Em virtude disso, tem se optado por escavar o menos possível e o que for necessário para se solucionar as problemáticas arqueológicas, preservando outras prováveis evidências no próprio ambiente estabilizado, ao invés de abarrotar as reservas técnicas dos laboratórios.

Alternativas não invasivas de prospecção têm ganhado espaço, especialmente onde se faz necessário trabalhar com grandes áreas e/ou complexos sítios arqueológicos na cota negativa. A fotografia aérea tem sido uma dessas representantes, contribuindo para detectar, documentar e interpretar vestígios de ocupações humanas, como monitorar suas mudanças através do tempo, de uma perspectiva mais ampla (RENFREW & BAHN, 2008, p. 79). Todavia, é um mecanismo cujo direcionamento está mais voltado para situações onde os vestígios se manifestem em maior destaque sobre a superfície, ou no caso, que o observador possa avistar situações que indiquem modificações causadas pelo homem.

A partir da altura proporcionada pela aeronave, fotografias podem ser tiradas em sentido vertical ou oblíquo. No primeiro através de câmeras fotogramétricas especiais de medição, cria-se o registro de todo o ambiente, o qual poderá se equivaler a um plano de cartografia, visto o semelhante grau de escala que todos os elementos apresentam. Já

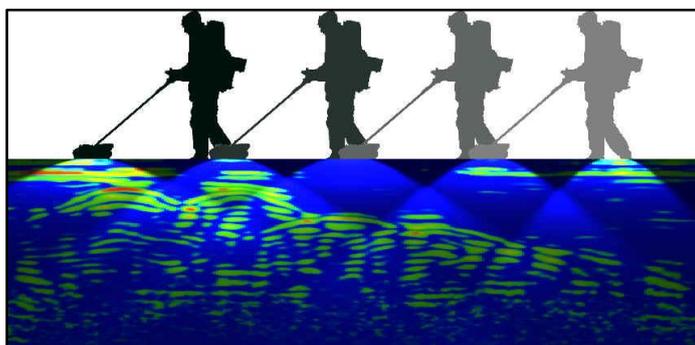
²³ GPR – *Ground Penetrating Radar*, denominação advinda do inglês.

o segundo, é uma possibilidade mais vantajosa à localização de marcas identificativas de sítios e suas estruturas, tendo em vista melhorar a interpretação, porém, mais subjetivas (FONTE, 2010, p, 101; RENFREW & BAHN, 2008, p. 74).

No que se refere à detecção remota, a popularização do acesso as informações promovidas por satélites artificiais e *softwares* (ex. *Google Earth* e o *Geographic Information System - GIS*²⁴) tem permitido a visualização, manipulação, modelagem e gestão de dados espaciais, tal como até identificar numa espécie de prospecção geofísica estruturas abaixo do solo, em virtude da variação da densidade do solo, que pode ser observada na variação do contraste espectral (FONTE, 2010, p, 102).

Num âmbito de menor extensão, onde se exija um detalhamento mais aproximado dos vestígios no subsolo, há a utilização de aparelhos de *Ground Penetrating Radar – GPR* ou Geo-radar (ver figura 10). Eles permitem a estimativa de identificação e mapeamento da profundidade de vestígios

Figura 10 – Esquema de prospecção com Geo-radar.

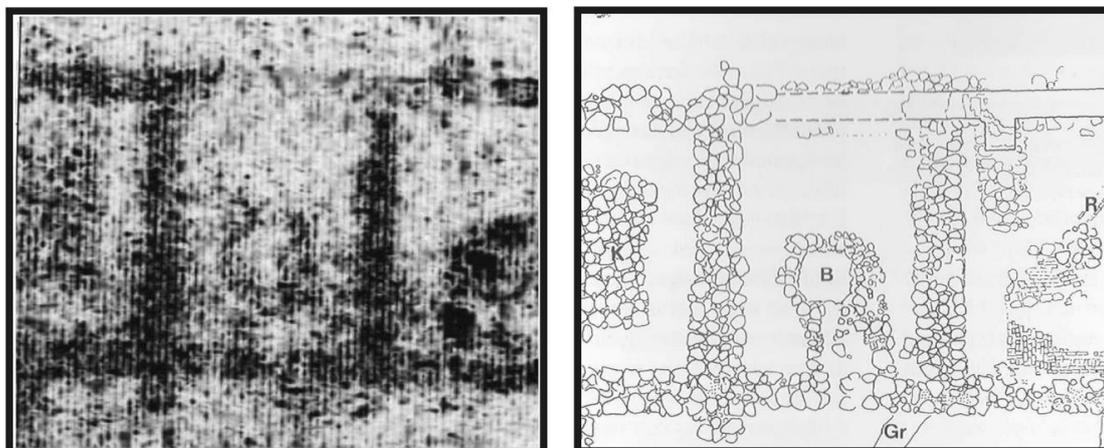


Fonte: *GSSI – Geophysical Survey Systems, Inc.* Disponível em: <<http://www.geophysical.com/>>. Acesso em: 23/05/2014.

através do solo, asfalto e concreto (TARGET, 2014). Por meio de um pulso eletromagnético contínuo, direcionado à subsuperfície, o instrumento registra os reflexos das ondas que se chocam com diferentes corpos ou estratos, uma vez captados esses sinais pelo aparelho, o sistema permite interpretar a variação das ondas em gráficos ou imagens, e assim, estipular o que a no solo (ver figura 11) (TARGET, 2014).

²⁴ Em português a sigla GIS pode ser traduzida como Sistema de Informação Geográfica – SIG.

Figura 11 – Corte horizontal do perfil geo-radar (à esquerda), plano de escavação com base em medições geo-radar (à direita).



Fonte: Geounda Projekt.

Disponível em: <<http://geounda.com/en/primjena-georadara/arheologija/lociranje-podzemnih-strukura/>> Acesso em: 22/05/2014.

3.2 Estratégias de Amostragem.

A amostragem tem sido um meio de se obter representatividade e dados confiáveis, dentro da totalidade de elementos (população alvo) com que se lida e sobre os quais tentamos obter informações (MUELLER, 1979, p. 3; ORTON, 2000, p. 20). Infelizmente, não existe uma maneira infalível de assegurar que a amostragem seja a verdadeira representatividade do referente conjunto estudado. O melhor que pode ser feito é minimizar e quantificar os riscos que a amostragem não está representando e tendo primeiro escolhido o que pode ser representado na situação particular (ORTON, 2000, p. 20).

Pode-se dividir os tipos de estratégia de amostragem, em dois grupos: a não probabilística e probabilística (BICHO, 2006; RENFREW & BAHN, 2008).

Na amostra não probabilística, o profissional levará em consideração a sua experiência de vida ao encontrar sítios, ou seja, o próprio julgamento do arqueólogo será a justificativa para dizer onde provavelmente procurar os locais arqueológicos. Ou até

mesmo um caráter de conveniência, ao escolher sítios com melhor acesso ou que já se saiba onde estejam (RENFREW & BAHN, 2008, p. 80). O perigo desse procedimento é que o arqueólogo em questão pode estar subestimando a variedade material da cultura estudada, ou superestimando os resultados que sabe que irá encontrar (ORTON, 2000, p. 21).

Na probabilística experimenta-se, através de recursos matemáticos, melhorar a probabilidade de acerto no que se diz respeito ao paradeiro dos vestígios da cultura material. Sendo que a mesma apresenta as seguintes subdivisões: aleatória simples; aleatória estratificada; sistemática e sistemática desalinhada estratificada (BICHO, 2006, p. 101; RENFREW & BAHN, 2008, p. 80).

A amostragem aleatória simples consiste em definir a amostra do universo (área total que será pesquisada) e, depois, o tamanho das unidades amostrais. A partir daí enumeram-se as unidades (na Arqueologia são comumente utilizadas quadras como unidades) e são sorteadas ao acaso, por exemplo, como se faz num bingo. As desvantagens desse tipo se encontram no efeito de concentração de áreas selecionadas e espaços vazios no mapa. Contudo elimina pressupostos do arqueólogo quanto à onde teriam sítios ou não (BICHO, 2006, p. 101; RENFREW & BAHN, 2008, p. 80).

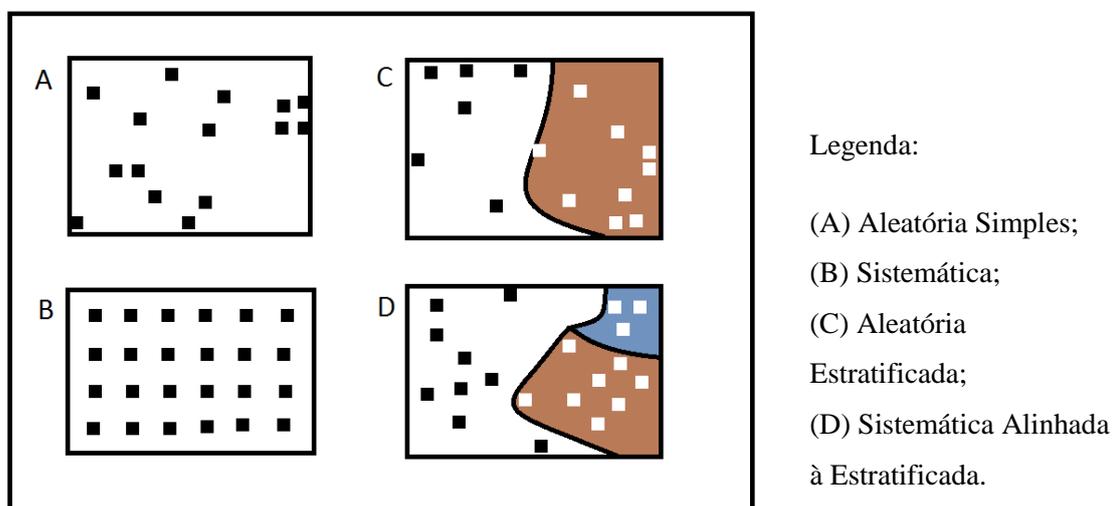
Há ainda a questão da amostragem aleatória ser com ou sem reposição. Utilizando da repetição, o número da unidade selecionada retorna para “caixa de sorteio”, e pode ser selecionado uma nova vez. Segundo Orton (2000, p. 20), a amostragem com reposição tem a vantagem de tornar a teoria estatística bastante simples, mas se tornando na prática uma coisa estranha à se fazer. Assim o mesmo autor coloca que os arqueólogos tendem a escolher a amostragem aleatória sem reposição e aceitar as imprecisões que podem resultar em alguma das formulas.

Com a amostragem aleatória estratificada acontecerá o mesmo processo que na anterior, porém ocorrerá uma divisão das unidades em subgrupos, por exemplo, levando em conta as diferentes características do meio ambiente. Assim, dá-se importância ao tipo de ambiente e o número de amostras mudará conforme a característica ambiental for diferente (ORTON, 2000, p. 30; BICHO, 2006, p. 101; RENFREW & BAHN, 2008, p. 80).

A sistemática difere das anteriores, pois manterá um padrão de distribuição em grade, só que com o mesmo espaçamento entre os lugares de amostragem. Por exemplo, se dividirmos a zona total da pesquisa em quadras menores de tamanhos semelhantes, e as enumerarmos de uma forma cardinal crescente. Uma forma sistemática de selecioná-los seria escolher todos os múltiplos de quatro. Outro exemplo é estipular que a cada 10 m será estabelecida uma unidade de análise. Apesar da ideia ser simplificar ou acelerar o processo de seleção, a opção de amostragem sistemática tende a revelar os mesmos resultados de evidências, os mesmos sítios, caso estes estejam num padrão semelhante (ORTON, 2000, p. 21 - 22; BICHO, 2006, p. 101 - 102; RENFREW & BAHN, 2008, p. 80 - 81).

Existe também a possibilidade da junção dos tipos de amostragem, a sistemática alinhada à estratificada é uma das maneiras de conectar os benefícios de cada abordagem, compensando assim os limites que cada uma sozinha apresenta (ver figura 12).

Figura 12 – Representação dos Tipos de Amostragem.



Fonte: Modelo baseado em Renfrew & Bahn (2008, p. 80).

3.3 Prospecção empreendida no Município de Umbaúba – SE.

Por se tratar de um projeto sem financiamento e especificamente por não ter as autorizações necessárias emitidas pelo IPHAN, conforme estabelece a Portaria nº 07, de 01 de Dezembro de 1988, para pesquisas e escavações em sítios arqueológicos, prevista na Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961, optamos por utilizar uma prospecção de superfície assistemática, através da qual tira-se proveito dos sedimentos revirados pelos arados na zona rural ou barrancos, além de outros pontos de potencial arqueológico que afloram na superfície e são indicados pela população através dos resultados de entrevistas.

O uso dessa metodologia não interventiva nos permite, ao mesmo tempo em que não estamos infringindo a Lei nº 3.924/61, inferir a localização de sítios arqueológicos em Umbaúba – SE e com isso abrir espaço para o registro deles perante o Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos – CNSA, onde estarão identificados para receber, quem sabe, futuras pesquisas.

Infelizmente, a utilização de meios de análise remota, tal como o *Google Earth*, disponível de forma gratuita, o qual poderia ajudar-nos a identificar sítios em meio a paisagem antes da ida a campo, não foi possível devido estar indisponível no banco de dados do *software*, imagens de altitude mais baixas que 2.000 pés, do território umbaubense. Assim, os registros coletados no levantamento histórico e o contato com a população no decorrer do projeto, foram os guias dessa pesquisa, o que nos levou a optar por uma amostragem não probabilística.

4. METODOLOGIA DE TRABALHO E RESULTADOS ALCANÇADOS

4.1 Metodologia utilizada na prospecção.

Levando em consideração a busca pela identificação de locais de potencial arqueológico no município de Umbaúba, a presente pesquisa esteve previamente direcionada na possibilidade de visualizar a presença de vestígios pela prospecção de superfície. Permanecemos, assim, por analisar em meio à documentação escrita e o conhecimento popular, os locais que tiveram sua importância e contribuíram para que diferentes ocupações ocorressem antes e durante o período de existência do município, e que ainda pudessem estar preservados nos interiores da localidade em questão, visto que em virtude da grande modificação que o centro urbano vem recebendo, tais evidências têm sido destruídas ou encobertas pelas novas construções, dificultando assim a preservação das mesmas. Desse modo, as opções de investigação acabaram por se apresentar em áreas mais remotas da dinâmica urbana, nas fazendas e povoados, onde esse processo de modificação é um mais lento, porém, o acesso acaba sendo, por algumas vezes mais dificultoso.

A princípio utilizando o que bibliografia, atualmente acessível, registrou sobre o município, podemos notar que, embora a cidade de Umbaúba seja expressada como procedente de uma povoação da segunda metade do século XIX (FERREIRA, 1959, p. 486), as narrativas e vestígios desses momentos pretéritos foram infimamente exploradas na seara da investigação histórica, fato é que as poucas publicações tendem a repetir as informações contidas no texto encontrado na **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros de 1959**, sobre o início da povoação Umbaubense.

Nós então nos direcionamos a buscar uma bibliografia que trata-se de regiões mais amplas do Estado, e que, ao mesmo tempo, nos proporciona referências à nossa região específica. O que acabou por se mostrar um êxito, dada a descoberta que a área veio a estar rodeada de populações indígenas (DANTAS, 1991), como também a contribuir com

a economia açucareira sergipana entre os séculos XIX e XX (BUENO, 1881; ALMEIDA, 1991), a princípio sendo parte do território da freguesia do Espírito Santo (Indiaroba), e com o desenvolvimento econômico sob sua própria jurisdição. Há também as informações que aparecem em mapas, a exemplo, a Carta Corográfica para a Divisão das Comarcas [...] de João Bloem, 1844; os quais demonstraram a antiguidade de alguns lugares, propriedades, em comparação com exemplares cartográficos mais atuais.

As entrevistas com os habitantes e as informações prestadas pelos mesmos também foram algo de suma importância, tanto como fonte indicadora dos plausíveis locais de potencial, quanto pelos diferentes níveis de detalhes, expressos pelos moradores que tiveram contato com o patrimônio material. Embora a maioria dos entrevistados²⁵ não tenha relatado contato com evidências de períodos pré-históricos em suas rotinas, no que se diz respeito aos momentos iniciais do século XX, apresenta-se na comunidade uma memória coletiva que interliga os primeiros moradores em contextos, como: a época de atuação dos engenhos e onde eram localizadas tais estruturas; personalidades e transformações importantes que existiram em Umbaúba, semelhança essa de discurso que repercute em outros projetos, por exemplo, em Clemente, 2002 e as narrações adquiridas por ela.

4.2 Locais Prospectados

Serão apresentados, a seguir, os locais prospectados por nós.

4.2.1 Fazenda Sabiá

Para início das atividades, começamos por visitar a propriedade que a tempos foi estabelecida como a que dera origem a povoação umbaubense. De acordo com Ferreira (1959) e como já foi mencionado no primeiro capítulo dessa monografia, as terras da

²⁵ Citamos aqui os nomes dos entrevistados que auxiliaram com relatos para o presente trabalho: João Gonçalves Filho, Jorge S. de Araújo, Juracir Vieira Lisboa, Gerson Soares do Amor Divino, Joaldo Batista dos Santos, Maria José de Souza Reis, Domingos Soares, Josefa Rodrigues de Jesus, Adiléia Bonfim Viana Silva e Joaquim Francisco Soares Guimarães.

Fazenda Sabiá estendiam-se por grande parte do território atual de Umbaúba, tendo como dono o coronel Manoel Fernandes da Rocha, ao menos no período entre 1860 – 1870, momento este em que 60 braças quadradas de terra foram doadas para a criação do povoado (FERREIRA, 1959, p. 486), tendo em vista que a Fazenda Sabiá já era citada, a exemplo, perante a Lei Provincial de 20 de Março de 1846, como marco referencial para o território da antiga Espírito Santo (ANDRADE, 2004, p. 96).

Em 1881, a propriedade aparece na obra de Francisco A. Pimenta Bueno, como uma das terras a contar com engenho de açúcar, dentre os 58 engenhos que estariam em funcionamento no região do Espírito Santo. Mais tarde ela volta a tomar destaque, frente ao cenário político umbaubense, pelo fato de se tornar sede da prefeitura do município (CLEMENTE, 2002). Eis que durante a gestão (1955-1959) do primeiro prefeito, Anfilóbio Fernandes Vieira, a cidade passava por desavenças políticas, e a solução empreendida pelo gestor foi deslocar a sede da administração para a suas terras.

Atualmente a propriedade está sobe a posse do senhor José Teles Filho (mais conhecido como Detinho do Cachimbo), e tem como principal via de acesso à rodovia SE - 290. De acordo com o mesmo, as terras teriam sido vendidas a sua família, há cerca de 50 anos, pela família Viana.

Ainda segundo o senhor José Teles, possíveis construções da época do Coronel Manoel Fernandes da R. Braque, como seria o caso das estruturas relacionadas ao engenho, teriam sido desfeitas nas décadas anteriores a posse de sua família. Não se comprovando, assim, evidências matérias em superfície, a não ser o casarão da propriedade (ver figura 13), que segundo o atual dono, teria sido obra de um dos antigos donos, José Viana, irmão do primeiro prefeito de Umbaúba, Anfilóbio Viana.

Embora não nos apresente vestígios aparentes dos períodos do engenho, não se descarta totalmente a presença deles numa camada negativa, ocultada pela vegetação rasteira, como também não se rejeita outros olhares da Arqueologia Histórica que poderiam se voltar para a propriedade e o casarão ainda de pé. Afinal de contas, em dados momentos essa fazenda teve um grande importância e atuação frente as terras umbaubenses.

Figura 13 – Residência da Fazenda Sabiá.
(Coordenadas UTM: 24 L 0643792 8741176)



Fonte: Elaborada pelo autor, 27/05/2014.

4.2.2 Fazenda Boa Hora

Localizada (coordenadas UTM: 24L 645806 8730729) ao extremo sul do município, tendo como principal acesso à rodovia SE – 488, exhibe parte de sua extensão banhada pelo rio Itamirim, afluente que também funciona como marco limítrofe entre os municípios de Umbaúba e Cristinápolis, desde a Lei nº 554 de fevereiro de 1954. Tem na pecuária bovina e a citricultura, suas principais culturas de produção, característica que repercute na maioria das propriedades do município.

Em virtude da abundante quantidade de água fornecida pelo rio, o marco acabou por se tornar um ponto de lazer para a população local, devido a tranquilidade e o ambiente preservado de poluição, bem como local, por exemplo, de pesca de camarão que é apanhado pela utilização do matapi (armadilha cônica) presa nas pequenas corredeiras à espera do animal cair na armadilha.

A proximidade da fazenda com o rio, apesar do que foi citado, não se trata de uma ocupação recente ou tão pouco um estratégia que se limitou as atividades descritas acima. Ao que consta, na propriedade funcionara um engenho de açúcar, durante o século XIX, porém, que já havia paralisado suas atividades no ano de 1881 (BUENO, 1881).

Restará desse período evidências como aquedutos feitos em pedra, que a princípio facilitariam a deslocação da água do rio para reservatórios que servissem as atividades no Engenho Boa Hora. O percurso dessas estruturas aparece e desaparece em meio aos focos de mata fechada, bem como de acordo com o desnivelamento do solo, o qual acaba por vezes a soterra-las. Há de citar que em alguns locais surgem fileiras individuais desses muros de pedra (ver figura 14), o que nos faz pensar se em alguns casos, não seriam estas barragens para conter os níveis do reservatório d'água, ao invés dos canais.

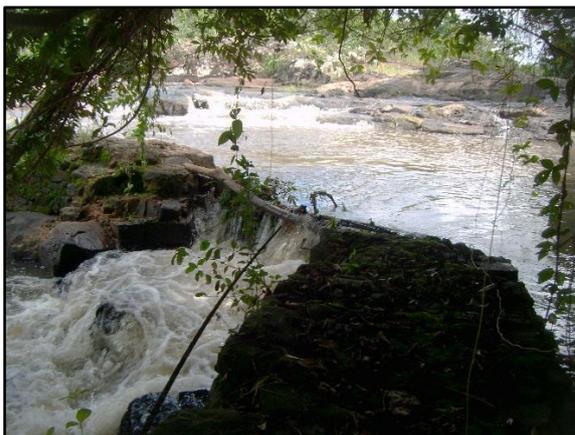
O começo da estrutura de aqueduto se apresenta a margem do rio (ver figuras 15 e 19), onde essa teria a função de lhe captar a água, levando-a ao longo de seu percurso. Em posição perpendicular a mesma ponta do aqueduto, se encontra uma espécie de barragem (figura 16), a qual estaria modificando o então curso natural do rio, em parte, levando água para dentro do canal (figura 17).

Figura 14 – Estrutura de pedra mais distante do rio.
(Coordenadas UTM: 24 L 0646331 8730504)



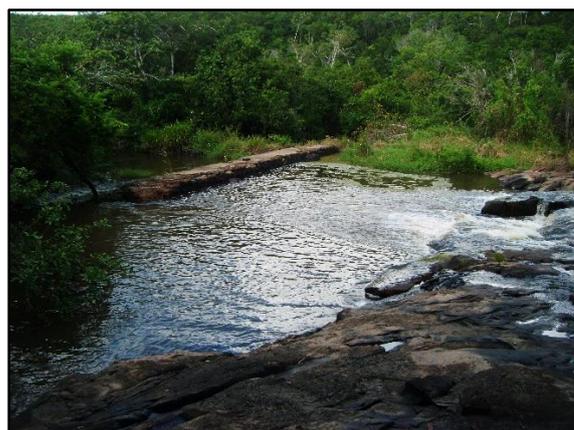
Fonte: Elaborada pelo autor, 28/05/2014.

Figura 15 – Local de captação do aqueduto.



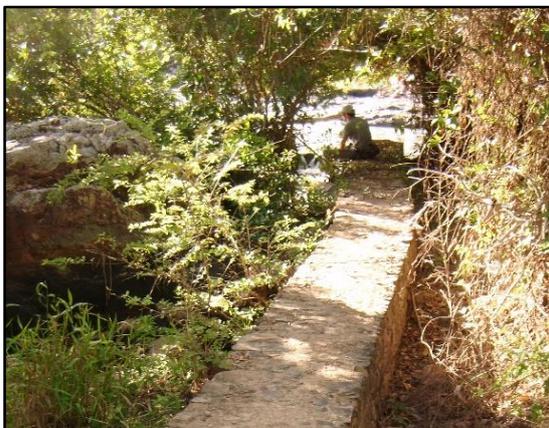
Fonte: Elaborada pelo autor, 28/05/2014.

Figura 16 – Barragem perpendicular ao aqueduto.
(Coordenada UTM: 24 L 0646111 8730219)



Fonte: Elaborada pelo autor, 28/05/2014.

Figura 17 – Início do aqueduto, captação de água à direita da estrutura.



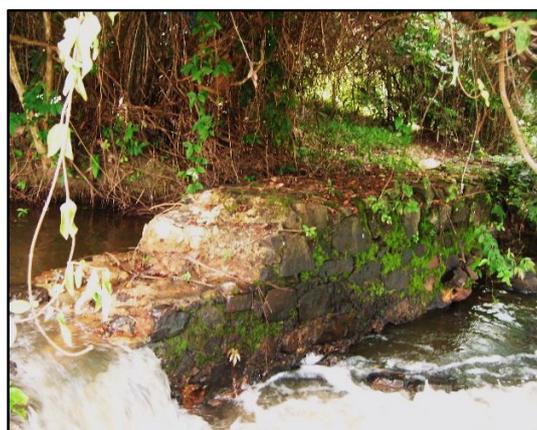
Fonte: Elaborada pelo autor, 12/01/2014

Figura 18 – Continuidade do aqueduto, destaque para uma das paredes soterrada.



Fonte: Elaborada pelo autor, 12/01/2014

Figura 19 – Início do Aqueduto.
(Perspectiva anterior)



Fonte: Elaborada pelo autor, 12/01/2014

Seguindo a NE da área, nos deparamos com as outras partes do aqueduto (ver figura 18), algumas com demonstração de intervenções mais recentes, como o acréscimo de blocos de cerâmica sobre as estruturas de pedra (ver figura 20). Segundo o senhor Francisco Gois Filho, proprietário, e seu sobrinho Anderson Fontes Farias (responsável por nos apresentar o local), o aqueduto teria sido reutilizado a quase uma década atrás para o enchimento de tanques próximos (Coordenada UTM: 24 L 0646208 8730228), utilizando-os para piscicultura (ver figura 21), entretanto, fora desativado um período depois.

Figura 20 – Parte do canal encoberto pela vegetação, com anexos mais recentes.



Fonte: Elaborada pelo autor, 12/01/2014

Figura 21 – Tanque onde o fluxo do aqueduto desaguava.



Fonte: Elaborada pelo autor, 28/05/2014

Um pouco mais além, se encontra um outro componente que teria pertencido ao Engenho Boa Hora (Coordenadas UTM: 24 L 0646343 8730376). Em parte, os vestígios mais preservados aparentemente formam um compartimento de cerca de 12 metros de comprimento por 3 metros de largura, mas com o piso bastante irregular, resultado da queda de uma das paredes, que acabou causando esse acúmulo de sedimento (ver figuras 22 e 23). Quanto ao resto do edifício, não foi possível uma melhor observação, por conta da alta vegetação, aparentemente nota-se um alicerce. De acordo com o senhor Francisco Gois Filho, lá possivelmente haveria funcionado o local onde o mel do açúcar descansava. Em termos mais técnicos, a casa de purgar do engenho.

Figura 22 – Agrupamento de ruínas da Engenho Boa Hora.



Fonte: Elaborada pelo autor, 28/05/2014.

Figura 23 – Parte da ruína que mais se destaca acima da vegetação.



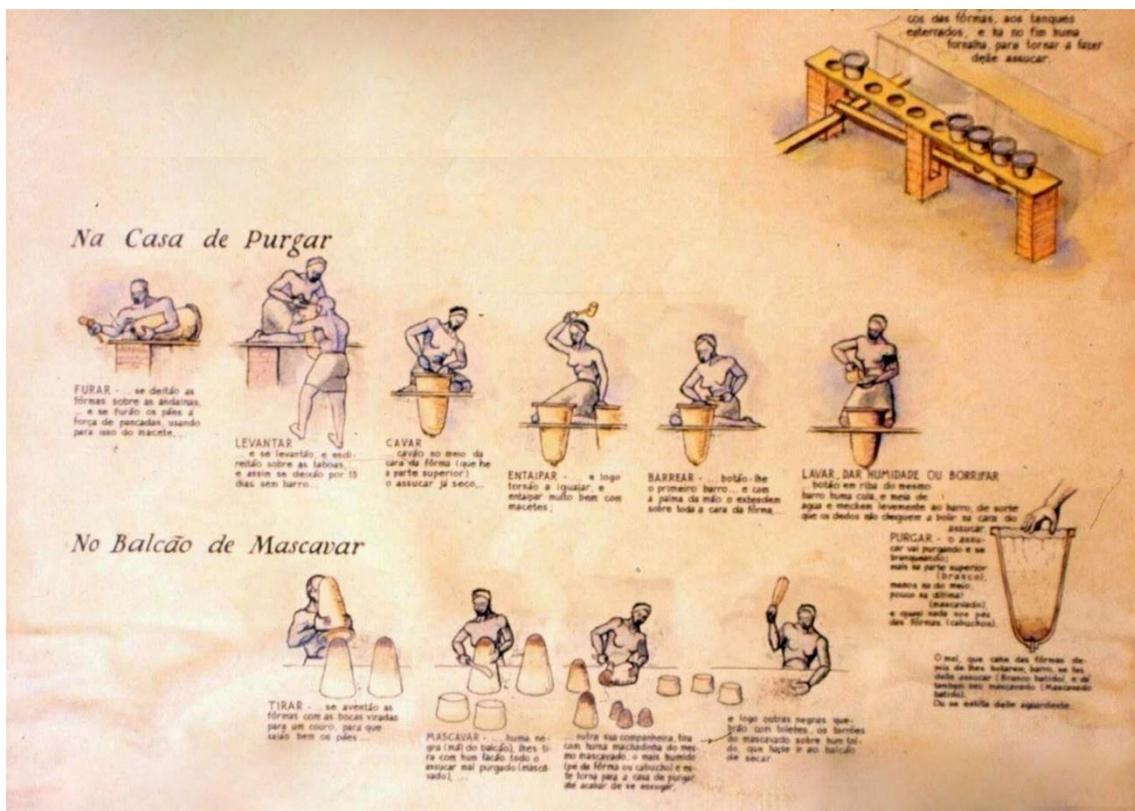
Fonte: Elaborada pelo autor, 28/05/2014.

Segundo Andrade (2010, p. 46) a casa de purgar poderia se apresentar como uma edificação menor e fechada (com pequenas aberturas), em média uma planta retangular com largura de 4 a 12 metros. Porém, podia variar de tamanho, visto que refletia a capacidade produtiva do engenho, onde a atividade durava cerca de quatro a seis semanas (ROCHA, 2004, p.49).

Nesse espaço, o caldo cozido nos tachos era acondicionado em recipientes com formas cônicas de barro com um orifício em seu fundo, sendo estes encaixados em bancos de madeira dispostas em longas fileiras (ANDRADE, 2010, 46; SCHWARTZ, 1988, p. 110 *apud* ROCHA, 2004, p.48). O líquido era deixado para endurecer por duas semanas, e nesse meio tempo recebia uma compressão na sua parte superior, ao passo que também era coberto com um barro umedecido, onde o escoar-se dessa água passando pelo recipiente, levaria através do orifício em seu fundo, as impurezas remanescentes e o melado (ver figura 24). O produto dessa filtragem poderia ser reaproveitar para novas fornadas de açúcar com qualidade inferior (SCHWARTZ, 1988, p. 112 *apud* ROCHA, 2004, p.48).

Em complemento a casa, era de costume se ter um alpendre com o balcão de “mascavar”, onde se desenformavam os pães de açúcar e se separavam os diferentes tipos de açúcar. Segundo Ferlini (1998, p. 43 *apud* Rocha, 2004, p.50), em média a fôrma de açúcar apresentava 77 cm de altura e 40 cm no seu maior diâmetro, o que geraria uma capacidade de 32,2 litros do produto. Devido ao processo de filtragem por qual passava o açúcar, o mesmo acabava por formar diferentes camadas de qualidade, cada qual com um grau de brancura, a se diferenciar do topo da fôrma com uma aparência mais clara, escurecendo conforme chegava ao fundo do recipiente (ver figura 24) (ANDRADE, 2010, 46; SCHWARTZ, 1988, p. 110 *apud* ROCHA, 2004, p.48).

Figura 24 – Procedimentos executados na casa de purgar.



Fonte: Dicionário Técnico Industrial. Disponível em:
 <<https://sites.google.com/site/aihca02/dicion%C3%A1rio-tecnico-industrial>>.
 Acesso em: 19/07/2014

Todavia, estamos aqui apenas inferindo uma possibilidade de uso, haja vista que não foi possível obter mais evidências nessa primeira prospecção, que confirmassem ser uma casa de purgar. Esses muros, em parte ainda erguidos, não apresentam, por exemplo, passagens de acesso (ressaltando que uma das paredes não se encontra mais erguida) ou marcas aparentes de onde se fixariam as estruturas de um telhado, o que deixaria possibilidade para ser reservatório de água, onde a mesma à mercê do processo de decantação se tornaria melhor para consumo, entre outras opções que apenas um trabalho mais aprofundado poderia esclarecer.

4.2.2.1 Amostras de ocupação pré-colonial na Boa Hora.

Ainda em meio ao rio Itamirim, cerca de 70 metros a oeste da barragem artificial, a que daria suporte ao início do aqueduto, concentram-se vestígios de ocupação pré-colonial, no caso, uma oficina lítica com sulcos característicos do polimento e/ou afiação de artefatos de pedra, apresentam-se espalhados num área rochosa do rio, atualmente um pouco acima do nível que a água transita (ver figura 25). A quantidade de marcas encontradas acaba por se apresentar em maior abundância, numa área aproximada de 9 m², contudo, há vestígios isolados dessa mesma configuração espalhados ao longo do rio.

A noção da existência dos referidos sulcos, segundo membros que frequentam a região, já era do conhecimento de seus ancestrais, vista que a explicação que tiveram de seus antepassados, ao se deparar com aquilo, era que as marcas foram feitas ali pelos indígenas que um dia ocuparam aquele lugar.

A proximidade com o município de Cristinápolis é um ponto que merece ser ressaltado em relação a esses vestígios, no sentido que foi uma região caracterizada pela presença indígena. As narrativas que comprovam esse aspecto, espalharam-se tanto através de uma perspectiva histórica quanto arqueológica. Em respeito a primeira, temos Cristinápolis ou Chapada dos Índios, inicialmente conhecida como uma das aldeias indígenas a se formar em Sergipe no século XIX, fruto da transformação da aldeia de Geru (atual município de Tomar do Geru) em vila, o que causou à migração dos índios para as matas da Chapada (DANTAS, 1991, p. 45). Isso se ainda não levássemos em conta ocupações anteriores, que possivelmente foram expulsas com a chegada dos colonizados. Essa presença também já foi revelada através da Arqueologia, como nos trabalhos de Calderón (1971) e do Núcleo de Pesquisa Arqueológico (1985 – 1987), em locais como o Sítio Real (VERGNE et al, 1991), cerca de 10 km da localização na Fazenda Boa Hora.

Figura 25 – Sulcos de polimento.
(Coordenada UTM: 24 L 0646075 8730171)



Fonte: Elaborada pelo autor, 28/05/2014.

4.2.3 Fazenda Campinhos

Relembrando sobre a Vila de Campinhos mencionada no primeiro capítulo dessa obra, como uma povoação cuja data possivelmente remete-se ao século XIX, e que derivou-se a partir da fazenda de mesmo nome. Um significativo núcleo econômico para a região da época, teria se estabelecido nela por um tempo, mas cuja dinâmica social foi se deteriorando, ao ponto de leva-la a se tornar um povoado submetido ao crescimento e jurisdição de outra ocupação mais tardia, que fora o município de Umbaúba.

Em meio a paisagem do povoado contemporâneo, um fragmento da história do século XIX, que ainda permanece em destaque é a residência da Fazenda Campinhos. A longevidade dessa casa (ver figura 26), em termos de registros escritos de acordo Reis et al (2009), está relacionada a compra dessas terras pelo senhor Joaquim Amâncio Monte Alegre, na data de 29 de novembro de 1887, conforme consta no livro 3A, folha 88 do Cartório do 1º Ofício de Imóveis de Itabaianinha. Embora, segundo consta no Atlas do Império do Brasil: Província de Sergipe, mapa XII, de 1868, a existência da povoação de Campinhos já era atestada (ALMEIDA, 1868, p. 51).

As características estruturais da casa são evidentemente um demonstrativo que contrasta-se com a realidade atual da povoação, uma vez que temos os materiais de construção, as dimensões estruturas da própria casa, como objetos encontrados nela e em seu entorno (especificamente o quintal da propriedade, local de descarte de artefatos, ver figura 27), não tão mais usuais nos dias de hoje.

Mesmo não estando nas condições ideais de moradia, a residência ainda exerce a funcionalidade de lar para a proprietária, a senhora Maria de Lurdes Soares (comumente conhecida com Dona Veia).

O atual entorno do povoado não conta mais com edificações, tal como a da Dona Veia, possivelmente demolidas com a divisão das terras para novos proprietários e seus respectivos usos, como agricultura de subsistência e residências (REIS et al, 2009). Um modelo dessa realidade, que demonstra o descaso com memória popular é a paisagem da capela em frente à fazenda Campinhos (ver figura 28).

Figura 26 – Antiga casa da Fazenda Campinhos.
(Coordenada UTM: 24 L 0644266 8735395)



Fonte: Elaborada pelo autor, 14/12/2013.

Um local que segundo os moradores mais antigos costuma celebrar na primeira metade do século XX, missas costumeiras da região, e como ponto alto as Santas Missões, com padres e populares que viam de fora para celebrar esses festejos religiosos (REIS et al, 2009). Infelizmente a capela foi sendo desamparada e entrando em processo de arruinamento (ver figura 29), o que coube a senhora Maria de Lurdes Soares (Dona Veia), se comportar na época como guardiã de alguns artefatos provenientes da capela.

Figura 27 – Quintal da propriedade e exemplos de vestígios encontrados.



Fonte: Elaborada pelo autor, 30/05/2014.

Figura 28 – Antiga capela de Campinhos.



Fonte: Reis et al (2009).

Figura 29 – Atuais ruínas da Capela de Campinhos.



Fonte: Elaborada pelo autor, 14/12/2013.

Dentre os objetos preservados se encontram imagens de santos (ver figura 30), as quais teriam de acordo com Pinheiro (2007, p. 58-59 *apud* Reis et al, 2009, p.7) atributos do estilo barroco, feitos em madeira de cedro, com adornos e desenhos ramificados em ouro nas vestes, entre outras características que sugerem serem imagens portuguesas, trazidas entre o século XVII e XIX. Os indícios de que elas tenham vindo desse período são mínimos, diante do contexto católico em guardar as relíquias de suas igrejas. Entretanto, há possibilidades dessas imagens terem pertencido aos donos de engenhos da terra, o que findaria sua permanência por tanto tempo na região.

Figura 30 – Ídolos provenientes da antiga capela de Campinhos.



Fonte: Elaborada pelo autor, 14/12/2013.

4.2.4 Locais, com potencial, que não puderam ser vistoriados.

Dentre as dificuldades de se trabalhar uma extensão municipal, sem dúvidas, está o deslocamento por grandes percursos. Com o infortúnio de não possuir veículos próprios para percorrer longas distâncias, a possibilidade de chegar aos locais de possível potencial

foram realizados graças ao auxílio de amigos e/ou se utilizando de transportes pagos (ex.: moto-táxi), esses últimos não são tão viáveis para percorrer as áreas na busca de vestígios, visto o custo do deslocamento.

Desse modo, acabaram por não ser prospectados alguns locais que são citados pela bibliografia e pela memória popular, tal como, as fazendas: Boa Nova, Caldeirão e Triunfo; povoados: Dois Riachos, Queimada Grande, Mangabeira, Tauá e Vitória.

No caso das fazendas citadas no parágrafo acima, mesmo que não sendo possível nesse período de pesquisa consolidar a prospecção dessas áreas, a realidade descrita pelos moradores que costumam frequentá-las é de que os vestígios, pelo menos os de grande porte acima da superfície, já foram ou vêm sendo removidos. Dois exemplos no qual tivemos essa confirmação na prática, foram a Fazenda Sabiá já citada e a Fazenda São Francisco (coordenadas UTM: 24 L 0640713 8738393), localizada às margens da BR-101, já em divisa com Cristinópolis.

4.2.5 Outros pontos localizados.

Mantendo-se ainda uma expectativa em contraponto ao que a maioria da população não nota ou não crê que possa ter valor arqueológico, observamos alguns vestígios em meio aos caminhos que tomamos para as localidades alvos da prospecção.

A princípio podemos citar uma concentração de material aflorando em meio a uma plantação de mandioca (ver figura 31). Os vestígios cerâmicos estão à margem da BR – 101, numa posição entre a autoestrada e um terreno rural. Em virtude do seguimento desse lado da rodovia possuir uma inclinação bem acentuada e estar próxima também a uma área residencial do povoado Dois Riachos, é provável que tal campo tenha recebido aterros durante sua existência, visto também a existência de indústrias de cerâmica nas proximidades. Desse modo, os materiais ali identificados podem ter advindo do entorno habitado, contudo, levando em consideração que o povoado Dois Riachos também é citado como ter sido umas das fazendas de engenho da região. Há de ressaltar ainda a

visualização de uma cerâmica mais robusta, que nos faz pensar em respeito da presença indígena uma dia no entorno municipal.

Figura 31 – Fragmentos cerâmicos, povoado Dois Riachos.

(Coordenada UTM: 24 L 0645061 8740446)



Fonte: Elaborada pelo autor, 07/06/2014.

Em outro segmento do município, povoado Matinha, propriedade Sítio Várzea Grande, tivemos nossa atenção voltada para uma estrutura próxima a estrada principal do povoado, algo que se apresenta como um oratório ou gruta de oração (termo utilizado para tais imagens em algumas localidades, ver figura 32).

Figura 32 – Gruta de oração, Sítio Várzea Grande.
(Coordenada UTM: 24 L 0644309 8744109)



Fonte: Elaborada pelo autor,
05/06/2014.

4.2.5.1 A Pedra do Gentio: povoado Biribeira – Indiaroba.

Embora o intuito da nossa pesquisa tenha se delimitado a área do município de Umbaúba, não poderíamos deixar de citar aqui, a oportunidade interdisciplinar que tivemos com a área espeleológica, ao atravessar os limites do território umbaubense para o lado indiarobense, na busca de locais de potencial arqueológico.

Em meio ao povoado Biribeira, município de Indiaroba, fomos acompanhados à propriedade do senhor Gustavo Medina, onde conseguimos registrar, através das indicações do senhor Anderson Fontes Farias (professor de Geografia e ex. prefeito do município de Umbaúba) a existência de uma caverna de pequeno porte, até então, desconhecida nos mapas espeleológicos.

Segundo o senhor Anderson, no período que o mesmo se encontrava mais próximo da Universidade Federal de Sergipe, cerca de mais de uma década atrás, teria relatado sua descoberta a outros estudiosos responsáveis pela área da espeleologia, contudo, não lhe deram ouvidos, baseados na improbabilidade desse tipo de formação

geológica na região. Em compensação, o professor acabou se utilizando da caverna como uma fonte de aprendizado, inserindo-a como parte prática de suas aulas com alunos do ensino médio, fato que agora mostra seus frutos, visto que autor dessa obra também participara dessas excursões, no seu tempo de colegial.

Parte da equipe de espeleólogos do Grupo Centro da Terra que nos acompanhara nessa empreitada, avaliou a cavidade natural subterrânea como do tipo gruta, tendo seu desenvolvimento predominantemente horizontal de aproximadamente vinte metros. Apesar de atualmente contar com um compartimento principal, com teto baixo em toda sua extensão, segundo o relato de moradores locais, a Pedra do Gentio como é conhecida, apresentou no passado uma altura bem maior entre o piso e o teto, o que permitia a entrada de pessoas em posição ereta.

De acordo com Elias José da Silva, integrante do Grupo Centro da Terra, o afloramento rochoso com características de calcário em que a caverna se encontra, está situado em uma área de declive, cercada por uma mata bastante degradada, devido à retirada recorrente de vegetação do seu entorno, fez com que o solo fosse sendo carregado para o interior da cavidade, podendo assim ter ocasionado a mudança do nível original do seu piso.

A caverna também se revelou um local de cultos afros, apresentando evidências de uso recente, entretanto, de acordo com conhecedores da terra, sua utilização remete a épocas mais antigas, quiçá até em momentos onde ocorria a escravidão, e que inclusive pessoas de outras localidades viam até aquele destino, praticar esses tipos de cultos.

Outra narração que transita pela região, permanece correlacionada com o próprio nome da estrutura, Pedra do Gentio²⁶. Ao que se consta em alguns dicionários, a palavra gentio tem dentre alguns dos seus significados: índio, nativo e selvagem. Segundo alguns conhecedores, o abrigo teria sido morada para índios, todavia, o então dono das terras na época, colocara fogo dentro da caverna para que expulsasse os moradores indesejáveis.

²⁶ As coordenadas UTM descritas para a Pedra do Gentio, não correspondem a localização exata da caverna, mas de uma área aproximada. Lamentavelmente na oportunidade de nossa visita, não dispúnhamos de um aparelho de GPS.

Figura 33 – Pedra do Gentio
(Coordenada UTM: 24 L 649599 8728566)



Fonte: Elaborada pelo autor, 12/01/2014.

Figura 34 – Pedra do Gentio (perspectiva interior)



Fonte: Elias Silva, 12/01/2014.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que nossa pesquisa instituída no município de Umbaúba apresentou um desfecho satisfatório, tendo em vista que o objetivo geral inicialmente estipulado, demonstrar o potencial arqueológico do município, acabou tornando-se uma realidade alcançada, apesar da simplicidade no modo de prospecção que utilizamos e das dificuldades de deslocamento a que o projeto esteve sujeito.

Algumas áreas poderiam ter revelado mais resultados, se um maior número de entrevistas tivesse ocorrido e/ou se mais lugares fossem prospectados, porém, foi algo árduo de se implementar, embora, ainda assim, esse trabalho nos deu uma amostragem satisfatória, capaz de chegar à resultados consistentes, tal qual eram nossas indagações.

O que criamos com esse trabalho, representa mais que um passo na expansão do conhecimento arqueológico em Sergipe, é um esforço para que pessoas se identifiquem cada vez mais com o passado de onde vivem, e saibam que o patrimônio arqueológico não é algo que esteja tão distante das suas realidades.

Os sítios identificados nesta pesquisa, permitem que a população visualize um leque das ocupações humanas que estiveram, um dia, ligados ao nosso município. Tanto povos indígenas, como africanos e colonizadores de diferentes nacionalidades, nos antecederam nesse terra e foram responsáveis por grande parte dos lugares, costumes e características que existem atualmente. Com a Arqueologia e o estudo das sociedades através da cultura material, seja ela, os vestígios de um sítio de oficina lítica pré-colonial, de uma residência e estruturas de produção açucareira do século XIX e/ou uma caverna utilizada como moradia e para rituais, é que somos capazes de reavivar esses períodos pretéritos, entendendo-os melhor e até reaprendendo conhecimentos esquecidos.

Ao entrarem no cadastro do IPHAN, os sítios possibilitarão que mais olhares preocupados com a preservação patrimonial se voltem para região, ao passo que também através da divulgação desse trabalho, outras iniciativas de caráter mais intensivo possam ser implementadas nos sítios arqueológicos do município, seja através do autor que vos escreve ou demais pesquisadores que se interessem pela campo.

Infelizmente com nossa pesquisa, tomamos ciência da ínfima quantidade de documentos preservados sobre a história de Umbaúba, realidade que se repercute bastante entre outros municípios, visto o descaso das autoridades na conservação do patrimônio cultural. Sem contar, uma boa parte de educadores e pesquisadores que acabam se estagnando e apenas reproduzindo as mesma informações, já desgastadas, como forma de adquirir um título acadêmico, ao passo que quando acabam por produzir novos dados, pecam ao não divulga-los.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, M. A. G. M.; LUCENA, V.; DUARTE, Milena. **Programa de Prospecção e de Resgate arqueológico do Projeto de Adequação e Aumento da Capacidade Rodoviária da BR – 101 NE, BA/PE**. Relatório Final. Laboratório de Arqueologia – Universidade Federal de Pernambuco, Abril de 2010, 240 p.

ALBUQUERQUE, M. A. G. M.; LUCENA, V.; DUARTE, Milena. **Prospecção Arqueológica de Superfície e de Subsuperfície e Monitoramento Arqueológico nas áreas fora da faixa de domínio da rodovia BR 101, no Lote do Estado de Sergipe**. Relatório parcial – período setembro de 2010 à março de 2011. Laboratório de Arqueologia – Universidade Federal de Pernambuco, Junho de 2011, 61 p.

ALMEIDA, Candido Mendes de. **Atlas do Império do Brazil**. Rio de Janeiro: Lithographia do Instituto Philomathieo, Rua Sete de Setembro, n. 68, 1868. Cópia Digital BRASILIANA USP, 2013.

ALMEIDA, Maria da Glória S. Cap. 2 – Atividades Produtivas. In: DINIZ, Diana M. (coord.) **Textos para a História de Sergipe**. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe/Banese, 1991. p. 61 - 126.

AMÂNCIO, Suely Gleyde. **Influência Da Evolução Costeira Holocênica na Ocupação da Costa do Estado de Sergipe por Grupos Sambaquieiros**. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 2001. 96 p.

ANDRADE, Inês El-Jaick. **Ruínas do Antigo Engenho Novo no Núcleo Histórico Rodrigues Caldas da Colônia Juliano Moreira: pesquisa histórica e iconográfica**. Revista de História da Arte e Arqueologia, v. 13, p. 35 - 54, 2010.

ANDRADE, Nelcimar B. de **Apontamentos históricos e topográficos sobre a província de Sergipe de Antônio José da Silva Travassos (manuscrito)**. 2004. 108 p. Monografia (Licenciatura em História) – Departamento de História, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe.

ARAÚJO, Ricardo Teles. **Sergipanos dos Séculos XVII e XVIII nos Arquivos Portugueses**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe – IHGE, Nº 32, 1999. p. 203 - 228.

BARRETO, Cristiana. **A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da Arqueologia no Brasil**. São Paulo: Revista USP, 2000. v.44. p. 32 - 51.

BICHO, Nuno Ferreira. Cap. 3 – Técnicas de prospecção arqueológica. In: BICHO, Nuno Ferreira. **Manual de Arqueologia pré-histórica**. 2. ed. Lisboa - PT: Edições 70, 2006. p. 89 - 143.

BLOEM, João. **Carta corográfica para a divisão das comarcas, termos e municípios da Província de Sergipe Del Rey, organizada pelas informações, exames e de várias**

cartas as mais exactas que existem até hoje, 1844. Rio de Janeiro: Lith. do Archivo militar, 1844. 1 mapa, 75,4 x 57,2. Cópia Digital BRASILIANA USP.

BUENO, Francisco Antônio Pimenta. **Relatório sobre a preferência de traçados para ferrovia na província de Sergipe.** Rio de Janeiro, 1881. 107 p.

CALDERÓN, Valentin. **Breve notícia sobre a Arqueologia de duas regiões do Estado da Bahia.** PRONAPA, Resultados preliminares do 4º ano – 1968 – 1969. Belém – PA: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1971. 15 p.

CARVALHO, Fernando Lins de. **A pré-história sergipana.** Aracaju - SE: Universidade Federal de Sergipe, 2003. 159 p.

CHAPA BRUNET, T. et al. *Propuesta metodológica para una prospección arqueológica sistemática: el caso del Guadiana Menor (Jaén).* Trabajos de Prehistoria - vol.60 (1), 2003. 23 p.

CLEMENTE, Ivanete de Jesus. **Expansão e Desenvolvimento Urbano da Cidade de Umbaúba 1954/2001.** Estância – SE: Universidade Federal de Sergipe, 2002. 168 p.

DANTAS, Beatriz. Cap. 1 – Os índios em Sergipe. In: DINIZ, Diana M. (coord.) **Textos para a História de Sergipe.** Aracaju: Universidade Federal de Sergipe/ Banese, 1991. p. 19 - 60.

ETCHEVARNE, C. **O sítio de tradição Aratu de Água Vermelha, Reserva Indígena Caramuru Paraguaçu, e suas implicações arqueológicas e etno-políticas.** Universidade Federal da Bahia, Cadernos de Arte e Antropologia, nº 1/ 2012, p. 53 - 58.

FERREIRA, Jurandyr Pires. **Enciclopédia dos Municípios Brasileira.** IBGE, vol. IV, Rio de Janeiro, Editora Serviços Gráficos do IBGE, 1958. p. 396.

FERREIRA, Jurandyr Pires. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros.** IBGE, vol. XIX, Rio de Janeiro, Editora Serviços Gráficos do IBGE, 1959. p. 486 - 488.

FONTE, João. **Novas metodologias não-invasivas de prospecção arqueológica: o contributo das tecnologias geo-espaciais.** Braga: Universidade do Minho, 2009 – 2010. Fórum, 44 - 45: p. 97 - 112.

FRANCO, Emmanuel. **Aproveitamento dos vales de Sergipe.** Aracaju: Ministério da Agricultura, 1960. 116 p.

FREIRE, Felisbello. **História de Sergipe.** 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, Aracaju, SE: Governo do Estado de Sergipe, 1977. 416 p. (Dimensões do Brasil)

FREIRE, Felisbello. **História territorial de Sergipe.** Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe: Secretaria de Estado da Cultura, 1995. 117 p.

MARTIN, G. Capítulo 1 – História da Pré-história no Nordeste. In: MARTIN, G. **Pré-história do Nordeste do Brasil.** 5. ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008. p. 23 - 48.

MUELLER, James W. A Rationale for Archaeological Sampling. In: MUELLER, James W. *Sampling in Archaeology*. 2nd ed. Tucson: University of Arizona, 1979. p. 3 - 25.

NOGUEIRA, Adriana Dantas; SILVA, Eder Donizeti da. (Org.). Capítulo 1 – Arqueologia em Laranjeiras: pioneirismo e perspectivas. In: **O Despertar do Conhecimento na Colina Azulada: a Universidade Federal de Sergipe em Laranjeiras**. São Cristóvão, SE: Universidade Federal de Sergipe, 2009. p. 17 - 36.

NUNES, Maria Thetis. **Sergipe colonial II**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. 332 p.

ORTON, Clive. A Little of What You Fancy? In: ORTON, Clive. *Sampling in Archaeology*. 1st ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2000. p. 14 - 39.

PETROBRAS. **Projetos Patrocinados: Museu de Arqueologia de Xingó (SE)**. 2009. Disponível em: <<http://www.hotsitespetrobras.com.br/cultura/projetos/48/232>>. Acesso em: 18/05/2014.

PROUS, A. **Arqueologia Brasileira**. Brasília, DF: UNB. 1992. 613 p.

REIS, Maria José de Sousa; PAZ, Maria Raimunda da; SANTOS, Marielza dos. **Fazenda Campinhos – Umbaúba: do Apogeu ao Abandono (1840 a 1953)**. Artigo (Licenciatura em História) - UNIVERSIDADE TIRADENTES (EAD), Umbaúba - Se, 2009.

RENFREW, Colin; BAHN, Paul. G. Cap. 3 – Where? In: RENFREW, Colin; BAHN, Paul. G. *Archaeology: theories, methods and practice*. 5. ed. London: Thames & Hudson Ltd, 2008. p. 73 - 106.

ROCHA, Renaldo Ribeiro. **O engenho sergipano na sua materialidade: Escurial, um estudo de caso (1850-1930)**. 2004. 176p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Núcleo de Pós-graduação em Geografia, Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe.

SERGIPE. Secretaria do Planejamento. **Umbaúba**. Sergipe: SEPLAN, 1983. 57 p. (Serie: Monografias Municipais).

SOARES, Juliana. **Discutindo a Tradição Aratu: o sítio cerâmico GO- RV -06 e as novas contribuições**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, 2012. p. 256.

TARGET, Archaeology Geophysics. GPR – Ground Penetrating Radar. In: TARGET, Archaeology Geophysics. *Techniques and methods of archaeological prospection*. 2014. Disponível em: < <http://targetgeophysics.com/geophysical-prospection-techniques/gpr-ground-penetrating-radar.html>>. Acesso em: 23/05/2014.

VERGNE, M. C. S.; SILVA, S. A.; VITÓRIO, S. M. **Levantamentos Preliminares dos Sítios Arqueológicos do Estado de Sergipe**. CLIO. Série Arqueológica (UFPE), Recife – PE, v. 4, n. 04, p. 77 - 78, 1991.

VERGNE, M. C. S. **O projeto Arqueológico de Xingó, em Sergipe e Alagoas**. CLIO – Série Arqueológica nº 11. Universidade Federal de Sergipe, 1996. p. 213 - 216.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

MARQUES, NÚBIA. **CX. Correspondência 0001: Relatório de viagem da professora Núbia Marques, 09 de outubro de 1972.** Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico – DCPH/SEC – Secretaria de Educação e Cultura, 1972.

NÚCLEO DE PESQUISA ARQUEOLÓGICA. **ARQUEO – NPA 0001: Cronograma de Visitação 1985, 1986 e 1987.** São Cristóvão - SE: Universidade Federal de Sergipe, 1985 - 1987.

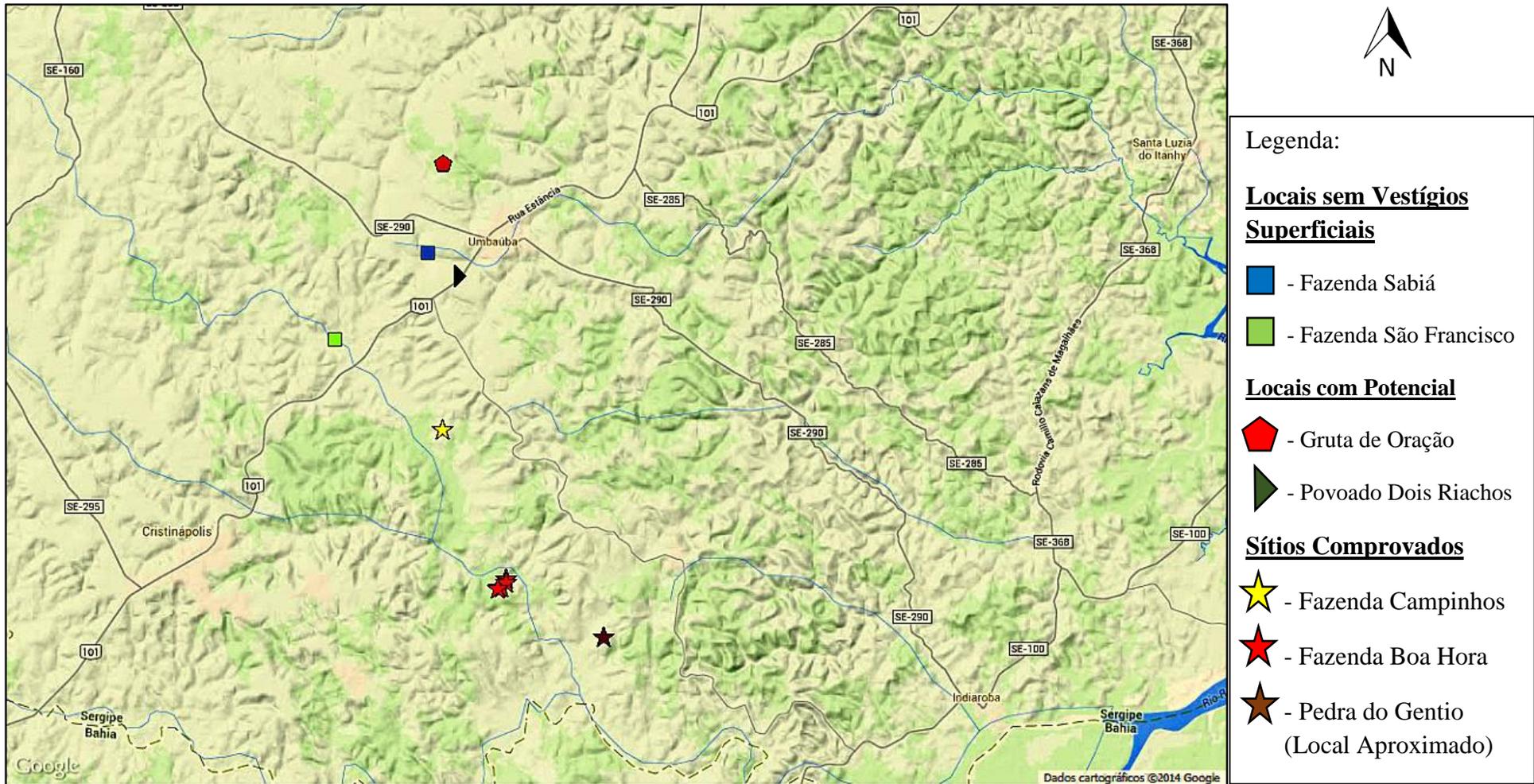
NÚCLEO DE PESQUISA ARQUEOLÓGICA. **ARQUEO – NPA 10 CX. Sítios Arq. Sergipanos 0001: Registro de Sítios Arqueológicos em 1985, 1986 e 1987.** São Cristóvão - SE: Universidade Federal de Sergipe, 1985 - 1987.

NÚCLEO DE PESQUISA ARQUEOLÓGICA. **ARQUEO – UFS/NPA – Pacote 50012: Relatório Geral; Histórico.** São Cristóvão - SE: Universidade Federal de Sergipe, 1988.

NÚCLEO DE PESQUISA ARQUEOLÓGICA. **ARQUEO – NPA UFS Livro de Registo de Acervo 0001: Livro de Tombo – Acervo Arqueológico.** São Cristóvão - SE: Universidade Federal de Sergipe, 1990.

SERGIPE. Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico. **CX. CORRESPONDÊNCIA 0001: 29 de Março de 1973.** Sergipe, 1973.

APÊNDICE A – UмбаÚBA ARQUEOLÓGICA (MAPA DOS LOCAIS PROSPECTADOS)



ESCALA 1: 150.000

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir do software QGIS 2.2.0, 2014.

ANEXOS

ANEXO A - Sítio Ruínas do Engenho Boa Hora

MINISTÉRIO DA CULTURA
Sist. Nac. de Informações Culturais - SNIC

Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos*
- CNSA -

IPHAN
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Depto. de Identificação e Documentação - DID

Nome do sítio: Ruínas do Engenho Boa Hora

Outras designações e siglas:

CNSA:

Município: Umbaúba

UF: SE

Localidade: Fazenda Boa Hora

Outras designações da localidade:

Descrição sumária do sítio:

Vestígios do Engenho de Açúcar Boa Hora, século XIX, correlacionado a estruturas de aqueduto que davam suporte ao mesmo.

Sítios relacionados:

Nome do proprietário do terreno: Francisco Gois Filho

Endereço:

CEP: **Cidade:** Umbaúba

UF: SE

E-mail:

Fone/Fax: (79) 8147-4819

Ocupante atual:

Acesso ao sítio: Localizado (sede da fazenda, coordenadas UTM: 24L 645806 8730729) ao extremo sul do município, tendo como principal acesso à rodovia SE 488, exibe parte de sua extensão banhada pelo rio Itamirim.

Comprimento: m **Largura:** m **Altura máxima:** m (a partir do nível do solo)

Área: 100000 m² **Medição:** Estimada Passo Mapa Instrumento

Nome e sigla do documento cartográfico:

Ano de edição: **Órgão:** IBGE DSG Outro **Escala:**

Delimitação da área / Coordenadas UTM

Ponto central: Zon:24 E:646343 N:8730376

Perímetro: Zona:24 E:646111 N:8730219

Zona:24 E:646180 N:8730192

Zona:24 E:646458 N:8730416

Zona:24 E:646331 N:8730504

GPS **DATUM:** SAD69

Em mapa **Margem de erro:** m

Unidade geomorfológica: Planície

Compartimento topográfico: Rio

Altitude: m (com relação ao nível do mar)

Água mais próxima: Rio Itamirim

Distância: 150m

Rio: Itamirim

Bacia: Piauí e Rio Real

Outras referências de localização:

Vegetação atual:

- Floresta ombrófila Savana (cerrado)
 Floresta estaciona Savana-estépica (caatinga)
 Campinarana Estepe
 Capoeira
Outra: Mata Ciliar

Uso atual do terreno:

- Atividade urbana Pasto
 Via pública Plantio
 Estrutura de fazenda Área não utilizada

Outro:

Propriedade da terra: Área pública Área privada Área militar Área indígena

Outra:

Proteção legal: Unid. de conservação ambiental

Em área tombada: Municipal Estadual Federal Patrim. da humanidade

Categoria:

- Unicomponencial Pré-colonial
 Multicomponencial De contato
 Histórico

Tipo de sítio:

Forma:

Tipo de solo:

Estratigrafia:

Contexto de deposição: Em superfície Em profundidade

Exposição: Céu aberto Abrigo sob rocha Gruta Submerso

Outra:

* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

Estruturas:

<input type="checkbox"/> Áreas de refugio	<input checked="" type="checkbox"/> Canais tipo trincheiras, valetas
<input type="checkbox"/> De Lascamento	<input type="checkbox"/> Círculos de pedra
<input type="checkbox"/> De Combustão (fogueira, fomo, fogão)	<input type="checkbox"/> Estacas, buracos de Fossas
<input type="checkbox"/> Funerárias	<input type="checkbox"/> Muros de terra, linhas de argila
<input checked="" type="checkbox"/> Vestígios de edificação	<input type="checkbox"/> Palafitas
<input type="checkbox"/> Vestígios de mineração	<input type="checkbox"/> Paliçadas
<input type="checkbox"/> Alinhamento de pedras	
<input type="checkbox"/> Manchas pretas	
<input type="checkbox"/> Concentrações cerâmicas	Quantidade:
Outras:	

Artefatos:

<input type="checkbox"/> Lítico lascado	<input type="checkbox"/> Cerâmico
<input type="checkbox"/> Lítico polido	<input type="checkbox"/> Sobre concha
<input type="checkbox"/> Sobre material orgânico	

Outros vestígios líticos:

Material histórico:

Outros vestígios orgânicos:

Outros vestígios inorgânicos:

Acervo / Instituições:

Números de catálogo:

Arte rupestre: Pintura Gravura Ausente**FILIAÇÃO CULTURAL:**

Artefatos líticos:	Tradições:
	Fases:
	Complementos:
	Outras atribuições:
Artefatos cerâmicos:	Tradições:
	Fases:
	Complementos:
	Outras atribuições:
Arte rupestre:	Tradições:
	Estilos:
	Complementos:
	Outras atribuições:

Datações absolutas:

Datações relativas:

Grau de integridade:	<input type="radio"/> mais de 75%	<input checked="" type="radio"/> entre 25 e 75%	<input type="radio"/> menos de 25%
Fatores de destruição:	<input type="checkbox"/> Erosão eólica	<input checked="" type="checkbox"/> Erosão fluvial	<input type="checkbox"/> Vandalismo
	<input type="checkbox"/> Erosão pluvial	<input checked="" type="checkbox"/> Atividades agrícolas	
	<input type="checkbox"/> Construção de estradas	<input type="checkbox"/> Construção de moradias	

Outros fatores naturais: soterramento

Outros fatores antrópicos:

Possibilidades de destruição:

Medidas para preservação:

Relevância do sítio: Alta Média Baixa

Atividades desenvolvidas no local:	<input checked="" type="checkbox"/> Registro	<input type="checkbox"/> Sondagem ou Corte estratigráfico
	<input type="checkbox"/> Coleta de superfície	<input type="checkbox"/> Escavação de grande superfície
		<input type="checkbox"/> Levantamento de grafismos rupestres

Nome do responsável pelo registro: Marcel Raelly Fontes Gonçalves Nascimento

Endereço: Rua Arauá 434

CEP: 49260-000 Cidade: Umbaúba

UF: SE

E-mail: marcelraely2005@hotmail.com

Fone/Fax: (79) 9832-3872; (79) 3546-1387; (79) 3546-1263

Data do registro: 28/05/2014 Ano do registro: 2014 (para quando a data completa não puder ser informada)

Nome do projeto: UMBÁUBA ARQUEOLÓGICA: ENTENDENDO UM PASSADO POR TRÁS DO MUNICÍPIO

* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

Nome da instituição: Universidade Federal de Sergipe - Campus de Laranjeiras

Endereço: Praça Samuel de Oliveira, s/n, Laranjeiras-SE

CEP: 49170-000 **Cidade:** Laranjeiras

UF: SE

E-mail: campuslar@ufs.br

Fone/Fax: (79) 3281-2939

Documentação produzida (quantidade)	Mapa com sítio plotado:	Foto preto e branco:
	Croqui:	Reprografia de imagem:
	Planta baixa do sítio:	Imagem de satélite:
	Planta baixa dos locais afetados:	Cópia total de arte rupestre:
	Planta baixa de estruturas:	Cópia parcial de arte rupestre:
	Perfil estratigráfico:	Ilustração do material:
	Perfil topográfico:	Caderneta de campo:
	Foto aérea:	Video / filme:
	Foto colorida: 18	Outra:

Bibliografia:

NASCIMENTO, Marcel Raely Fontes Gonçalves. Umbaúba Arqueológica: entendendo um passado por trás do município. Laranjeiras, Se, 2014. 102 f. TCC (Graduação em Arqueologia) - Universidade Federal de Sergipe, Campus de Laranjeiras, 2014.

Observações Propriedade onde funcionara um engenho de açúcar (Engenho Boa Hora), durante o século XIX, porém, que já havia paralisado suas atividades no ano de 1881. Restará desse período evidências de estruturas parciais do engenho como: resto de edificação (ponto central) aquedutos feitos em pedra (perímetros), que a princípio facilitariam a deslocação da água do rio para reservatórios que servissem as atividades no Engenho Boa Hora. O percurso dessas estruturas aparece e desaparece em meio aos focos de mata fechada, bem como de acordo com o desnivelamento do solo, o qual acaba por vezes a soterra-las.

Responsável pelo preenchimento da ficha:

Data: _____ **Localização dos dados:** _____

Atualizações:

Data: ____/____/____

Assinatura: _____

ANEXO B - Sítio Palmeira das Marcas

MINISTÉRIO
DA CULTURA
Sist. Nac. de Informações Culturais - SNIC

Cadastro Nacional de
Sítios Arqueológicos*
- CNSA -

IPHAN
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Depto. de Identificação e Documentação - DID

Nome do sítio: Palmeira das Marcas

Outras designações e siglas:

Município: Umbaúba

Localidade: Fazenda Boa Hora

Outras designações da localidade:

Descrição sumária do sítio: Oficina lítica de polimento

Sítios relacionados:

Nome do proprietário do terreno: Francisco Gois Filho

Endereço:

CEP: Cidade: Umbaúba

CNSA:

UF:

E-mail: Fone/Fax: (79) 8147-4819

Ocupante atual:

Acesso ao sítio: Localizado (sede da fazenda, coordenadas UTM: 24L 645806 8730729) ao extremo sul do município, tendo como principal acesso à Fazenda Boa Hora, por meio da rodovia SE 488, exhibe parte de sua extensão banhada pelo rio Itamirim.

Comprimento: m Largura: m Altura máxima: m (a partir do nível do solo)

Área: 9 m² Medição: Estimada Passo Mapa Instrumento

Nome e sigla do documento cartográfico:

Ano de edição: Órgão: IBGE DSG Outro Escala:

Delimitação da área / Coordenadas UTM

Ponto central: Zona: 24 E: 646075 N: 8730171

Perímetro: Zona: 24 E: 646040 N: 8730214

Zona: E: N:

Zona: E: N:

Zona: E: N:

GPS DATUM: SAD69

Em mapa Margem de erro: m

Unidade geomorfológica: Planície

Compartimento topográfico: Rio

Altitude: m (com relação ao nível do mar)

Água mais próxima: Rio Itamirim

Distância: 2m

Rio: Itamirim

Bacia: Piauí e Rio Real

Outras referências de localização: cerca de 70 metros a oeste da barragem artificial, a que daria suporte ao início do aqueduto, do Sítio Ruínas do Engenho Boa Hora.

Vegetação atual:

Floresta ombrófila Savana (cerrado)
 Floresta estaciona Savana-estépica (caatinga)
 Campinarana Estepe
 Capoeira
Outra: Mata Ciliar

Uso atual do terreno:

Atividade urbana Pasto
 Via pública Plantio
 Estrutura de fazenda Área não utilizada
Outro: Pesca; Lazer

Propriedade da terra: Área pública Área privada Área militar Área indígena

Outra:

Proteção legal: Unid. de conservação ambiental

Em área tombada: Municipal Estadual Federal Patrim. da humanidade

Categoria:

Unicomponencial Pré-colonial
 Multicomponencial De contato
 Histórico

Tipo de sítio: Oficina lítica

Forma: Não delimitada

Tipo de solo: rochoso

Estratigrafia:

Contexto de deposição: Em superfície Em profundidade

Exposição: Céu aberto Abrigo sob rocha Gruta Submerso

Outra:

* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

Estruturas: <input type="checkbox"/> Áreas de refugio <input type="checkbox"/> De Lascamento <input type="checkbox"/> De Combustão (fogueira, fomo, fogão) <input type="checkbox"/> Funerárias <input type="checkbox"/> Vestígios de edificação <input type="checkbox"/> Vestígios de mineração <input type="checkbox"/> Alinhamento de pedras <input type="checkbox"/> Manchas pretas <input type="checkbox"/> Concentrações cerâmicas Outras: Marcas de Polimento		<input type="checkbox"/> Canais tipo trincheiras, valetas <input type="checkbox"/> Círculos de pedra <input type="checkbox"/> Estacas, buracos de <input type="checkbox"/> Fossas <input type="checkbox"/> Muros de terra, linhas de argila <input type="checkbox"/> Palafitas <input type="checkbox"/> Paliçadas Quantidade:		Artefatos: <input type="checkbox"/> Lítico lascado <input type="checkbox"/> Lítico polido <input type="checkbox"/> Sobre material orgânico <input type="checkbox"/> Cerâmico <input type="checkbox"/> Sobre concha
Outros vestígios líticos:				

Material histórico:

Outros vestígios orgânicos:

Outros vestígios inorgânicos:

Acervo / Instituições:

Números de catálogo:

Arte rupestre: Pintura Gravura Ausente

FILIAÇÃO CULTURAL:

Artefatos líticos:	Tradições: Fases: Complementos: Outras atribuições:
Artefatos cerâmicos:	Tradições: Fases: Complementos: Outras atribuições:
Arte rupestre:	Tradições: Estilos: Complementos: Outras atribuições:

Datações absolutas:

Datações relativas:

Grau de integridade: mais de 75% entre 25 e 75% menos de 25%

Fatores de destruição: Erosão eólica Erosão fluvial Vandalismo
 Erosão pluvial Atividades agrícolas
 Construção de estradas Construção de moradias

Outros fatores naturais:

Outros fatores antrópicos:

Possibilidades de destruição:

Medidas para preservação:

Relevância do sítio: Alta Média Baixa

Atividades desenvolvidas no local: Registro Sondagem ou Corte estratigráfico
 Coleta de superfície Escavação de grande superfície
 Levantamento de grafismos rupestres

Nome do responsável pelo registro: Marcel Raely Fontes Gonçalves Nascimento

Endereço: Rua Araú 434

CEP: 49260-000 Cidade: Umbaúba

UF: SE

E-mail: marcelaely2005@hotmail.com

Fone/Fax: (79) 9832-3872; (79) 3546-1387; (79) 3546-1263

Data do registro: 28/05/2014 Ano do registro: 2014 (para quando a data completa não puder ser informada)

Nome do projeto: UMBÁUBA ARQUEOLÓGICA: ENTENDENDO UM PASSADO POR TRÁS DO MUNICÍPIO

* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

Nome da instituição: Universidade Federal de Sergipe - Campus de Laranjeiras

Endereço: Praça Samuel de Oliveira, s/n, Laranjeiras-SE

CEP: 49170-000 **Cidade:** Laranjeiras

UF: SE

E-mail: campuslar@ufs.br

Fone/Fax: (79) 3281-2939

Documentação produzida (quantidade)	Mapa com sitio plotado:	Foto preto e branco:
	Croqui:	Reprografia de imagem:
	Planta baixa do sitio:	Imagem de satélite:
	Planta baixa dos locais afetados:	Cópia total de arte rupestre:
	Planta baixa de estruturas:	Cópia parcial de arte rupestre:
	Perfil estratigráfico:	Ilustração do material:
	Perfil topográfico:	Caderneta de campo:
	Foto aérea:	Video / filme:
	Foto colorida: 7	Outra:

Bibliografia:

NASCIMENTO, Marcel Raely Fontes Gonçalves. Umbaúba Arqueológica: entendendo um passado por trás do município. Laranjeiras, Se, 2014. 102 f. TCC (Graduação em Arqueologia) - Universidade Federal de Sergipe, Campus de Laranjeiras, 2014.

Observações Concentração de vestígios de ocupação pré-colonial, no caso, uma oficina lítica com sulcos característicos do polimento e/ou afiação de artefatos de pedra. Apresentam-se espalhados num área rochosa do rio, atualmente um pouco acima do nível que a água transita. A quantidade de marcas encontradas acaba por se apresentar em maior abundância, numa área aproximada de 9 m², contudo, há vestígios isolados dessa mesma configuração espalhados ao longo do rio.

Responsável pelo preenchimento da ficha:

Data: _____ **Localização dos dados:** _____

Atualizações:

Data: ____/____/____

Assinatura: _____

ANEXO C – Sítio Casa da Fazenda Campinhos



Cadastro Nacional de
Sítios Arqueológicos*
- CNSA -



Nome do sítio: Casa da Fazenda Campinhos

Outras designações e siglas:

CNSA:

Município: Umbaúba

UF: SE

Localidade: Povoado Campinhos

Outras designações da localidade:

Descrição sumária do sítio: Residência do século XIX

Sítios relacionados:

Nome do proprietário do terreno: Maria de Lurdes Soares (Dona Veia)

Endereço:

CEP: Cidade: Umbaúba, Povoado Campinhos

UF: SE

E-mail:

Fone/Fax:

Ocupante atual:

Acesso ao sítio:

Comprimento: 100 m Largura: 40 m Altura máxima: m (a partir do nível do solo)

Área: m² Medição: Estimada Passo Mapa Instrumento

Nome e sigla do documento cartográfico:

Ano de edição: Órgão: IBGE DSG Outro Escala:

Delimitação da área / Coordenadas UTM

Ponto central: Zona: 24 E: 064426 N: 8735395

Perímetro:	Zona:	E:	N:
	Zona:	E:	N:
	Zona:	E:	N:
	Zona:	E:	N:

GPS DATUM:

Em mapa Margem de erro: m

Unidade geomorfológica: Planície

Compartimento topográfico:

Altitude: m (com relação ao nível do mar)

Água mais próxima:

Distância: m

Rio: Itamirim

Bacia: Piauí e Rio Real

Outras referências de localização: Vizinho a um Bar (esse sendo propriedade do senhor Domingos Soares, filho da dona Maria de Lurdes Soares), com frente para uma escola.

Vegetação atual:

- Floresta ombrófil Savana (cerrado)
 Floresta estaciona Savana-estépica (caatinga)
 Campinarana Estepe
 Capoeira

Outra:

Uso atual do terreno:

- Atividade urbana Pasto
 Via pública Plantio
 Estrutura de fazenda Área não utilizada

Outro: Residência

Propriedade da terra: Área pública Área privada Área militar Área indígena

Outra:

Proteção legal: Unid. de conservação ambiental

Em área tombada: Municipal Estadual Federal Patrim. da humanidade

Categoria:

- Unicomponencial Pré-colonial
 Multicomponencial De contato
 Histórico

Tipo de sítio: Habitação (ocupação permanente)

Forma:

Tipo de solo:

Estratigrafia:

Contexto de deposição: Em superfície Em profundidade

Exposição: Céu aberto Abrigo sob rocha Gruta

Submerso

Outra:

* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

Estruturas:

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Áreas de refugio | <input type="checkbox"/> Canais tipo trincheiras, valetas |
| <input type="checkbox"/> De Lascamento | <input type="checkbox"/> Círculos de pedra |
| <input type="checkbox"/> De Combustão
(fogueira, fomo, fogão) | <input type="checkbox"/> Estacas, buracos de |
| <input type="checkbox"/> Funerárias | <input type="checkbox"/> Fossas |
| <input checked="" type="checkbox"/> Vestígios de edificação | <input type="checkbox"/> Muros de terra, linhas de argila |
| <input type="checkbox"/> Vestígios de mineração | <input type="checkbox"/> Palafitas |
| <input type="checkbox"/> Alinhamento de pedras | <input type="checkbox"/> Paliçadas |
| <input type="checkbox"/> Manchas pretas | |
| <input type="checkbox"/> Concentrações cerâmicas | Quantidade: |
- Outras:

Artefatos:

- | | |
|--|---------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Lítico lascado | <input type="checkbox"/> Cerâmico |
| <input type="checkbox"/> Lítico polido | <input type="checkbox"/> Sobre concha |
| <input type="checkbox"/> Sobre material orgânico | |

Outros vestígios líticos:

Material histórico: Cerâmica, Vidro, Louça, Ídolos Religiosos

Outros vestígios orgânicos:

Outros vestígios inorgânicos:

Acervo / Instituições:

Números de catálogo:

Arte rupestre: Pintura Gravura Ausente

FILIAÇÃO CULTURAL:

- | | |
|----------------------|---------------------|
| Artefatos líticos: | Tradições: |
| | Fases: |
| | Complementos: |
| | Outras atribuições: |
| Artefatos cerâmicos: | Tradições: |
| | Fases: |
| | Complementos: |
| | Outras atribuições: |
| Arte rupestre: | Tradições: |
| | Estilos: |
| | Complementos: |
| | Outras atribuições: |

Datações absolutas:**Datações relativas:**

Grau de integridade: mais de 75% entre 25 e 75% menos de 25%

Fatores de destruição: Erosão eólica Erosão fluvial Vandalismo
 Erosão pluvial Atividades agrícolas
 Construção de estradas Construção de moradias

Outros fatores naturais:**Outros fatores antrópicos:****Possibilidades de destruição:**

Medidas para preservação: Restauração do residência.

Relevância do sítio: Alta Média Baixa

Atividades desenvolvidas no local: Registro Sondagem ou Corte estratigráfico
 Coleta de superfície Escavação de grande superfície
 Levantamento de grafismos rupestres

Nome do responsável pelo registro: Marcel Raely Fontes Gonçalves Nascimento

Endereço: Rua Arauá 434

CEP: 49260-000 Cidade: Umbaúba

UF: SE

E-mail: marcelraely2005@hotmail.com

Fone/Fax: (79) 9832-3872; (79) 3546-1387; (79) 3546-1263

Data do registro: 30/05/2014 Ano do registro: 2014 (para quando a data completa não puder ser informada)

Nome do projeto: UMBÁUBA ARQUEOLÓGICA: ENTENDENDO UM PASSADO POR TRÁS DO MUNICÍPIO

* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

00014

Nome da instituição: Universidade Federal de Sergipe - Campus de Laranjeiras

Endereço: Praça Samuel de Oliveira, s/n, Laranjeiras-SE

CEP: 49170-000 **Cidade:** Laranjeiras

UF: SE

E-mail: campuslar@ufs.br

Fone/Fax: (79) 3281-2939

Documentação produzida (quantidade)	Mapa com sítio plotado:	Foto preto e branco:
	Croqui:	Reprografia de imagem:
	Planta baixa do sítio:	Imagem de satélite:
	Planta baixa dos locais afetados:	Cópia total de arte rupestre:
	Planta baixa de estruturas:	Cópia parcial de arte rupestre:
	Perfil estratigráfico:	Ilustração do material:
	Perfil topográfico:	Caderneta de campo:
	Foto aérea:	Vídeo / filme:
	Foto colorida: 12	Outra:

Bibliografia:

REIS, Maria José de Sousa; PAZ, Maria Raimunda da; SANTOS, Marielza dos. Fazenda Campinhos – Umbaúba: do Apogeu ao Abandono (1840 a 1953). Artigo (Licenciatura em História) - UNIVERSIDADE TIRADENTES (EAD), Umbaúba - Se, 2009.

NASCIMENTO, Marcel Raely Fontes Gonçalves. Umbaúba Arqueológica: entendendo um passado por trás do município. Laranjeiras, Se, 2014. 102 f. TCC (Graduação em Arqueologia) - Universidade Federal de Sergipe, Campus de Laranjeiras, 2014.

Observações Antiga residência da Fazenda Campinhos, última representante da Vila de Campinhos do século XIX. Ainda em uso como moradia.
De acordo Reis et al (2009), a propriedade teria como um dos primeiros proprietários o senhor Joaquim Amâncio Monte Alegre, na data de 29 de novembro de 1887, conforme consta no livro 3A, folha 88 do Cartório do 1º Ofício de Imóveis de Itabaianinha.

Responsável pelo preenchimento da ficha:

Data: _____ **Localização dos dados:** _____

Atualizações:

Data: ____/____/____

Assinatura: _____

ANEXO D – Sítio Pedra do Gentio

MINISTÉRIO DA CULTURA
Sist. Nac. de Informações Culturais - SNIC

Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos*
- CNSA -

IPHAN
Depto. de Identificação e Documentação - DID

Nome do sítio: Pedra do Gentio

Outras designações e siglas:

CNSA:

Município: Indiaroba

UF: SE

Localidade: Povoado Biribeira

Outras designações da localidade:

Descrição sumária do sítio:

Gruta de pequeno porte, com presença de vestígios relacionados a cultos afrodescendentes e com relatos de ocupação indígena no local.

Sítios relacionados:

Nome do proprietário do terreno: Gustavo Medina

Endereço:

CEP:

Cidade:

UF:

E-mail:

Fone/Fax:

Ocupante atual:

Acesso ao sítio: Principal acesso pela rodovia SE 488,

Comprimento: m Largura: 20 m Altura máxima: m (a partir do nível do solo)

Área: m² Medição: Estimada Passo Mapa Instrumento

Nome e sigla do documento cartográfico:

Ano de edição: Órgão: IBGE DSG Outro Escala:

Delimitação da área / Coordenadas UTM

Ponto central: Zona: 24 E: 649599 N: 8728566

Perímetro: Zona: E: N:
Zona: E: N:
Zona: E: N:
Zona: E: N:

GPS DATUM:

Em mapa Margem de erro: m

Unidade geomorfológica: Planície

Compartimento topográfico: Meia encosta

Altitude: m (com relação ao nível do mar)

Água mais próxima:

Distância: m

Rio: Itamirim

Bacia: Piauí e Rio Real

Outras referências de localização:

Vegetação atual:

- Floresta ombrófila Savana (cerrado)
 Floresta estacional Savana-estépica (caatinga)
 Campinarana Estepe
 Capoeira

Outra:

Uso atual do terreno:

- Atividade urbana Pasto
 Via pública Plantio
 Estrutura de fazenda Área não utilizada

Outro:

Propriedade da terra: Área pública Área privada Área militar Área indígena

Outra:

Proteção legal: Unid. de conservação ambiental

Em área tombada: Municipal Estadual Federal Patrim. da humanidade

Categoria:

- Unicomponental Pré-colonial
 Multicomponental De contato
 Histórico

Tipo de sítio: Habitação (duração indeterminada)

Forma: Irregular

Tipo de solo:

Estratigrafia:

Contexto de deposição: Em superfície Em profundidade

Exposição: Céu aberto Abrigo sob rocha Gruta Submerso

Outra:

* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

Estruturas:		Artefatos:	
<input type="checkbox"/> Áreas de refugio	<input type="checkbox"/> Canais tipo trincheiras, valetas	<input type="checkbox"/> Lítico lascado	<input type="checkbox"/> Cerâmico
<input type="checkbox"/> De Lascamento	<input type="checkbox"/> Círculos de pedra	<input type="checkbox"/> Lítico polido	<input type="checkbox"/> Sobre concha
<input type="checkbox"/> De Combustão (fogueira, fomo, fogão)	<input type="checkbox"/> Estacas, buracos de	<input type="checkbox"/> Sobre material orgânico	
<input type="checkbox"/> Funerárias	<input type="checkbox"/> Fossas		
<input type="checkbox"/> Vestígios de edificação	<input type="checkbox"/> Muros de terra, linhas de argila		
<input type="checkbox"/> Vestígios de mineração	<input type="checkbox"/> Palaifitas		
<input type="checkbox"/> Alinhamento de pedras	<input type="checkbox"/> Paliçadas		
<input type="checkbox"/> Manchas pretas			
<input type="checkbox"/> Concentrações cerâmicas	Quantidade:		
Outras:			

Material histórico: Vidro, Louça, Plástico

Outros vestígios orgânicos:

Outros vestígios inorgânicos:

Acervo / Instituições:

Números de catálogo:

Arte rupestre: Pintura Gravura Ausente

FILIAÇÃO CULTURAL:

Artefatos líticos: Tradições:
Fases:
Complementos:
Outras atribuições:

Artefatos cerâmicos: Tradições:
Fases:
Complementos:
Outras atribuições:

Arte rupestre: Tradições:
Estilos:
Complementos:
Outras atribuições:

Datações absolutas:

Datações relativas:

Grau de integridade: mais de 75% entre 25 e 75% menos de 25%

Fatores de destruição: Erosão eólica Erosão fluvial Vandalismo

Erosão pluvial Atividades agrícolas
 Construção de estradas Construção de moradias

Outros fatores naturais:

Outros fatores antrópicos: Desmatamento da vegetação em seu entorno.

Possibilidades de destruição:

Medidas para preservação:

Relevância do sítio: Alta Média Baixa

Atividades desenvolvidas no local: Registro Sondagem ou Corte estratigráfico
 Coleta de superfície Escavação de grande superfície
 Levantamento de grafismos rupestres

Nome do responsável pelo registro: Marcel Raely Fontes Gonçalves Nascimento

Endereço: Rua Arauá 434

CEP: 49260-000 Cidade: Umbaúba

UF: SE

E-mail: marcelraely2005@hotmail.com

Fone/Fax: (79) 9832-3872; (79) 3546-1387; (79) 3546-1263

Data do registro: 12/01/2014 Ano do registro: 2014 (para quando a data completa não puder ser informada)

Nome do projeto: UMBÁUBA ARQUEOLÓGICA: ENTENDENDO UM PASSADO POR TRÁS DO MUNICÍPIO

* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

Nome da instituição: Universidade Federal de Sergipe - Campus de Laranjeiras

Endereço: Praça Samuel de Oliveira, s/n, Laranjeiras-SE

CEP: 49170-000 **Cidade:** Laranjeiras

UF: SE

E-mail: campuslar@ufs.br

Fone/Fax: (79) 3281-2939

Documentação produzida (quantidade)	Mapa com sítio plotado:	Foto preto e branco:
	Croqui:	Reprografia de imagem:
	Planta baixa do sítio:	Imagem de satélite:
	Planta baixa dos locais afetados:	Cópia total de arte rupestre:
	Planta baixa de estruturas:	Cópia parcial de arte rupestre:
	Perfil estratigráfico:	Ilustração do material:
	Perfil topográfico:	Caderneta de campo:
	Foto aérea:	Vídeo / filme:
	Foto colorida: 4	Outra:

Bibliografia:

NASCIMENTO, Marcel Raely Fontes Gonçalves. Umbaúba Arqueológica: entendendo um passado por trás do município. Laranjeiras, Se, 2014. 102 f. TCC (Graduação em Arqueologia) - Universidade Federal de Sergipe, Campus de Laranjeiras, 2014.

Observações Afloramento rochoso do tipo gruta, cujo evidencias materiais em seu interior e o discurso popular da região, o colocam como local de atividades indígenas e afrodescendentes.

Responsável pelo preenchimento da ficha:

Data: _____ **Localização dos dados:** _____

Atualizações:

Data: ____/____/____

Assinatura: _____